3° Simpósio Internacional de Didática da História

CADERNO DE RESUMOS

Márcia Elisa Teté Ramos
Wilian Bonete
(Orgs.)

Universidade Federal de Pernambuco
UFG Universidade Federal de Goiás
Universidade Federal de Pelotas RS-Brasil
UFPR
Instituto Federal Paraná
UEM Universidade Estadual de Maringá



3º Simpósio Internacional de Didática da História

21, 22 e 23 de outubro de 2026
Universidade Federal de Pelotas - UFPEL
Universidade Federal de Goiás - UFG
Universidade Federal do Paraná - UFPR
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE
Universidade Federal do Rio Grande - FURG
Instituto Federal do Paraná - IFPR (*Campus* Curitiba)
Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Comissão Organizadora e Científica

Dr. Wilian Junior Bonete (UFPEL)
Dr. Cristiano Nicolini (UFPEL)
Dr. Arnaldo Martin Szlachta Junior (UEM/UFPE)
Dra. Márcia Elisa Teté Ramos (UEM)
Dr. Roberto Abdala Junior (UFG)
Dr. Thiago Augusto Divardim de Oliveira (IFPR)
Dr. Wilian Carlos Cipriani Barom (UFPR)

Organizadores do Caderno de Resumos

Dra. Márcia Elisa Teté Ramos (UEM)
Dr. Wilian Junior Bonete (UFPEL)

3º SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE DIDÁTICA DA HISTÓRIA
Emancipação e consciência histórica: caminhos e desafios na cultura digital
21 A 23 DE OUTUBRO DE 2026
EVENTO 100% ON-LINE
ORGANIZAÇÃO:

Espaço reservado para a Ficha Catalográfica



3º SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE DIDÁTICA DA HISTÓRIA

Emancipação e consciência histórica: caminhos e desafios na cultura digital

21 A 23 DE OUTUBRO DE 2026

EVENTO 100% ON-LINE

ORGANIZAÇÃO:

SUMÁRIO

Ensino de História e representações do feminino: Uma análise sobre o negacionismo didático segregacionista na HQ Faroeste Carrasco 1
Maytê Silveira Sampaio Laróca (Universidade Federal do Rio Grande - FURG)

Didática da História e História Pública em um podcast: narrativas sobre a Ditadura Militar no História FM 2
Juliana de Almeida Rocha (Universidade Federal de Pernambuco - UFPE)

Negacionismo didático segregacionista nos livros didáticos de História do Ensino Médio: Uma análise dos PNLD 2022-2025 e 2026-2029 2
Júlia Silveira Matos (FURG)

Entre telas e passados em disputa: o negacionismo histórico no YouTube e os desafios para o ensino de história 3
Lucas Oliveira Silva (Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Entre a veracidade das fontes e os silêncios da narrativa: negacionismo e o espaço cultural Rio Grande de São Pedro como lugar de pedagogia. 3
Gustavo Silveira Dias (Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Haiti: passado e presente: ideias prévias e aprendizagem histórica de alunos do 8.º ano sobre a Revolução de São Domingos 4
Hélisson Pinheiro (UMinho); Glória Solé (UMinho); Maxwell Lima (UMinho)

Cultura Histórica e Narrativa: as transformações semânticas dos conceitos mobilizados nos manuais de Educação Moral e Cívica (1969 - 1993) 5
Elias Eliezer Machado de Souza (UFPE)

Entre o Regime e a Ditadura: narrativas sobre o passado sensível nos livros didáticos do Ensino Médio 6
Gilvania Lopes Villar (Universidade Federal do Rio Grande - FURG)

Do Escola Sem Partido à Brasil Paralelo: o pânico moral no ensino de história 6
João Vitor Romão de Castro (Universidade Federal de Alagoas - UFAL)

Branquitude e a negação dos evidentes privilégios 7
Rosângela Romano (Universidade Estadual de Maringá - UEM)

Revoltas estudantis, silenciamentos e negacionismo didático: consciência histórica e disputas de memória na Furg (2012-2017) 7
Micael Weslei Cavalheiro Pereira (FURG); Júlia Silveira Matos (FURG)

Negacionismo, nazifascismo e cinema nos livros didáticos de História do Ensino Médio: uma análise em Rio Grande (RS). 7
Priscila dos Santos Teixeira (FURG); Júlia Silveira Matos (FURG)

Ensino crítico: Pensando na análise de acervos digitais para a aprendizagem histórica e o combate a discursos negacionistas 8
André Martins da Silva (UNEAL)

Ensino de História e Educação Básica: enfrentando o negacionismo histórico nas 9
Vanessa Fernanda Mayrinck (UEM)

Guia Interativo de História e Memória: Monumentos e Espaços Públicos de Roraima durante a Ditadura Civil-Militar e os Antigos Territórios Federais de Roraima 9
André Nonato Alves King e Campos (UFRR) Marcella Albaine Farias da Costa (UFRR) e; Ícaro Gregory Carvalho Amorim (UFRR)

O encargo transferido: consciência histórica e negacionismo no ensino da ditadura civil-militar após a Comissão Nacional da Verdade 10
Ricardo Perez Perez (UEM); Renato Paulo (UEM); Daniela Reis de Moraes (UEM)

Entre o valor moral e a historicização: negacionismo, educação antirracista e formação docente na infância em Rio Grande (RS). - ok 11
Júlia Silveira Matos. (Universidade Federal do Rio Grande (FURG); Darcylene Pereira; Domingues. (Universidade Federal do Rio Grande (FURG); Rafaela de Oliveira Lima; Guardalupi. (Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

O ensino de história e a reconstrução identitária dos povos originários: desconstruindo estereótipos e promovendo a pluralidade cultural na educação básica 11
Yohan Gabriel Pontes Ferreira Brito (Universidade Estadual da Paraíba - UEPB)

Entre o Combate ao Negacionismo Ambiental e a Aprendizagem Histórica: A Didática da História e as Territorialidades Negras no Rio Tejipió 12
Kaio Ygor Nascimento de França (Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Negacionismo didático e educação antirracista: silenciamentos e continuísmo pedagógico no núcleo étnico-racial da smed de Rio Grande (2025-2026) 12
Rejane de Oliveira Gomes (Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Inteligência artificial generativa e negacionismos nos livros didáticos de História do Ensino Médio: como o PNLD 2026-2029 aborda fontes, memória e verdade? 13
Uirys Alves de Souza Universidade Federal do Rio Grande (FURG); Júlia Silveira Matos;

O passado ditatorial brasileiro (1964-1988) e a aprendizagem histórica: comissões da verdade no Rio Grande do Sul no enfrentamento a distorcionismos e negacionismos. 13
Natália Centeno Rodrigues (UFPel - Universidade Federal de Pelotas)

Entre o passado e o presente: a leitura histórica dos estudantes sobre a ascensão da extrema-direita na Alemanha 14
Daniela Reis de Moraes (UEM)

Aprender História desde a infância: fontes, consciência histórica e enfrentamento dos negacionismos na cultura digital 15
César Evangelista Fernandes Bressanin (UFT)

Da prática docente à construção do Palimpsesto Territorial: pesquisa e ensino da História Local em Franca/SP 16
Guilherme Guiraldelli Moreira. (Universidade Estadual Paulista)

Além da colonialidade: uma sequência didática sobre resistência e protagonismo 16
Milena Natalya Morais Frederico; Maelly Esteffany Claudino Bezerra; Rochelle Dantas da Silva (UFRN)

Decolonialidade e Interculturalidade Crítica no Ensino de História: Desafios na Implementação da Lei 11.645/2008 para a Construção de uma Educação Básica Antirracista e Pluralista no Brasil. 17
Yohan Gabriel Pontes Ferreira Brito. (Universidade Estadual da Paraíba)

VOZES NEGRAS APAGADAS: protagonismo, resistência e educação antirracista no ensino de história 17
Ana Raquel Soares e Indyna Mara. (Universidade Estadual do Maranhão)

Desafios, limites e possibilidades dos projetos pedagógicos na educação antiracista. 18
Luciano Dantas Estevam. (UNEB)

Aprender brincando: a dinâmica da caça ao tesouro como estratégia de educação antirracista. 18
Maria Luiza de Almeida Lima. (Universidade Estadual do Maranhão-Campus Caxias)

Ensino de História, temporalidade e reconhecimento identitário local: reflexões a partir da cidade de Laranjeiras/Sergipe. 19
Jussara Santos (Universidade Federal de Sergipe (UFS) - Mestrado em Ensino de História -; ProfHistória)

Do conhecimento prévio à hipótese histórica: a aula-oficina como estratégia de aprendizagem histórica. 19
Marcia Regina de Oliveira Lupion. (Universidade Estadual de Maringá)

AS SALAS DE AULA COMO LABORATÓRIO DE HISTÓRIA: PRÁTICAS E REFLEXÕES. 20
Cleberson Vieira de Araújo. (SME - Nazarezinho/ SEE - Paraíba)

Protocolo EIO, consciência histórica e arquivos policiais: uma proposta didática para o ensino escolar sobre a violência de gênero. 21
Gilmária Salviano Ramos. (UAB/UFSC)

A utilização das histórias em quadrinhos como instrumento para o ensino da Guerra 21
Cliff Rodrigo da Silva. (Unifesp)

Resistência e formação crítica nas tensões da BNCC: consciência histórica e práxis revolucionária em diálogo. 22
Ana Karolina Rocha Palmeira. (Universidade Federal de Campina Grande)

A Poética do Invisível no Ensino de História: As HQs de Marcelo D'Salete como Artefato Didático. 22
Bruno Ulanoski dos Passos. Universidade do Estado de Santa Catarina – UDES

Didaskō: consciência histórica empática, temas sensíveis e usos do passado para pensar o tempo presente. 23
Guilherme Moerbeck; Liliane Tereza Pessoa Cunha; Victória Diorio - Universidade do; Québec em Trois-Rivières (UQTR); Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN);; Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

compreensão dos estudantes. As contribuições da Educação Histórica para a Didática da História no Brasil: uma análise das teses do LAPEDUH/UFPR 24
Max Lanio Martins Pina (UEG - PPGE/UFPR)

Potencialidades das escritas de si para a história local e o ensino de História. 24
Murilo Rosa Garcias e Letícia Medeiros Menezes. Universidade Federal do Rio de Janeiro -; PPGHIS

A Consciência Histórica dos estudantes do Ensino Médio: projetos de futuro diante de discursos de desvalorização da universidade pública brasileira. 24
Mariana de Oliveira Scherdien. Universidade Federal de Pelotas - UFPel

Avaliação e Metacognição no Ensino de História: uma articulação entre saberes. 25
Luciana Souza Carvalho e Simone Luccas. PPGEn- UENP

A formação do historiador-docente: a presença da Didática da História nas Licenciaturas em História nas Universidades Públicas Brasileiras. 26
Kauany Dandary Coelho Correa. Universidade Estadual de Londrina (UEL)

FORMAÇÃO, PRÁTICA E CONSCIÊNCIA HISTÓRICA: reflexões sobre o fazer docente no ensino de História. 26
Anderson Gonçalves do Nascimento Sousa. PROFHISTÓRIA – UPE

O modo Discovery Tour de Assassin's Creed Odyssey como ferramenta didática no ensino de História: entre engajamento, evidência e vontade de verdade 27
Anderson Diego Feitosa de Andrade (Profhistória - Universidade Regional do Cariri)

Audiovisualidades e o antirracismo na escola: reflexões sobre o letramento racial e ensino de história nos anos iniciais do ensino fundamental 27
Lucas Fernandes de Pinho (Universidade Regional do Cariri)

A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA COM ALUNOS DO 1º ANO 28
Francisca Cibele da Silva Gomes (Instituto Federal do Piauí)

O Uso de gincanas como proposta lúdica para o ensino de história a partir da teoria 28
João Gabriel Guimarães Torres (Universidade Federal de Pernambuco)

Educação, História e Cultura Digital: Mediações Didáticas em Aplicativo Geolocalizado 29
Uaná Figueiredo Marcon; Janaina Cardoso de Mello (Universidade Federal de Sergipe)

O Dilema de Zumbi de Palmares e Ganga Zumba 29
Cibele Sidney (Gambito do Rei)

Jogando como um Cátaro: Representações da Inquisição no RPG Sistema Daemon e seu Potencial Didático 31
Adrienne Cardoso (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Ensino de História e População em Situação de Rua: como ocupar os contextos de vulnerabilidade? 32
Adriel de Oliveira Dias (PPGH/UFG)

Heliópolis: Caminhos da Memória: um Recurso Educacional Aberto para o Ensino e a Aprendizagem da História Local 32
Luiz Antonio Carvalho (Universidade Federal de Sergipe)

Entre cartas e batalhas: construindo aprendizagens sobre a Independência da Bahia 33
Davi de Aquino Simões (UNEB)

Ecos da ancestralidade: o uso da cultura digital na valorização das histórias e culturas dos povos indígenas e das sociedades africanas no ensino de história 35
Ewerton Pereira da Silva (Universidade Estadual do Maranhão – UEMA)

Entre memória, território e consciência histórica: possibilidades para o ensino de história a partir das narrativas quilombolas de São Tomé de Tauçú, Portel-PA. 35
Rosiana Silva dos Santos (FAMMA - FACULDADE METROPOLITANO DO MARAJÓ)

Corporeidades de mulheres negras nas redes sociais: racismo e machismo na regulação algorítmica 36
Marcella Gabrielly Duarte de Almeida (Universidade Federal de Goiás)

Sociomuseologia e Redes Sociais: Potencialidades para a Educação Patrimonial na Era do Instagram para o patrimônio goianiense. 36
Vanessa Cláudio Fernandes (Universidade Federal de Goiás)

História do Brasil de rocha pombo (1925): narrativa nacional, cultura histórica e formação histórica no Brasil republicano 37
Rubens Ronaldo Roque Neto (Universidade Estadual de Maringá)

Mediação educativa, consciência histórica e letramento crítico no ensino de História em redes sociais 37
Geraldo Jose Rodrigues Liska (Universidade Federal de Alfenas)

A Cultura Histórica Digital na Formação de Professores: contribuições de uma pesquisa com estudantes de graduação em História 38
Eder Cristiano de Souza (UNILA)

O dígito e os rastros: historiografia, história ensinada e mídias digitais 38
João Eudes Alexandre de Sousa Júnior (UNICAMP)

Entre memes e História: experiências e possibilidades do uso de memes como recurso pedagógico no ensino de História. 39
Thayane Kelly Oliveira Guimarães; Yasmin Silva Camelo (UFCG)

Didática da História em Comunidades Digitais: Fandoms da Marvel na Luta contra a 40
Júlia Evangelino dos Santos (Universidade Federal de Sergipe - UFS)

Entre a aceleração e a plataforma: tempo formativo e mediações do conhecimento histórico na EJA 40
Renato Paulo (UEM - Universidade Estadual do Maringá)

Possibilidades netnográficas para a Didática da História: analisando contendas identitariamente orientadas 41
Augusto Ridson de Araújo Miranda (Universidade Federal de Pernambuco)

Mediação educativa, consciência histórica e letramento crítico no ensino de História 42
Flávia Beatriz Ferreira de Nazareth (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Ecossistema Digital de Aprendizagem Histórica (2026): o paradoxo dos filtros de bolha e a Consciência Histórica Exemplar 42
Johnny Pereira Gomes. Universidade Federal de Sergipe (UFS) / Universidade Estadual de; Alagoas (UNEAL)

Cenários pós-digitais e o ensino de história: desenvolvendo competências histórico-digitais na era da Inteligência Artificial. 43
Roberta Duarte da Silva (Universidade Federal de Pernambuco)

Didática da História e inteligência artificial generativa na cultura digital: análise documental das orientações do MEC para as Ciências Humanas. 43
Rafael Santa Rosa Cerqueira (Universidade Federal de Sergipe)

As Enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul e a preservação de fontes digitais no Portal Clio HD 44
Júlia Specht Soares (UFPEL)

Entre a ameaça e a revelação: usos do passado, consciência histórica e recepção do negacionismo no YouTube 45
Arthur Koury Xavier da Silva (UFPE – Universidade Federal de Pernambuco)

A Justiça de Transição como Saber Histórico Escolar: Contribuições da Didática da 45
André Gustavo Bezerra Sabino (UFPE)

A Propedêutica e o Sofrimento Humano: considerações acerca da possibilidade de formação histórica a partir da história difícil 47
Rafael Freitas (Grupo Fato Educacional/GPEDUH-UFMT)

Aprender história diante de passados sensíveis: perspectivas da didática da história e da educação histórica latino-americana 48
Márcia Santos Severino (SEEDF/UFG)

Entre a religião, estereótipos e teorias da conspiração: a permanência de narrativas antijudaicas e antissemitas na contemporaneidade 48
Gabriela Fonseca Ferreira (UFPel)

A contação de histórias Kaingang como metodologia didática para o ensino da história local e herança indígena em Londrina 49
Annie Vitoria de Sousa Moura (Universidade Estadual de Londrina)

História Local e Fontes Orais no Ensino Médio: Uma Experiência do PIBID sobre a História e Memória do Bairro Dirceu Arcoverde (Teresina-PI) 49
Maria Eduarda Gonçalves de Oliveira (Universidade Federal do Piauí); Cláudia Cristina da; Silva Fontineles (Universidade Federal do Piauí – UFPI)

Quando o passado não é ensinado: a ausência da educação histórica-arqueológica e impactos subsequentes na preservação patrimonial 50
Marilia Azevedo do Nascimento (UFPE

Ensino de História e Usos do Passado: Mediações Didáticas com Inteligência Artificial no Patrimônio Cultural do Museo del Oro 51
Ellen Grazielli Santos Valença e Janaina Cardoso de Mello (Universidade Federal de; Sergipe – UFS)

Steven Spielberg: o elo entre O Resgate do Soldado Ryan e Medal of Honor 51
Lucas Carvalho BIttencourt (PPGH/UFPEL); Em 1999, surge uma das primeiras grandes franquias de first-person shooter (FPS) com

A Poética do Invisível no Ensino de História: As Narrativas Gráficas de Marcelo D'Salete como Artefato Didático 52
Bruno Ulanoski dos Passos (Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC)

Para una historia de los cristianismos en América Latina. Propuestas y debates desde la revista Cristianismo y Sociedad. 52
Tomas Elias Zeitler (Facultad de Humanidades – Universidad Nacional del Nordeste,; Argentina)

"Entre o ontem e o hoje": temporalidade, memória e consciência histórica na EJA 53
Alexandra Santana Santos Souza (UFS – Universidade Federal de Sergipe)

Exu na encruzilhada do tempo: decolonialidade, consciência histórica e usos do passado no ensino de História 54
José Luiz Xavier Filho (Universidade Federal de Pernambuco – UFPE)

Silêncio por delegação: eugenia, branqueamento e a cadeia de decisões do livro didático de História, da BNCC à escolha docente 54
Uilson Silva Duarte (ProfHistória/UFG e RME/Goiânia)

Entre o Combate ao Negacionismo Ambiental e a Aprendizagem Histórica: A Didática da História e as Territorialidades Negras no Rio Tejipió 55
Kaio Ygor Nascimento de França (Universidade Federal de Pernambuco – UFPE)

Confluências entre História e Literatura: o livro didático de História para a formação de leitores na Escola brasileira 56
Leandro Augusto Neves Lins de Andrade (Universidade do Estado da Bahia – UNEB)

Literatura e ensino de História: uma experiência de leitura de Seminário dos ratos, de Lygia Fagundes Telles, no Ensino Médio 56
Pedro Francisco Cataneli (IFPR/Campus Jacarezinho)

Entre Telas e Páginas: A leitura crítica da obra O Avesso da Pele como Reflexão para o Pós-Abolição 57
Eduarda Ávila da Porciuncula (Universidade Federal do Rio Grande – FURG)

A criação narrativo ficcional e a imaginação nas aulas de História: a construção de aulas oficinas 58
Larissa Azevedo da Silva (UFPEL)

O fazer poético em sala de aula: leitura, escrita e aprendizagem histórica no ensino 58
Geovana de Morais da Silva (Universidade Federal do Amapá – UNIFAP)

Ainda Lemos Aqui: Relato de Experiência de uma Prática de Leitura na Educação 59
Everton Silva dos Santos e Jose Edielson Santos de Jesus (SEC/BAHIA)

Diários de bordo e aprendizagem histórica: escrita, imaginação e experiência 59
Lisiane Sias Manke; Sabrina Klug Thurow (

Entre narrativas e sensibilidades: poesia e literatura no ensino de História 60
Paula Vanessa Paz Ribeiro (UFSM)

A escrita de si na Pós-Graduação em Educação: entre a narrativa autobiográfica e a consciência histórica 61
Miriã Lúcia Luiz e Ana Karen Costa Batista (Universidade Federal do Espírito Santo)

Meu diário, minha história: a escrita do cotidiano e o reconhecimento de si como sujeito histórico 61
Krisley Hepp Decker (Universidade Federal de Pelotas)

A escrita do relatório de estágio supervisionado em história como história pública: práxis e prática no ensino de história 62
Edson Silva de Lima (Universidade Estadual de Goiás)

Cultura popular paranaense no Ensino de História: representações, currículo e ruralidade nos materiais de Economia e Cultura 62
Eduardo Alves Gonçalves dos Santos (Universidade Estadual de Maringá)

Entre o arquivo e a narrativa: leitura de fontes, escrita da história e consciência histórica de estudantes que investigam a memória da própria escola 63
Filipe Augusto de Oliveira Costa (UNEB)

A procura do tempo: apropriações e ortodoxias do conceito de tempo histórico nos livros 66
Rafael Schier Granado (UFPR)

Ensinar História para além da escrita: linguagens, ludicidade e possibilidades inclusivas na prática docente 71
Janaina Athaydes Contreiras (UFRGS)

Educação Histórica e inclusão de estudantes com TEA: contribuições da Programação de Ensino 71
Yndi Lara Lacerda dos Anjos e Danilo Rabelo (UFG)

Didática da História e Educação Inclusiva: possibilidades para uma aprendizagem histórica pluriepistêmica 71
Rita Castorina Gonçalves Gundim Lemes (Universidade Estadual de Goiás)

Entre a matrícula e a aprendizagem: barreiras e potencialidades dos livros didáticos 73
Miriam Vieira de Almeida (UFS)

Jogos didáticos no ensino de História: caminhos pedagógicos para a educação 73
Fernanda da Silva Valejo (UFPEL)

Ensino de História e o uso das TDICs como ferramentas de inclusão 74
Dilza Santos Torres (UFOB - UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA)

Aprender com o outro a experiência que nunca tive: Ensino de História, Alteridade e Inclusão no Ensino Fundamental 74
Elba Pereira Domingos (UFRN)

Aspectos da consciência histórica de estudantes surdos a partir de experiências em uma escola pública inclusiva 75
Vanessa Ribeiro de Melo (UFS)

A carência da educação especial no Paraná: Observação a partir do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) aos colégios estaduais de Maringá, Paraná 75
Julia Fonceca Garcia (Universidade Estadual de Maringá)

Jogos, narrativas e inclusão: experiências no ensino de história medieval 76
Nayara Carbonera de Souza; Leticia Fernanda Moraes (Universidade Estadual de Londrina)

Letramento Racial e Formação Docente: uma experiência de educação antirracista no ensino de História 77
Fernanda de Sousa Nascimento

Poder Preto nas Páginas e nas Salas de Aulas: Heroínas Negras, HQs e Práticas Decoloniais no "Chão da Escola" 77
Wudson Guilherme de Oliveira

Atlas Digital das Mulheres Negras na História das Ciências: Biografias, Invenções e Expografias Interativas na Didática Histórica 78
Tícia Rainne Goncalves Soares Janaina Cardoso de Mello

Artistas Negras e Indígenas no FIG: memória, visibilidade e história local 78
Maria Aparecida da Silva Alves

Entre presenças e silenciamentos: representações indígenas em obras paradidáticas dos vales dos Sinos e do Caí (RS) 79
Carlos Eduardo Ströher

A Didática da História rüseniana na intersecção com os pressupostos da decolonialidade para pensar ensino de História, do ensino médio, de Roraima. 80
Renata Madureira Pavan (Universidade Estadual de Londrina)

Narrativas de mulheres e encruzilhadas formativas: interseccionalidade e consciência histórica na formação docente em História 80
Maria Cristina Dantas Pina; Eva Fonseca Silva Spínola (UESB)

A presença feminina na política potiguar: do pioneirismo histórico aos desafios contemporâneos 81
Milena Natalya Morais Frederico Rochelle Dantas da Silva; Maelly Esteffany Claudino; Bezerra (UFRN)

A democracia chega ao corpo? Imprensa feminista e direitos das mulheres na Constituinte de 1987–1988 81
Valdir Alves de Moura Júnior (Universidade Estadual de Goiás – UEG)

A toponímia como um espaço de perspectiva de Gênero no Ensino de História. 82
Rayane Dionisio Da Silva (UFRN)

Mapeamentos afetivos e interseccionalidade: estratégias didáticas para representar as memórias e vivências do espaço 82

Karla Victória Teles Siqueira; Cassio Expedito Galdino Pereira; Thiago de Abreu e Lima

ColiGay, FlaGay e Galo queer: o que as torcidas organizadas LGBTQIAPN+ tem a nos ensinar sobre resistência, diversidade e multiculturalidade no Ensino de História 83
Amanda de Souza Szableski (Universidade Federal do Paraná)

O Professor é Hétero! Masculinidades em negociação no ambiente escolar: reflexões a partir da experiência do PIBID/História na Cap-UFU 84
Lucas Rosseto Branco (Universidade Federal de Uberlândia)

Entre o silêncio e a emancipação: diversidade sexual e de gênero no ensino de história e os desafios da cultura digital 84
Alice dos Anjos; César Evangelista Fernandes Bressanin (Universidade Federal do; Tocantins; Universidade Federal do Tocantins)

As Abordagens das Relações de Gênero nas Coleções da Disciplina de História no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 84
Vanessa Cristina Lima Andrade; Joseanne Zingleara Soares Marinho (Universidade; Estadual do Piauí)

Masculinidades em disputa: o Núcleo de Gênero do Liceu de Artes e Ofícios diante da circulação de discursos red pill 85
Laura da Hora (Universidade Federal de Pernambuco – UFPE)

Lei 14.986/2024 e o Ensino de História 85
Maria Eduarda Moinho (Universidade Federal de Pelotas)

Resignificar la Historia de la Música: pedagogías de género para la recuperación del patrimonio femenino 86
Cecilia Capdepón Pérez (Universidad de Valladolid)

Educação para as relações de gênero nos currículos Angola/Brasil 87
Nathalia Silva Esteves (UEMS)

História das Mulheres e Ensino de História 87
Larissa Klosowski de Paula (Universidade Federal do Mato Grosso)

Histórias de mulheres de Nova Andradina: pesquisa e ensino 88
Dulceli de Lourdes Tonet Estacheski; Mary Celina Ferreira Dias (Universidade Federal de; Mato Grosso do Sul)

RESUMOS

ST1 - Didática da História, Aprendizagem Histórica e Negacionismos

21/10 (Quarta-feira)

Ensino de História e representações do feminino: Uma análise sobre o negacionismo didático segregacionista na HQ Faroeste Carrasco

Maytê Silveira Sampaio Laróca (Universidade Federal do Rio Grande - FURG)

O presente trabalho tem como objeto de investigação as representações das personagens femininas na história em quadrinhos nacional Faroeste Carrasco, com enfoque na construção estética, simbólica e narrativa das vestimentas femininas. Também propõem-se analisar suas potencialidades como recurso didático para o ensino de História acerca do Cangaço. A pesquisa constitui uma etapa de investigação mais ampla voltada à análise das narrativas visuais contemporâneas e de suas implicações na mobilização da consciência histórica e desenvolvimento de aprendizagens históricas críticas, investigativas e significativas, especialmente no que se refere às representações de gênero presentes em produtos da cultura histórica, ancorando-se teoricamente no campo da Educação Histórica, principalmente nas contribuições de Jörn Rüsen (2010) e Maria Auxiliadora Schmidt (2010). A problemática central do estudo busca compreender de que maneira a HQ elabora visualmente as personagens femininas por meio das roupas, enquadramentos e construções imagéticas, produzindo sentidos sobre o feminino no contexto narrativo do Cangaço, bem como investigar de que forma tais representações podem expressar dimensões didáticas e segregacionistas do negacionismo de tipo interpretativo ao silenciar, hierarquizar ou estereotipar determinadas experiências históricas femininas. A investigação também problematiza como tais representações podem ser utilizadas como recurso didático para mobilizar aprendizagens e o desenvolvimento do pensamento histórico no ensino da temática do Cangaço. A fonte analisada compreende a HQ Faroeste Carrasco, entendida como produto da cultura histórica, na medida em que produz interpretações do passado por meio da articulação entre linguagem textual e imagética. Metodologicamente, a pesquisa possui abordagem qualitativa, de natureza documental, fundamentada na análise de conteúdo. A análise procura identificar mecanismos de seleção narrativa, estereotipação e invisibilização de sujeitos históricos femininos, compreendendo tais processos como expressões de um negacionismo didático segregacionista, caracterizado não pela negação explícita dos acontecimentos históricos, mas pela produção de interpretações que limitam ou marginalizam determinadas experiências e protagonismos sociais. Parte-se da percepção de que as HQs são capazes de mobilizar interpretações do passado, orientar temporalmente os sujeitos e influenciar a construção de sentidos históricos no espaço escolar. O estudo emerge da constatação de que muitas práticas de ensino permanecem fundamentadas em metodologias transmissivas e pouco conectadas aos repertórios culturais dos estudantes, reforçando a necessidade de incorporação crítica de linguagens visuais e narrativas contemporâneas ao ensino de História.

Didática da História e História Pública em um podcast: narrativas sobre a Ditadura Militar no História FM

Juliana de Almeida Rocha (Universidade Federal de Pernambuco - UFPE)

As mídias digitais criaram diversos espaços que são usados por historiadores e pela população para falar sobre temáticas históricas, o que permite que diferentes narrativas sejam produzidas, compartilhadas e consumidas pelas pessoas. Nesse cenário, discursos negacionistas vêm ganhando espaço e se popularizando (Meneses, 2021; Souza, 2022), a Ditadura Militar é um período que se destacou nos últimos anos devido a produções e falas negacionistas. Por outro lado, a internet possibilita que historiadores criem conteúdos e aproximem a academia e a população, o podcast História FM, do historiador Icles Rodrigues, é um exemplo desse tipo de produção. A partir disso, o corpus da pesquisa é composto por quatro episódios do podcast que falam sobre a Ditadura Militar, a discussão parte de uma visão do História FM como uma ferramenta de História Pública que permite o aprendizado histórico, e a aprendizagem é trabalhada aqui por meio da Didática da História. O objetivo do trabalho é analisar as diferentes narrativas que estão presentes nos episódios selecionados, tensionando as discussões apresentadas no podcast com a produção historiográfica sobre o tema. O conceito de narrativa é problematizado por meio das discussões de Carr (1991), Ricoeur (1994; 1997) e Rüsen (2001; 2007) e as narrativas presentes nos episódios são verificadas por meio da tipologia da narrativa histórica proposta por Rüsen. Para uma maior compreensão do processo de produção do História FM e da composição do seu público, uma entrevista foi realizada com o apresentador do programa. Os episódios analisados possuem uma média de 50 mil reproduções e a maioria do público se encontra na faixa etária dos 35 aos 44 anos, o que mostra que o programa possui um alcance alto e que a maioria do público é composta por pessoas adultas. A análise das narrativas discutidas no História FM levou à percepção de que o podcast consegue apresentar uma discussão complexa e profunda sobre o período, levando à compreensão de questões que envolvem tanto a ditadura quanto a constituição da História como uma ciência.

Negacionismo didático segregacionista nos livros didáticos de História do Ensino Médio: Uma análise dos PNLD 2022-2025 e 2026-2029

Júlia Silveira Matos (Universidade Federal do Rio Grande - FURG)

Esta comunicação apresenta a proposta de análise do negacionismo didático segregacionista nos livros didáticos de História do Ensino Médio distribuídos nos dois últimos ciclos do PNLD (2022-2025 e 2026-2029). O objetivo é investigar como a narrativa didático-historiográfica dessas coleções seleciona, hierarquiza e exclui sujeitos e experiências históricas, identificando rupturas e permanências entre os ciclos. A problemática consiste em compreender de que maneira essa forma de negacionismo opera nos manuais e quais são seus efeitos sobre um código disciplinar da História quase imutável e sobre a formação da consciência histórica dos estudantes. Hipotetiza-se que ele não nega fatos, mas reorganiza o passado por meio de uma presença desigual, subordinada e marginal de mulheres, povos indígenas e populações africanas e afro-brasileiras. As fontes são as coleções de História aprovadas nos dois ciclos do PNLD, analisadas em articulação com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A metodologia combina análise de conteúdo (BARDIN) e quadro analítico de sujeitos históricos, em contraste com a centralidade europeia, política e masculina, associando quantificação à interpretação de como essas presenças são distribuídas e significadas. A orientação teórica parte da tipologia de negação de Stanley Cohen, problematizada por Márcia Elisa Teté Ramos para o Ensino de História, propondo o negacionismo didático segregacionista como nova dimensão analítica, no sentido de “modo de ver” (BARROS, 2004). Mobilizam-se a Didática da História e a teoria da consciência histórica de Jörn Rüsen, a Educação Histórica e a noção de código

disciplinar em Schmidt, dialogando com Savelsberg sobre os livros didáticos como mediadores das narrativas sobre o passado.
Os resultados preliminares provêm da análise da BNCC (História, anos finais do Ensino Fundamental). Europa, política e protagonismo masculino ocupam cerca de 70-80% das habilidades de História do Mundo, 60% das de História do Brasil e 65-75% das de História da América. A presença de mulheres é baixa nas três categorias; a de indígenas e afro-brasileiros é maior na História do Brasil, em função das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, mas permanece subordinada a processos políticos e coloniais. Os achados orientam a leitura das coleções do PNLD, etapa seguinte da pesquisa.

Entre telas e passados em disputa: o negacionismo histórico no YouTube e os desafios para o ensino de história

Lucas Oliveira Silva (Universidade Estadual de Maringá (UEM)

O presente trabalho aborda questões de ordem historiográfica, partindo da premissa de que espaços de produção de conhecimento não tradicionais, situados no âmbito da história pública, vêm ganhando centralidade na disseminação de discursos sobre o passado. Com foco no YouTube, a pesquisa busca analisar como o negacionismo histórico se expressa nesses espaços digitais e de que forma o revisionismo ideológico se manifesta e se dissemina por meio de vídeos, investigando ainda os impactos desse fenômeno para o ensino de história. O objetivo geral é analisar como o negacionismo histórico se expressa nos espaços digitais, por meio da análise de vídeos postados no YouTube, considerando suas narrativas, a influência dos algoritmos e o negacionismo disfarçado de revisionismo. Como objetivos específicos, busca-se: a) compreender de que forma o campo digital impacta o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes e seus respectivos processos de conscientização; b) potencializar a atuação docente no ensino de história frente a essa problemática. Para tanto, situam-se teoricamente os conceitos que estruturam a pesquisa: história pública, negacionismo histórico e suas articulações com o ensino de história. Reflete-se sobre como a história passa, de modo natural, a fazer parte da vida pública das pessoas, adequando-se aos espaços e ao tempo, e sobre como a história pública pode impactar o ensino de história em espaços tradicionais. Aprofunda-se a análise das (re)interpretações distorcidas do passado. Discute-se o negacionismo, também conhecido como revisionismo histórico (apologético ou ideológico), e a lógica de que a história está sempre se atualizando a partir de novos achados, novos discursos e novas descobertas, na qual se ancora muito do que é disseminado nas redes sociais e em plataformas como o YouTube. Desse modo, a circulação do negacionismo nos espaços digitais de sociabilidade entre os estudantes não pode ser considerada apenas um debate acadêmico, devendo ser encarada como uma problemática social, uma vez que as redes sociais, ocupadas por discursos apologéticos no âmbito dos estudos históricos, tendem a influenciar a construção de sentido histórico e a moldar opiniões públicas. Ressalta-se, contudo, que a pesquisa não pretende esgotar as respostas às questões que dela emergem, tais como o grau de inocência desses conteúdos e a responsabilidade de discentes e futuros docentes de história em atuar de modo mais presente nesses meios, apontando caminhos para investigações futuras.

Entre a veracidade das fontes e os silêncios da narrativa: negacionismo e o espaço

cultural Rio Grande de São Pedro como lugar de pedagogia.
Gustavo Silveira Dias (Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Esta comunicação propõe analisar, sob o tema dos negacionismos, o Espaço Cultural Rio Grande de São Pedro como lugar de pedagogia para o ensino de História Local. O objetivo é verificar em que medida uma iniciativa de história pública, comprometida com a veracidade das fontes, contribui para esse ensino e quais sujeitos e experiências sua narrativa inclui, hierarquiza ou silencia, à luz do negacionismo didático segregacionista (MATOS, 2026). A problemática consiste em saber se o espaço constitui lugar de pedagogia e como utilizá-lo sem reproduzir apagamentos próximos do negacionismo interpretativo, que reconhece os fatos, mas lhes atribui outro significado (COHEN, 2001). As fontes são entrevista oral realizada em 2026 com o criador do espaço, José Carlos da Silva Espíndola, o acervo de maquetes e os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997) e a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018). A metodologia é qualitativa, combinando revisão bibliográfica, análise documental e entrevista, e confrontará o espaço com o Orientador Curricular Rio-grandino do sétimo ano.A orientação teórica articula história pública, lugares de pedagogia (NICOLINI; SILVA, 2023), lugares de memória (NORA, 1993) e a teoria da consciência histórica (RÜSEN, 2015). Os resultados preliminares mostram um espaço gratuito, mantido com recursos próprios, que reproduz em maquetes fortes, navios e tropas do século XVIII a partir de plantas originais de acervos públicos. Seu criador define a iniciativa como resposta ao pouco conhecimento da população sobre a história da cidade, e a trajetória foi motivada pela influência paterna. O trabalho enfrentou seis meses de contestações, encerradas por atestado de verossimilhança da Academia de História Militar Terrestre do Brasil. Os documentos curriculares preveem a História Local e a inclusão de diferentes sujeitos, entre eles indígenas e afro-brasileiros, o que indica que a narrativa colonial e militar do espaço demanda diálogo com outros lugares, como o Quilombo Macanudos. Conclui-se, preliminarmente, que o espaço combate o desconhecimento da história local, mas seu uso didático exige confrontar os silêncios da narrativa.

Haiti: passado e presente: ideias prévias e aprendizagem histórica de alunos do 8.º ano sobre a Revolução de São Domingos
Hélisson Pinheiro (UMinho); Glória Solé (UMinho); Maxwell Lima (UMinho)

No contexto das independências americanas, a Revolução de São Domingos constituiu um acontecimento singular na História, protagonizado por pessoas escravizadas que lutaram contra o sistema colonial francês e contribuíram para a independência do Haiti, em 1804. Apesar da relevância histórica desse processo, marcado pela luta contra a escravidão e pela conquista da liberdade, o Haiti é frequentemente associado, no presente, à pobreza, às crises e à instabilidade. A relação entre o passado revolucionário e os desafios contemporâneos do país possibilita problematizar as relações entre passado e presente e contribuir para o desenvolvimento do pensamento histórico dos estudantes. Considerando a importância do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, especialmente após a promulgação da Lei nº 10.639/2003, esta investigação, ainda em andamento, tem como objetivo analisar as ideias prévias de alunos do 8.º ano do Ensino Fundamental – Anos Finais, de uma escola localizada em Jaraguá, Goiás, acerca da Revolução de São Domingos e da História do Haiti. Trata-se de um estudo qualitativo e interpretativo, a ser desenvolvido ao longo do ano letivo de 2027. Na primeira fase, será aplicado um questionário para identificar os conhecimentos, as interpretações e as representações dos estudantes sobre a Revolução de São Domingos, com atenção ao protagonismo das pessoas escravizadas na luta pela independência e aos ideais que fundamentaram o movimento. Busca-se, ainda, compreender como os estudantes interpretam a realidade contemporânea do Haiti e que relações estabelecem entre o passado revolucionário e os desafios enfrentados pelo país no presente. A análise das ideias prévias permitirá identificar conhecimentos, lacunas e representações dos estudantes, oferecendo subsídios para a

organização de práticas de ensino voltadas à construção de aprendizagens históricas mais significativas, a serem desenvolvidas numa segunda fase da investigação. Pretende-se contribuir para a reflexão sobre os silenciamentos da História negra e as representações construídas sobre o Haiti, problematizando os desafios da aprendizagem histórica e do enfrentamento de interpretações distorcidas do passado, sem pressupor previamente a existência de ideias negacionistas entre os estudantes. Dessa forma, a investigação busca valorizar o protagonismo das populações negras na construção dos processos históricos e favorecer o desenvolvimento da consciência histórica por meio da articulação entre passado e presente. Palavras-chave: Educação histórica; Ideias prévias; Revolução de São Domingos; Haiti; Consciência histórica.

Cultura Histórica e Narrativa: as transformações semânticas dos conceitos mobilizados nos manuais de Educação Moral e Cívica (1969 - 1993)

Elias Eliezer Machado de Souza (UFPE)

Esta pesquisa investiga as mutações semânticas dos conceitos históricos mobilizados nos manuais didáticos da disciplina de Educação Moral e Cívica (EMC) no Brasil durante o período de sua obrigatoriedade escolar entre os anos de 1969 até sua dissolução em 1993. Inserido no campo do Ensino de História, Teoria do currículo e História das disciplinas escolares, o estudo analisa de que maneira as reconfigurações curriculares promovidas pós-1964 resultaram no esvaziamento da ciência histórica no contexto escolar e na fragmentação dos saberes sobre o passado na educação básica, a partir da implementação da disciplina de Educação Moral e Cívica por meio do Decreto-Lei nº 869/1969 para veicular os preceitos ideológicos do regime militar. A problematização central indaga de que modo as narrativas presentes nesses manuais moldaram uma “cultura histórica” (Rüsen, 2015) fundamentada na moral religiosa e na Ideologia de Segurança Nacional, investigando em que medida esse legado educacional contribuiu para as atuais disputas de memória, a difusão do negacionismo histórico e o fortalecimento de discursos antidemocráticos no Brasil contemporâneo. Para responder a tais questões, o objetivo geral da pesquisa consiste em mapear as permanências e mudanças conceituais em uma perspectiva de longa duração, contrastando a produção didática da disciplina desde o auge do regime militar até o processo de redemocratização e consolidação democrática (1985–1993). Entre os objetivos específicos, busca-se compreender a atuação de instituições como o complexo IPES/IBAD e ESG e atores políticos auxiliaram na formatação curricular da disciplina a partir de Órgãos como CNMC e o Conselho Federal de Educação; identificar as tendências pedagógicas da prática disciplinar decorrentes de acordos educacionais como o MEC-USAID; e por fim, analisar o impacto da cultura histórica sedimentada pela EMC nos fenômenos políticos contemporâneos. O referencial teórico-metodológico fundamenta-se na articulação entre a História dos Conceitos de Reinhart Koselleck para apreender as mutações da linguagem política e a Didática da História de Jörn Rüsen, aportada nas categorias de "cultura histórica" e na narrativa. Somam-se a esse arcabouço a teoria do currículo de Ivor Goodson e André Chervel e a historiografia sobre educação e autoritarismo no Brasil. Metodologicamente, a pesquisa examina um corpus de livros didáticos das décadas de 1970, 1980 e 1990 articulado a cerca de 25 documentos institucionais do Arquivo Histórico do Inep e órgãos oficiais. A investigação estrutura-se assim na análise de referências a partir de autores-modelo e cruzamento de eixos temáticos, focado nas transformações semânticas de conceitos histórico-políticos como o de Estado, Cidadania e Democracia.

Entre o Regime e a Ditadura: narrativas sobre o passado sensível nos livros didáticos do Ensino Médio
Gilvania Lopes Villar (Universidade Federal do Rio Grande - FURG)

A presente pesquisa analisa as narrativas sobre a Ditadura Militar brasileira presentes em livros didáticos de História e Ciências Humanas do Ensino Médio, publicados e distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) entre 2012 e 2020/2021, com foco nas editoras Scipione, Saraiva e FTD. O estudo parte da compreensão do livro didático como recurso fundamental para o ensino de História e, simultaneamente, como fonte discursiva atravessada por intencionalidades historiográficas, pedagógicas e políticas. Nesse sentido, investiga como o período ditatorial é denominado e narrado, considerando as possibilidades de construção de sentidos sobre um passado marcado por conflitos, violência e disputas de memória. A pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa e quantitativa de análise de conteúdo, contemplando o mapeamento e a contagem de termos utilizados para designar o período, bem como a análise da construção narrativa, dos silenciamentos, da abordagem da repressão, tortura, resistência e aspectos econômicos, além do uso de fotografias, charges, gráficos, tabelas e referências bibliográficas. O referencial teórico mobiliza a Educação Histórica, especialmente os conceitos de Consciência Histórica e atribuição de sentido, de Jörn Rüsen, e de *Burdening History*, desenvolvido por Bodo von Borries e Maria Auxiliadora Schmidt, compreendendo a Ditadura como um passado difícil que apresenta desafios específicos para o ensino e a aprendizagem histórica. Os resultados evidenciam mudanças significativas na abordagem do tema após a transição dos livros disciplinares de História para as obras integradas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, especialmente pela redução do espaço destinado ao período. Também foram identificadas diferenças relacionadas às escolhas terminológicas e à profundidade das narrativas: obras que empregam com maior frequência o termo “ditadura” tendem a apresentar maior atenção aos aspectos repressivos, enquanto outras abordagens conferem maior centralidade às questões econômicas e diluem aspectos relacionados à violência política. Observou-se, ainda, que obras com referências historiográficas mais diversificadas apresentam maior pluralidade e aprofundamento na abordagem do período. Assim, a pesquisa aponta para a importância de problematizar os livros didáticos enquanto narrativas sobre o passado difícil, considerando seus silenciamentos, escolhas e possibilidades para o desenvolvimento de uma aprendizagem histórica crítica.

Do Escola Sem Partido à Brasil Paralelo: o pânico moral no ensino de história (2016-2023)
João Vitor Romão de Castro (Universidade Federal de Alagoas - UFAL)

A pesquisa analisa a continuidade das estratégias do movimento escola sem partido (ESP) e sua evolução para um projeto cultural mais amplo, personificado na empresa Brasil Paralelo (BP). a investigação examina o artigo “para que serve a história? para nada...”, de Ricardo da Costa, que exemplifica a tentativa do ESP de esvaziar o sentido analítico da disciplina histórica, promovendo uma visão acrítica e deslegitimando o ensino historiográfico. o artigo mobilizava a retórica do “marxismo cultural”, criando um inimigo onipresente nas universidades e escolas, enquanto acusava os docentes de “doutrinação”, estratégia que alimentou o anticomunismo e o antipetismo, gerando suspeita sobre os educadores. a instrumentalização do pânico moral, aliada a pautas religiosas, permitiu ao ESP interferir em debates como a formulação da BNCC, desviando a atenção de questões estruturais para um combate fantasioso contra a “ideologia de gênero”. nesse contexto, a BP surge em 2016 como expressão mercadológica do mesmo projeto, produzindo conteúdo audiovisual e cursos com ênfase em história, apresentando-se como “livre de ideologia” enquanto deslegitima o sistema público. o “projeto mecenas” da referida empresa é desvelado como

estratégia de ampliação da influência ideológica sobre camadas vulneráveis, e a parceria com a UNIÍTALO para financiar graduações em história é apontada como tentativa de institucionalizar a visão conservadora do movimento, com questionamentos sobre a qualidade do curso. conclui-se que a influência do ESP e da BP se traduziu em projetos de lei no congresso nacional e na nomeação de figuras alinhadas ao movimento para o conselho nacional de educação durante o governo Bolsonaro, evidenciando a abrangência de um projeto neoliberal-conservador que, sob o pretexto da neutralidade, buscou desmontar o ensino público crítico e impor uma visão autoritária e excludente.

Branquitude e a negação dos evidentes privilégios
Rosângela Romano (Universidade Estadual de Maringá - UEM)

O presente trabalho consiste em abordar a branquitude como um elemento de privilégio. Este elemento, muitas vezes negado pela sociedade privilegiada, será debatido a partir de pressupostos e análises referentes à existência de contextos de superioridade que alcança pessoas contempladas com a branquitude em detrimento de pessoas negras.

Revoltas estudantis, silenciamentos e negacionismo didático: consciência histórica e disputas de memória na Furg (2012-2017)
Micael Weslei Cavalheiro Pereira (FURG); Júlia Silveira Matos (FURG)

Esta comunicação desloca para o tema dos negacionismos os resultados de dissertação de mestrado profissional sobre as revoltas estudantis ocorridas na Universidade Federal do Rio Grande (FURG) entre 2012 e 2017, as “Revoltas Furguianas”. O objetivo é examinar como a naturalização de uma suposta calmaria institucional e a higienização da memória oficial operam como silenciamento histórico, aproximando-se do negacionismo interpretativo, que reconhece os fatos, mas lhes atribui outro significado (COHEN, 2001), e da dimensão didático-segregacionista proposta por Matos (2026). A problemática consiste em compreender como seleção, hierarquização e apagamento de sujeitos e experiências incidem sobre a consciência histórica política de universitários e se o ambiente universitário mobiliza saberes históricos que a eles se contraponham. As fontes reúnem atas e ofícios do Arquivo Geral da FURG, publicações de coletivos e gestões do Diretório Central dos Estudantes em fanpages e blogs, e três entrevistas semiestruturadas. A metodologia articula análise de conteúdo categorial temática (BARDIN, 2011) e história oral, no marco da História do Tempo Presente. A orientação teórica combina a Didática da História e a teoria da consciência histórica (RÜSEN, 2015) com a tipologia da negação de Cohen (2001), problematizada para o Ensino de História por Ramos (2019), e com a leitura de Savelsberg (2007) sobre os mediadores sociais que selecionam e ajustam as narrativas do passado. Os resultados mostram que a memória oficial e a memória estudantil disputam o sentido dos acontecimentos. Nos documentos institucionais, de linguagem estritamente formal, as ocupações aparecem como “movimentos reivindicatórios”, “interrupção do calendário” ou “distúrbios”: onde as redes veem luta, o arquivo registra processo administrativo, silenciando a subjetividade estudantil. Identificaram-se ainda a evocação da ata de 2012 como salvaguarda normativa, o apagamento de intervenção artística de resistência e a perda de fontes digitais, como fanpages desativadas. Os estudantes, por sua vez, mobilizaram greves anteriores como aprendizagem histórica exemplar e genética. Conclui-se que o apagamento se dá menos pela negação de fatos do que por enquadramento, hierarquização e omissão, o que sustenta a ampliação do debate sobre negacionismos para a memória universitária pública (PEREIRA, 2026).

Negacionismo, nazifascismo e cinema nos livros didáticos de História do Ensino

Médio: uma análise em Rio Grande (RS).
Priscila dos Santos Teixeira (FURG); Júlia Silveira Matos (FURG)

Esta comunicação apresenta a proposta de dissertação de mestrado profissional sobre o uso do cinema nos livros didáticos de História do Ensino Médio. O objetivo é identificar, nos livros utilizados nas escolas do Rio Grande (RS) a partir de 2012, se filmes, séries e animes são indicados como recursos complementares e de que modo, e examinar se as narrativas sobre nazifascismo e totalitarismo produzem simplificações, eufemizações ou apagamentos próximos do negacionismo interpretativo (COHEN, 2001) e de sua dimensão didático-segregacionista (MATOS, 2026). A problemática consiste em saber como esses livros mobilizam o cinema para representar tais fenômenos e em que medida contribuem para uma consciência histórica crítica. As fontes são os livros didáticos de História do Ensino Médio aprovados no Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) e escolhidos pela rede de Rio Grande, com recorte em nazifascismo e totalitarismo. A abordagem é qualitativa e interpretativa, atenta à narrativa, à representação e à intencionalidade pedagógica. O estado da arte foi levantado no Portal de Periódicos CAPES, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no Google Acadêmico (2012-2026). A orientação teórica filia-se à Didática da História e à Educação Histórica, com a teoria da consciência histórica de Rüsen (2010), que toma o livro didático como artefato de mediação cultural, e não como repositório neutro. Para o negacionismo, mobiliza-se a tipologia de Cohen (2001) e a proposta de Matos (2026). Os resultados já levantados referem-se ao estado da arte. No Portal CAPES, a busca “cinema e história” retornou 607 artigos, “cinema no ensino de história”, 57, “livro didático de história”, 585, e a articulação entre cinema, livro didático e ensino de história, apenas 15. Na BDTD, foram cerca de 191 produções para “cinema e história” e 387 para “livro didático de história”, sem registros sobre recursos pedagógicos no recorte local de Rio Grande. No Google Acadêmico, a busca exata combinando os três termos não retornou resultados. Os dados indicam lacuna de pesquisas sobre a articulação entre cinema, livro didático e representações do nazifascismo (TEIXEIRA, 2026), cuja análise nos livros constitui a etapa seguinte.

Ensino crítico: Pensando na análise de acervos digitais para a aprendizagem histórica e o combate a discursos negacionistas
André Martins da Silva (UNEAL)

O trabalho exposto tem como objetivo apresentar as noções iniciais do projeto de iniciação científica “memórias e narrativas sobre a ditadura militar no Brasil: pensando práticas de pesquisa e ensino a partir de de acervos digitalizados”, projeto fomentado pela fundação de amparo à pesquisa do estado de Alagoas (FAPEAL). Serão analisados documentos digitalizados do período da ditadura militar (1964-1985), mais especificamente do Serviço Nacional de Informação (SNI), disponíveis na plataforma do Sistema de Informação do Arquivo Nacional (SIAN), busca-se incentivar a análise crítica dessa documentação, tendo em vista sua natureza sensível e implicações sociais das mesmas, questionar movimentos negacionistas que circulam o ambiente público, em especial no meio digital e o desenvolvimento de competências essenciais para o ofício do historiador, tanto em sua atuação científica quanto em pensar essa documentação enquanto prática metodológica para o ensino aprendizagem de história. A metodologia utilizada será a de pesquisas na plataforma SIAN, a fim de juntar documentação, em paralelo com pesquisas bibliográficas, e produção de fichamentos, que fundamentam o saber acerca das fontes encontradas, seu devido tratamento e seus impactos sociais e potencialidades na sociedade brasileira, terminando com socialização dos dados discutidos e análises documentais por meio de grupo de estudos. Contribuindo assim, para pensar e questionar discursos revisionistas fundamentados não na prática científica da historiografia, mas sim em viés ideológicos que geram discursos falaciosos ou que distorcem dados postos pela documentação histórica, e

sua divulgação no meio digital, além de incentivar a prática historiográfica de análise documental, servindo tanto para atuação científica somente, quanto para a atuação pedagógica, contribuindo para pensar métodos de ensino que aproximem os estudantes da prática da ciência histórica de forma dinâmica e prática. Pensando, também nas dificuldades e benefícios da produção histórica para grandes públicos, e incentivando o letramento histórico e digital como habilidades indispensáveis no cenário hiper-conectado contemporâneo em meio a produção e divulgação de discursos negacionistas. palavras chaves: ditadura; aprendizagem; documentação; negacionismo.

Ensino de História e Educação Básica: enfrentando o negacionismo histórico nas escolas

Vanessa Fernanda Mayrinck (UEM)

Marcado por disputas pela legitimação de determinada memória, o negacionismo histórico tem emergido como uma questão preocupante para o Ensino de História. O negacionismo histórico não consiste apenas em interpretar o passado de maneira diferente, mas em rejeitar evidências e conhecimentos historicamente construídos para sustentar determinadas visões do presente. Nesse contexto, o projeto Enfrentando o Negacionismo Histórico nas escolas (LEMH/NUPEDHIC-UEM) foi criado com o objetivo de contribuir para a desconstrução de distorções históricas, desenvolvendo ações e alternativas em conjunto com a comunidade escolar. Propondo contribuir também para a reconstrução de um conhecimento histórico ancorado na responsabilidade social e na valorização da diversidade étnico-racial, o projeto vem promovendo discussões coletivas, leituras orientadas, elaborando instrumentos diagnósticos e construindo materiais de apoio, implementados em interação contínua com professores e estudantes da Educação Básica. O presente trabalho visa apresentar o projeto, juntamente com seus resultados preliminares, que revelaram, em um primeiro momento, saberes fragmentados e a presença de estereótipos relacionados à História afro-brasileira e indígena, evidenciando, assim, a urgência de um trabalho que vise ao fortalecimento da Educação das Relações Étnico-Raciais e ao enfrentamento do negacionismo histórico nas escolas.

Guia Interativo de História e Memória: Monumentos e Espaços Públicos de Roraima durante a Ditadura Civil-Militar e os Antigos Territórios Federais de Roraima

André Nonato Alves King e Campos (UFRR) Marcella Albaine Farias da Costa (UFRR) e Ícaro Gregory Carvalho Amorim (UFRR)

Este trabalho apresenta um recorte do produto educacional vinculado à tese de doutorado do ProfHistória. O guia funciona como recurso didático para o ensino de História e a educação democrática, estimulando o debate e a formação crítica em sala de aula (Seffner; Penna; Rios, 2025). O material analisa a relação entre espaços públicos, memória e identidade cultural em Roraima durante os Antigos Territórios Federais do Rio Branco e Roraima (1943-1988), enfatizando as transformações políticas e sociais da Ditadura Civil-Militar (1964-1985) na capital de Roraima, Boa Vista. Com base nos estudos de Elisangela Martins (2010; 2011; 2015) sobre disputas de memória, monumentalidade observa-se como se legitimou as narrativas do regime e as marcas da repressão na arquitetura e no espaço urbano. O produto educacional integra Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), utilizando mapas virtuais e acervos fotográficos para a aprendizagem histórica e reflexão cidadã (Costa, 2015). Entre os locais mapeados, destacam-se o Palácio do Governo Senador Hélio Campos, denominado Palácio 31 de

Março durante o regime e o Monumento ao Garimpeiro, associado ao discurso de integração econômica da Amazônia. O Guia problematiza a monumentalidade e os conflitos da memória pública roraimense (Martins, 2010), orientando os estudantes a identificarem os silenciamentos da história oficial, em especial os impactos do projeto autoritário sobre os povos indígenas e os movimentos sociais (Seffner; Penna; Rios, 2025). Ao utilizar as TDICs de forma reflexiva (Costa, 2015), o Guia Interativo de História e Memória estimula a ressignificação do patrimônio local, auxiliando os alunos a compreenderem como as disputas de memória do período territorial e ditatorial influenciam a cidadania no presente.

O encargo transferido: consciência histórica e negacionismo no ensino da ditadura civil-militar após a Comissão Nacional da Verdade

Ricardo Perez Perez (UEM); Renato Paulo (UEM); Daniela Reis de Moraes (UEM)

Este trabalho discute a condição em que o professor de História da educação básica é convocado a ensinar a ditadura civil-militar e a enfrentar o negacionismo. Em recorte de pesquisa de doutorado em andamento, propõe-se a categoria de encargo transferido para designar o mandato, recebido por via curricular, de discutir memória e justiça sobre um passado que o Estado reconheceu sem dele extrair consequências institucionais. A reflexão, qualitativa e documental, parte da habilidade EF09HI19 da Base Nacional Comum Curricular (2018), que incorpora ao 9º ano o léxico da memória, da justiça e das violações de direitos humanos, e a confronta com o destino das recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014): a que se dirigia à escola encontrou correspondência curricular, enquanto as dirigidas à formação militar permaneceram descumpridas. Com Rüsen (2001) e Cerri (2011), sustenta-se que a formação da consciência histórica não depende apenas do que o currículo prescreve, mas também do que as instituições demonstram, por seus atos, a respeito daquele passado. Com Trouillot (2016), argumenta-se que o silêncio em questão não é a ausência do tema na escola, mas sua presença desacompanhada de confirmação institucional. Bittencourt (2018) e Fonseca (2003) permitem situar o professor entre a prescrição oficial e as mediações da cultura escolar. A análise sugere que, nesse intervalo, o conhecimento histórico tende a ser percebido como opinião entre outras e passa a disputar espaço, em aparente simetria, com a negação da tortura, das mortes e dos desaparecimentos, disputa que se reorganiza nas condições da cultura digital (Cesarino, 2022) e em proposições legislativas (Bauer, 2024). Conclui-se, provisoriamente, que a persistência do negacionismo em sala de aula não deve ser lida como insuficiência pedagógica individual, pois decorre também de uma transição inacabada (Mezarobba, 2010; Pedretti, 2024). Nomear esse encargo situa com precisão o trabalho docente e orienta as próximas etapas da pesquisa, voltadas aos currículos estaduais e aos livros didáticos. Palavras-chave: ensino de História; consciência histórica; negacionismo; ditadura civil-militar; Base Nacional Comum Curricular.

23/10 (Sexta-feira)

Entre o valor moral e a historicização: negacionismo, educação antirracista e formação docente na infância em Rio Grande (RS). - ok

Júlia Silveira Matos. (Universidade Federal do Rio Grande (FURG); Darcylene Pereira Domingues. (Universidade Federal do Rio Grande (FURG); Rafaela de Oliveira Lima Guardalupi. (Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Esta comunicação desloca para o tema dos negacionismos os resultados de pesquisa sobre a formação continuada de professoras e professores da Educação Infantil e dos Anos Iniciais da rede municipal de Rio Grande (RS). O objetivo é examinar como a educação antirracista, tratada inicialmente como valor moral transversal, sem historicização do racismo, aproxima-se de formas sutis de negação, que reconhecem os fatos, mas recusam suas implicações (COHEN, 2001), e como a formação desloca essa prática. A problemática consiste em compreender como os docentes mobilizam tempo, memória, identidade e fontes históricas para enfrentar silenciamentos do passado colonial e escravista, em diálogo com o negacionismo didático segregacionista (MATOS, 2026). As fontes são 34 produções docentes elaboradas em curso de extensão universitária e incorporadas em três blocos: dez relatos de experiência, dez propostas pedagógicas e catorze produções finais. O tratamento seguiu a Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011), com categorias definidas a priori e os conceitos de tempo, memória, identidade e fontes como unidades de registro, combinando frequência e interpretação. A orientação teórica articula a Didática da História e a teoria da consciência histórica (RÜSEN, 2001; 2015), o ensino de História na infância (COOPER, 2006) e a Sociologia da Infância (CORSARO, 2011). Os resultados indicam apropriação processual dos conceitos. Nos dez primeiros documentos, a educação antirracista aparece como princípio ético de respeito e convivência, com escassa mobilização de fontes e sem problematização do passado colonial e escravista, associada a uma concepção de criança a ser protegida e moralizada. Nas produções finais, ganha densidade histórica, com narrativas quilombolas, fontes afro-brasileiras e memórias silenciadas. Na categoria antirracista, predominam identidade (66 ocorrências) e memória (49), seguidas de fontes (37) e tempo (34). Ainda assim, é a dimensão menos consolidada, pois exige aprofundar o uso de fontes racializadas. Conclui-se que a formação continuada pode deslocar a educação antirracista do plano moral para a historicização crítica do racismo, tensionando silenciamentos. O corpus restringe-se a um curso e a uma rede, e registra o que os docentes narram, não sua efetivação em sala de aula.

O ensino de história e a reconstrução identitária dos povos originários: desconstruindo estereótipos e promovendo a pluralidade cultural na educação básica brasileira

Yohan Gabriel Pontes Ferreira Brito (Universidade Estadual da Paraíba - UEPB)

O artigo analisa o ensino de história indígena como um campo estratégico para a valorização identitária dos povos originários, destacando a educação escolar indígena na construção de subjetividades e resistências culturais. A partir dos Estudos Culturais, fundamentados por teóricos como Stuart Hall e Kathryn Woodward, o trabalho discute os conceitos de identidade e diferença como construções dinâmicas, não essenciais e continuamente atravessadas por relações de poder e sistemas de representação simbólica. O ensino de história é problematizado como um espaço de disputa e memória, capaz de reproduzir preconceitos ou promover o reconhecimento da pluralidade étnica. A análise histórica evidencia que a trajetória escolar imposta aos indígenas no Brasil esteve associada, desde a colonização, a processos de catequização forçada, aculturação e assimilação cultural. Esse modelo, pautado na ideia de "salvar" ou "civilizar" os nativos segundo o padrão eurocêntrico, buscava apagar suas identidades por meio de internatos e da substituição de suas línguas e saberes ancestrais. Em contraposição a essa violência

histórica, o movimento social e político indígena, fortalecido a partir das décadas de 1970 e 1980, impulsionou a afirmação de suas múltiplas identidades e a conquista do direito a uma educação escolar diferenciada, que respeite suas linguagens, oralidade, cosmovisões e dinâmicas próprias de transmissão de saberes. No âmbito didático e historiográfico, é apontado como os livros didáticos frequentemente perpetuaram visões reducionistas e dicotômicas dos povos originários, oscilando entre a diabolização do indígena incivilizado e a romantização do "bom selvagem". Essas imagens estereotipadas geram impactos negativos no ambiente escolar, como a auto-rejeição e o racismo. A promulgação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 representou um marco legislativo fundamental para a inclusão obrigatória do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo básico. Tais políticas públicas incentivam a reavaliação de pressupostos eurocêntricos e promovem a descolonização do conhecimento escolar, embora o combate aos preconceitos permaneça um desafio contínuo. Por fim, reforça a relevância do livro didático como recurso democratizador de leitura e ressalta a urgência de produções didáticas comprometidas com uma memória histórica plural e verdadeira. A transformação do ensino de história em uma ferramenta antirracista e intercultural é indispensável para superar os estereótipos coloniais, afirmar os direitos dos povos originários e construir uma sociedade brasileira mais justa e inclusiva.

Entre o Combate ao Negacionismo Ambiental e a Aprendizagem Histórica: A Didática da História e as Territorialidades Negras no Rio Tejipió
Kaio Ygor Nascimento de França (Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

O presente artigo analisa o potencial da Didática da História e da Aprendizagem Histórica no enfrentamento aos negacionismos históricos e ambientais, tomando como objeto as continuidades entre a escravidão de ganho oitocentista no Recife e as territorialidades negras contemporâneas na Bacia do Rio Tejipió. Problematiza-se como as narrativas hegemônicas operam um duplo negacionismo: ao despolitizar as tragédias socioambientais das periferias ribeirinhas, reduzindo-as a "fatalidades climáticas", e ao invisibilizar a agência e as tecnologias ancestrais de sobrevivência da população negra no pós-abolição. Metodologicamente, sob a perspectiva materialista-crítica e da História Oral, articula-se o conceito de "território-abrigo" (Milton Santos) e "quilombo continuado" (Beatriz Nascimento) com a teoria da Consciência Histórica (Jörn Rüsen). Conclui-se que a transposição didática dessas memórias territoriais no Ensino de História (Lei nº 10.639/03) desenvolve uma aprendizagem histórica crítica, instrumentalizando os estudantes para a desconstrução de mitos negacionistas e para a orientação cidadã no tempo presente.

Negacionismo didático e educação antirracista: silenciamentos e continuísmo pedagógico no núcleo étnico-racial da smed de Rio Grande (2025-2026)
Rejane de Oliveira Gomes (Universidade Federal do Rio Grande (Furg)

Esta comunicação lê, à luz do negacionismo didático segregacionista (MATOS, 2026), a dissertação sobre a institucionalização da educação antirracista pelo Núcleo Étnico-Racial da Secretaria Municipal da Educação (SMED) de Rio Grande (RS). O objetivo é analisar como silenciamentos, eufemizações e apagamentos da história e da cultura afro-brasileira e indígena persistem nas práticas escolares, mesmo após as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008. A problemática consiste em saber como o reconhecimento formal da legislação convive com formas de negação que não rejeitam os fatos, mas lhes atribuem outro significado (COHEN, 2001), e quais são seus efeitos sobre a consciência histórica de estudantes, sobretudo negros e negras. As fontes reúnem os planos de ação de 80 escolas da rede municipal (2025-2026), documentos e materiais do Núcleo e observação do ambiente escolar, registrada em diário de campo e imagens. O corpus foi tratado por análise de conteúdo (BARDIN, 2011), com tabelas analíticas e categorias construídas teoricamente.

A orientação teórica articula a Didática Reconstrutivista da História (SCHMIDT, 2020) e a teoria da consciência histórica (RÜSEN, 2010) com a tipologia da negação de Cohen (2001) e o conceito de epistemicídio (CARNEIRO, 2005), que designa a desqualificação dos saberes negros. Os resultados preliminares indicam forte continuísmo pedagógico. A temática aparece como complemento festivo do currículo, associada a datas comemorativas e ao mês de novembro, em práticas folclorizadas que celebram a cultura negra sem discutir violência racial, epistemicídio e desigualdades, o que a dissertação relaciona ao mito da democracia racial. Sete escolas não apresentaram ações ou plano, e outras registram valorização cultural abstrata, mais discursiva do que operacional. Livros didáticos antigos ainda priorizam os colonizadores. Nas formações docentes, relatam-se falas que tratam o racismo como “coisa de criança”, justificam a escravização como processo interno à África e defendem contribuições do racismo científico, expressões de negação interpretativa e implicatória. Conclui-se que a adesão normativa não garante efetivação e que a negação opera por presença subordinada, omissão e minimização, não pela recusa explícita dos fatos (GOMES, 2026).

Inteligência artificial generativa e negacionismos nos livros didáticos de História do Ensino Médio: como o PNLD 2026-2029 aborda fontes, memória e verdade?

Uirys Alves de Souza *Universidade Federal do Rio Grande (FURG); Júlia Silveira Matos; (Universidade Federal do Rio Grande (FURG)*

Esta pesquisa analisa como a inteligência artificial generativa (IAG) é abordada nos livros didáticos de História do Ensino Médio do PNLD 2026-2029 e propõe lê-la a partir do tema dos negacionismos. O objetivo é compreender como a IAG tensiona a produção, a mediação e a aprendizagem do saber histórico, alterando a relação com as fontes, a memória e a verdade, e verificar se as obras estimulam a formação da consciência histórica. A problemática consiste em saber de que modo o edital, as coleções e os manuais tratam essa transformação e se o fazem por seleção, hierarquização e delegação ao docente, procedimentos próximos do negacionismo didático segregacionista (MATOS, 2026) e das formas de negação interpretativa e implicatória (COHEN, 2001), que reconhecem os fatos, mas lhes atribuem outro significado ou recusam suas implicações. O corpus é constituído pelo edital do PNLD Ensino Médio (2026-2029), pelas coleções didáticas digitais aprovadas no programa e por seus manuais do professor, entendidos como dispositivos centrais de mediação. A pesquisa é qualitativa e adota a análise de conteúdo (BARDIN, 2011), em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, com codificação, categorização e interpretação inferencial. A orientação teórica ancora-se na Didática da História, na Educação Histórica e na teoria da consciência histórica de Rüsen (2015), em diálogo com autores que conceituam a inteligência artificial. Os dados indicam que a tecnologia costuma ser abordada pela ótica dos riscos sociais ou da produtividade, sem exploração que estimule a consciência histórica. Há ainda volume expressivo de orientações e projetos alocados apenas no manual do professor, o que transfere ao docente a responsabilidade de mediar o uso crítico e ético dessas ferramentas e desafia a constituição do historiador-docente. Conclui-se que o diálogo entre IAG e ensino de História não deve limitar-se a menções nos manuais nem a visões tecnofóbicas ou tecnofílicas. A Didática da História precisa instrumentalizar professores e estudantes para compreenderem os algoritmos como produções humanas historicamente situadas, e o letramento histórico crítico pode converter esse tensionamento em oportunidade para o pensamento crítico e a formação democrática.

O passado ditatorial brasileiro (1964-1988) e a aprendizagem histórica: comissões da verdade no Rio Grande do Sul no enfrentamento a distorcionismos e negacionismos.

Natália Centeno Rodrigues (UFPel - Universidade Federal de Pelotas)

Este trabalho discute a didática da história e os processos de aprendizagem histórica voltados ao enfrentamento de negacionismos e distorcionismos sobre a ditadura civil-militar brasileira. Visa examinar a mobilização pedagógica de fontes documentais produzidas por comissões da verdade na educação básica, refletindo sobre suas contribuições para o desenvolvimento do pensamento histórico crítico e a defesa dos valores democráticos. A análise ancora-se em uma intervenção didática desenvolvida com turmas do Ensino Médio Integrado do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul), em Bagé, por ocasião do sexagenário do golpe de 1964. Parte-se da premissa de que o passado recente não constitui um dado inerte, mas um território aberto de disputas mnemônicas, frequentemente instrumentalizado no presente por investidas revisionistas que buscam apagar o terrorismo de Estado. Diante das conciliações que caracterizaram a transição política brasileira, a apropriação dos vestígios da repressão converte-se em imperativo ético da educação histórica. Nesse horizonte, a prática pedagógica articulou a metodologia da aula-oficina de Isabel Barca aos referenciais freireanos e aos aportes da história pública e da memória social, estruturando o ambiente escolar como espaço de contestação a narrativas conciliatórias e negacionistas. O percurso formativo mobilizou os relatórios conclusivos da Comissão Nacional da Verdade (CNV), da Comissão Estadual da Verdade do Rio Grande do Sul (CEV-RS) e da Subcomissão de Memória, Verdade e Justiça (SMVJ) da ALERGS em três etapas: problematização inicial dos usos do passado com suporte audiovisual; leitura investigativa e curadoria orientada de documentos, fotos e testemunhos; e intervenção pública por meio do "Varal da Memória", montado no saguão da instituição. Os resultados revelam que a aprendizagem histórica construída pelo contato com acervos comissionais regionais desconstruiu visões hegemônicas que circunscrevem a repressão ao eixo Rio-São Paulo, evidenciando as dinâmicas do autoritarismo e da resistência no Rio Grande do Sul. A experiência reafirma o potencial da didática da história para converter memórias traumáticas em consciência cívica, posicionando os estudantes como sujeitos ativos contra o silenciamento e a repetição autoritária.

Entre o passado e o presente: a leitura histórica dos estudantes sobre a ascensão da extrema-direita na Alemanha

Daniela Reis de Moraes (UEM)

Esta proposta parte da Educação Histórica, fundamentada nas concepções de aula-oficina, de Isabel Barca, e aula-histórica, de Maria Auxiliadora Schmidt. A metodologia considera os conhecimentos prévios dos estudantes como ponto de partida para a aprendizagem e busca compreender suas ideias históricas sem reduzi-las inicialmente à classificação entre certo e errado. O trabalho com conceitos e conteúdos substantivos é articulado à problematização, ao levantamento de hipóteses, ao confronto de informações e à elaboração de explicações históricas que relacionem passado, presente e perspectivas de futuro. A pesquisa proposta será desenvolvida com estudantes do Fundamental do 9º ano a partir da recente vitória da Alternativa para a Alemanha (AfD) nas eleições realizadas em 6 de setembro de 2026 no estado da Saxônia-Anhalt, resultado que alcançou cerca de 44% dos votos e foi apresentado pelo Jornal da USP como expressão do avanço da extrema-direita no país e de uma tendência observada também em outros países europeus. O acontecimento será utilizado como problema histórico para retomar conhecimentos construídos pelos alunos sobre o fascismo e o nazismo e investigar como esses conhecimentos são mobilizados para interpretar fenômenos políticos do presente. Como instrumento de investigação, será aplicado um questionário organizado em questões abertas e problematizadoras sobre fascismo, nazismo, extrema-direita, democracia, política, negacionismo e passado recente. Inicialmente, serão levantadas as ideias prévias dos estudantes sobre esses conceitos e sobre possíveis relações entre a ascensão contemporânea da extrema-direita e experiências autoritárias do século XX. Em seguida, as respostas serão analisadas considerando as

explicações apresentadas pelos alunos, suas relações causais, usos de conceitos históricos, referências ao passado e formas de estabelecer relações entre passado e presente. A proposta também buscará identificar se os estudantes diferenciam analogia histórica de equivalência entre fenômenos e se mobilizam evidências para sustentar suas interpretações. O objetivo é compreender como os estudantes constroem explicações históricas diante de um acontecimento contemporâneo e em que medida o conhecimento sobre o Nazismo contribui para a leitura crítica do presente. A pesquisa pretende, assim, investigar o desenvolvimento do pensamento histórico, especialmente a capacidade de problematizar informações, formular hipóteses, estabelecer relações causais e construir interpretações sobre os usos do passado na compreensão dos desafios atuais da democracia.

Aprender História desde a infância: fontes, consciência histórica e enfrentamento dos negacionismos na cultura digital

César Evangelista Fernandes Bressanin (UFT)

Este trabalho discute as possibilidades do Ensino de História nos anos iniciais do ensino fundamental para a formação da consciência histórica e o enfrentamento dos negacionismos na cultura digital. Parte da questão: como desenvolver, desde a infância, a capacidade de interrogar narrativas sobre o passado e construir interpretações fundamentadas em fontes? Apresenta uma reflexão teórico-documental, centrada na leitura crítica da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em diálogo com a Didática da História. O recorte privilegia as habilidades EF02HI04, EF03HI02, EF03HI03, EF05HI06 e EF05HI07, relacionadas ao trabalho com documentos e objetos, à consulta de diferentes fontes, à comparação de pontos de vista, às tecnologias de comunicação e às escolhas que constituem os marcos de memória. Compreende a consciência histórica como a capacidade de relacionar experiências do passado, questões do presente e expectativas de futuro, respeitando as formas de compreensão e expressão das crianças. Problematiza a redução da aprendizagem à memorização de datas e personagens e o tratamento das habilidades curriculares como tarefas isoladas. Sustenta que a comparação de narrativas precisa considerar sua autoria, seu contexto e suas evidências, pois a pluralidade de interpretações não torna igualmente válidas afirmações que negam acontecimentos documentados. Como encaminhamento didático, propõe a investigação de histórias da escola e da comunidade, mediante fotografias, objetos, relatos orais e registros digitais selecionados pelo professor. Perguntas como quem produziu este registro, quando, com qual finalidade e quais sujeitos aparecem ou são silenciados orientam a elaboração de pequenas narrativas pelas crianças. Nesse percurso, conteúdos digitais e materiais produzidos por inteligência artificial podem ser examinados com mediação docente, evitando que sua aparência de autoridade substitua a verificação das informações. A proposta também aborda os apagamentos das experiências indígenas e afro-brasileiras, sem equiparar automaticamente todo silêncio ao negacionismo. Defende-se que o potencial emancipatório do Ensino de História depende da articulação entre investigação, diálogo, respeito à diversidade e formação docente. Assim, a BNCC constitui um ponto de partida a ser problematizado, e a aprendizagem histórica pode contribuir para a autonomia intelectual das crianças e para sua participação responsável na cultura digital.

21/10 (Quarta-feira)

Da prática docente à construção do Palimpsesto Territorial: pesquisa e ensino da História Local em Franca/SP
Guilherme Guiraldelli Moreira. (Universidade Estadual Paulista)

Este trabalho analisa o percurso pelo qual uma inquietação surgida na prática docente foi transformada em uma agenda de pesquisa em Ensino de História, voltada ao ensino da História Local e à presença indígena na formação territorial da região de Franca, São Paulo. A investigação teve início entre 2023 e março de 2025, durante a atuação do autor como professor substituto nos anos iniciais do Ensino Fundamental da rede pública municipal. A análise de materiais didáticos e documentos curriculares evidenciou tensões entre as orientações da Base Nacional Comum Curricular, as narrativas escolares disponíveis e as especificidades históricas do território vivido pelos estudantes. A problemática foi ampliada por meio de levantamento bibliográfico, historiográfico, arqueológico e documental, desenvolvido em articulação com as atividades do Laboratório de Ensino de História “Prof. Anísio Teixeira”, da Universidade Estadual Paulista, campus de Franca. O percurso mobilizou estudos sobre prática docente, aprendizagem histórica, História Local, território, longa duração, colonialidade e história indígena. Como resultado provisório desse processo, foi elaborada a metodologia denominada Palimpsesto Territorial, organizada em camadas temporais e fontes históricas para favorecer a formulação de perguntas, a construção de hipóteses e a interpretação de permanências, transformações e silenciamentos no território. A proposta foi aplicada em caráter piloto a duas turmas do 5º ano do Ensino Fundamental, em maio de 2026, em uma escola estadual dentro do município, após uma tentativa de implementação na rede municipal que não obteve autorização institucional. Como os registros da aplicação ainda estão em processo de sistematização, o trabalho não apresenta conclusões sobre a eficácia pedagógica da metodologia. Seu objetivo é discutir como a prática docente, quando registrada e analisada em diálogo com fontes e referenciais teóricos, pode originar problemas historiográficos, produzir conhecimentos e contribuir para a construção de metodologias contextualizadas para o ensino da História Local.

Além da colonialidade: uma sequência didática sobre resistência e protagonismo indígena
Milena Natalya Morais Frederico; Maelly Esteffany Claudino Bezerra; Rochelle Dantas da Silva (UFRN)

A presente proposta consiste na elaboração de uma sequência didática voltada ao ensino de História Indígena no Brasil Colonial para estudantes do 8º ano do Ensino Fundamental. O trabalho parte da necessidade de problematizar narrativas eurocêntricas que frequentemente representam os povos indígenas como sujeitos passivos ou restritos ao período colonial, contribuindo para seu apagamento histórico e para a permanência de estereótipos na sociedade contemporânea. Fundamentada na perspectiva decolonial, especialmente no conceito de colonialidade do poder, e no protagonismo indígena, a proposta busca compreender os povos originários como sujeitos históricos ativos, capazes de resistir, negociar e construir estratégias diante das políticas de dominação. A sequência didática está articulada à Lei nº 11.645/2008 e às habilidades EF08HI14, EF08HI21 e EF08HI27 da BNCC. Metodologicamente, organiza-se em três aulas, utilizando imagens, mapas, fontes históricas, vídeos, debates e atividades de análise crítica. Inicialmente, busca-se desconstruir o mito do desaparecimento indígena, evidenciando sua presença e diversidade na sociedade brasileira atual. Em seguida, são analisadas as políticas

indigenistas e os discursos civilizatórios, com destaque para o Diretório dos Índios, possibilitando aos estudantes compreender as relações de poder presentes nas fontes históricas. Por fim, são discutidos os conceitos de tutela, resistência e protagonismo indígena, articulando experiências históricas às lutas contemporâneas por direitos, territórios e reconhecimento. Como atividade avaliativa, propõe-se a elaboração de uma contra-narrativa histórica, permitindo aos estudantes refletir sobre a permanência indígena e sobre as formas de resistência ao longo do tempo. Assim, a sequência pretende contribuir para um ensino de História mais crítico, plural e comprometido com a valorização das epistemologias indígenas e com o enfrentamento do apagamento histórico.

Decolonialidade e Interculturalidade Crítica no Ensino de História: Desafios na Implementação da Lei 11.645/2008 para a Construção de uma Educação Básica Antirracista e Pluralista no Brasil.
Yohan Gabriel Pontes Ferreira Brito. (Universidade Estadual da Paraíba)

O artigo analisa o ensino de história na educação básica brasileira sob a perspectiva da decolonialidade e da interculturalidade crítica, focando na aplicação da Lei nº 11.645/2008, que tornou obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. Historicamente, a narrativa escolar sustenta-se em moldes eurocêntricos e positivistas, herdados do século XIX, nos quais as populações originárias e negras foram relegadas ao silenciamento, ao folclore ou à subalternização. A partir de contribuições teóricas de autores como Quijano, Walsh, Candau, Rufino, Munanga e Gomes, o trabalho problematiza o conceito de colonialidade do poder e do saber, demonstrando que a dominação europeia não se encerrou com o fim do colonialismo, mas perpetuou um padrão global fundamentado na hierarquização racial. Esse modelo naturaliza o imaginário do colonizador e promove um epistemicídio, invalidando os saberes e memórias dos povos colonizados. Para superar essa estrutura, defende-se que a decolonialidade na escola não deve ser restrita a formulações teóricas, mas traduzida em uma prática pedagógica transformadora, contínua e comprometida com a equidade. Criticando o multiculturalismo funcional das agendas neoliberais e os limites da BNCC, propõe-se uma interculturalidade crítica capaz de tensionar os currículos e reconhecer a diferença como riqueza epistêmica e social. O estudo enfatiza que a promulgação da legislação é uma importante conquista dos movimentos sociais, porém alerta para os riscos de sua implementação meramente formal ou pontual, como a abordagem restrita a datas comemorativas. Por fim, aponta-se a urgência da formação continuada de docentes de todas as áreas para desconstruir o mito da democracia racial e reconfigurar o ensino, promovendo a justiça histórica e uma educação antirracista no país.

VOZES NEGRAS APAGADAS: protagonismo, resistência e educação antirracista no ensino de história
Ana Raquel Soares e Indyna Mara. (Universidade Estadual do Maranhão)

O estudo desenvolvido “VOZES NEGRAS APAGADAS: protagonismo, resistência e educação antirracista no ensino de História”, está vinculado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), como parte das atividades do subprojeto de História “A metodologia de projetos no ensino de História: possibilidades e construções na iniciação à docência no curso de Licenciatura em História”. O estudo tem como autoras Ana Raquel Soares e Indyna Mara de Sousa, graduandas do curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), sob orientação do Prof. Reinaldo dos Santos Barroso Junior. A proposta buscou apresentar a trajetória de personalidades negras que contribuíram significativamente para o processo de abolição da escravidão e para a conquista de direitos, destacando seu protagonismo e resistência, mas que, ao longo do tempo, tiveram suas contribuições apagadas ou pouco reconhecidas pela história tradicional.

Para isso, foi elaborada e aplicada uma proposta pedagógica com os alunos do 8º ano B da Escola Antônio Rodrigues Bayma, utilizando atividades que estimularam a participação, o diálogo e a reflexão crítica sobre a temática. A iniciativa teve como objetivo ampliar o conhecimento dos estudantes acerca do protagonismo negro na luta pela liberdade, valorizar a memória histórica de homens e mulheres que marcaram esse processo e incentivar reflexões sobre o racismo, a desigualdade racial e a importância dos direitos humanos na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Como referencial teórico, dialogamos com as reflexões de Paulo Freire (1992), Bittencourt (2008), Freire (1933), Fernandes (1964), Albuquerque (2017), Nascimento (1978), Carine (2023), Bento (2015), Ribeiro (2019) e Adichie (2019). Como metodologia, foram desenvolvidas atividades participativas, utilizando mural pedagógico, análise de músicas, discussão coletiva e elaboração de mapa mental, com o uso de materiais simples e acessíveis. Pelos resultados obtidos, observou-se que muitos estudantes possuíam conhecimentos limitados sobre importantes personalidades negras e sobre o papel da população negra na luta pela liberdade e pela conquista de direitos. A partir das atividades, foi possível problematizar essas lacunas e ampliar a reflexão dos estudantes sobre sujeitos historicamente invisibilizados, destacando a importância de reconhecer a população negra como protagonista de processos históricos. Nesse sentido, a experiência reforçou a relevância de práticas pedagógicas voltadas para a educação antirracista no ensino de História, contribuindo para a valorização de diferentes sujeitos, memórias e formas de resistência na construção do conhecimento histórico. Palavras-chave: História, Ensino, Educação antirracista, Protagonismo.

Desafios, limites e possibilidades dos projetos pedagógicos na educação antiracista.
Luciano Dantas Estevam. (UNEB)

Análise crítica de obstáculos metodológicos e da aprendizagem esperada, enfrentados pelos professores de história na educação básica do colégio Estadual Prof. Edgard Santos em Governador Mangabeira, Bahia durante a realização de projetos pedagógicos no mês da Consciência Negra. Com a utilização da Aprendizagem Baseada em projetos se propõe identificar os limites institucionais e pedagógicos sem perder de vista as possibilidades de transformação das percepções históricas dos discentes e mesmo de docentes das outras áreas do conhecimento proporcionadas pelas experiências e novas metodologias de abordagem educacional.

Aprender brincando: a dinâmica da caça ao tesouro como estratégia de educação antirracista.
Maria Luiza de Almeida Lima. (Universidade Estadual do Maranhão-Campus Caxias)

Este artigo analisa as contribuições de uma intervenção pedagógica fundamentada em metodologia lúdica, do tipo caça ao tesouro com temática étnico-racial, para a valorização de figuras negras e o fortalecimento de práticas de educação antirracista no Ensino Fundamental II. Parte-se da compreensão de que o currículo escolar brasileiro, historicamente marcado por perspectivas eurocêntricas, contribui para a invisibilização do protagonismo negro e para a reprodução de desigualdades simbólicas e raciais no espaço escolar. Nesse contexto, a pesquisa fundamenta-se nos princípios da educação das relações étnico-raciais e nas orientações da Lei n.º 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. O estudo caracteriza-se como qualitativo, descritivo e reflexivo, articulando pesquisa bibliográfica e observação participante. A intervenção foi desenvolvida com estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental do Colégio Municipal Antônio Rodrigues Bayma, em Caxias–MA, no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). A atividade foi organizada em grupos e estruturada a partir de um painel ilustrado com figuras históricas

negras, envolvendo desafios e questões voltadas ao reconhecimento de suas trajetórias e contribuições. A análise das interações, respostas e participação dos estudantes evidenciou lacunas em seus conhecimentos prévios acerca de personalidades negras, como Zumbi dos Palmares, Maria Firmina dos Reis, Maria Filipa, Luís Gama e Manuel Francisco dos Anjos Ferreira. Entretanto, a dinâmica despertou interesse, curiosidade e maior participação, favorecendo a ampliação do repertório histórico, a cooperação, o diálogo e a reflexão sobre representatividade, identidade e relações étnico-raciais. Os resultados indicam que a ludicidade, quando articulada à intencionalidade pedagógica e à problematização crítica, pode constituir uma estratégia significativa para o ensino de História e para a valorização de sujeitos historicamente invisibilizados. Conclui-se que práticas pedagógicas lúdicas e contextualizadas podem contribuir para a construção de uma educação mais inclusiva, participativa e comprometida com a equidade racial, reforçando o papel da escola no enfrentamento das desigualdades e na formação de sujeitos críticos e socialmente conscientes.

22/10 (quinta-feira)

Ensino de História, temporalidade e reconhecimento identitário local: reflexões a partir da cidade de Laranjeiras/Sergipe.
Jussara Santos (Universidade Federal de Sergipe (UFS) - Mestrado em Ensino de História - ProfHistória)

O ensino de História pode contribuir para que os estudantes estabeleçam relações entre as experiências do passado e as questões do presente, atribuindo sentidos à realidade histórica e social em que estão inseridos. Nessa perspectiva, este artigo discute as contribuições do ensino de História para o fortalecimento do reconhecimento identitário local dos estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental da cidade de Laranjeiras, Sergipe, a partir da perspectiva da temporalidade. Parte-se da seguinte questão: de que maneira o ensino de História pode constituir-se como uma ferramenta para fortalecer o reconhecimento identitário local desses estudantes por meio da valorização das experiências históricas presentes em seu território? O objetivo consiste em analisar as relações entre ensino de História, consciência histórica, memória, patrimônio, história local e temporalidade, refletindo sobre suas potencialidades formativas para a construção do reconhecimento identitário. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter analítico, desenvolvida por meio da leitura e da análise interpretativa das obras selecionadas. A discussão fundamenta-se nas contribuições de Circe Bittencourt e Itamar Freitas acerca do ensino de História e da formação histórica; de Pierre Nora sobre memória e lugares de memória; de Sandra Jatahy Pesavento sobre cidade, espaço e temporalidade; de Áurea Pinheiro, Cássia Moura e Márcia Costa de Souza acerca da educação patrimonial; e de Janaina Cardoso de Mello sobre as memórias negras não petrificadas em Laranjeiras. A análise compreende a cidade como espaço de experiências históricas no qual patrimônio, memórias, sujeitos e manifestações culturais expressam diferentes temporalidades. Nesse sentido, a aproximação entre os conteúdos históricos e as referências culturais presentes no território vivido pelos estudantes possibilita problematizar permanências e transformações e estabelecer relações entre passado e presente. Considera-se, assim, que a articulação entre ensino de História, história local, memória, patrimônio e temporalidade apresenta potencial para favorecer a formação da consciência histórica e fortalecer o reconhecimento identitário local, compreendido como um processo construído nas relações entre sujeitos, cidade, memória e experiências históricas.

Do conhecimento prévio à hipótese histórica: a aula-oficina como estratégia de aprendizagem histórica.
Marcia Regina de Oliveira Lupion. (Universidade Estadual de Maringá)

Este trabalho apresenta um recorte do projeto de extensão “Os conhecimentos tácitos, o LRCO e o ensino de História: aprender com o que se traz — reconhecer-se no ato de aprender”, desenvolvido pela Universidade Estadual do Paraná (Unespar), campus Paranavaí, em articulação com o Colégio Estadual Bento Munhoz da Rocha Neto. O projeto investigou como os conhecimentos prévios são compreendidos e mobilizados no Livro Registro de Classe On-line (LRCO/Educatron) da Secretaria de Estado da Educação do Paraná e, a partir dessa análise, elaborou e aplicou propostas didáticas fundamentadas na Didática da História e na Educação Histórica. O recorte aqui apresentado concentra-se na experiência de duas Aulas-Oficina realizadas em 23 de junho de 2026, com turmas do 7º e do 8º ano, buscando discutir de que modo a investigação dos conhecimentos tácitos pode favorecer a construção de explicações históricas pelos estudantes. A pesquisa, de natureza qualitativa, documental e interventiva, articulou pressupostos da pesquisa-ação ao estudo dos materiais disponibilizados no LRCO, especialmente planos de aula e apresentações. A análise revelou que, embora o sistema apresente um campo denominado “Conhecimentos Prévios”, este se refere predominantemente a conteúdos curriculares anteriormente estudados. Em contraposição, as Aulas-Oficina trataram os conhecimentos tácitos como ideias, interpretações e experiências mobilizadas pelos estudantes diante de problemas históricos. No 7º ano, a problematização “os reis sempre foram poderosos?” desencadeou hipóteses sobre a descentralização do poder feudal, o comércio e a necessidade de centralização política, posteriormente confrontadas com informações e evidências sobre as monarquias inglesa e francesa. No 8º ano, a análise de um excerto dos boletins manuscritos da Conjuração Baiana permitiu investigar concepções sobre liberdade, igualdade e desigualdade, levando os estudantes a formular hipóteses sobre as motivações do movimento e, posteriormente, reelaborá-las a partir da contextualização histórica. Os produtos finais — uma atividade de síntese sobre as monarquias e a produção de perfis de personagens da Conjuração Baiana em formato inspirado em redes sociais — evidenciaram avanços na elaboração de narrativas e explicações históricas. Os resultados indicam que investigar os conhecimentos tácitos como ponto de partida, e não apenas como verificação de conteúdos previamente estudados, amplia as possibilidades de participação, argumentação, autoria e atribuição de sentido ao conhecimento histórico. A experiência também reforçou o potencial da articulação entre universidade e escola para a formação inicial de professores e para a construção de práticas de ensino de História mais dialógicas e investigativas.

AS SALAS DE AULA COMO LABORATÓRIO DE HISTÓRIA: PRÁTICAS E REFLEXÕES.
Cleberson Vieira de Araújo. (SME - Nazarezinho/ SEE - Paraíba)

Este trabalho apresenta reflexões sobre a sala de aula como espaço de investigação, experimentação e construção do conhecimento histórico. Parte-se da compreensão de que o ensino de História deve superar a mera transmissão de conteúdos, favorecendo a análise crítica das diferentes interpretações sobre o passado e suas relações com o presente. Nessa perspectiva, a sala de aula constitui um laboratório de História, no qual documentos, imagens, relatos, fontes digitais e experiências dos estudantes são utilizados para investigação e problematização. Com uma metodologia qualitativa, destaca-se que a prática educativa deve estimular a autonomia e a criticidade dos educandos (Freire, 1996). Bittencourt (2018) destaca a importância das fontes e de diferentes linguagens na construção do conhecimento histórico escolar, enquanto Cerri (2011) enfatiza o desenvolvimento da consciência histórica como elemento fundamental para a compreensão do tempo presente. As práticas pedagógicas, portanto, devem estimular a curiosidade, a argumentação, a análise de evidências e a construção coletiva do conhecimento. Destaca-se também o uso crítico das tecnologias digitais e da inteligência artificial como ferramentas de apoio à pesquisa e à aprendizagem, sem substituir a reflexão docente e a autoria discente. Com efeito, ao transformar a sala de aula em laboratório de História se

favorece uma aprendizagem significativa, participativa e contextualizada, contribuindo para a formação de estudantes autônomos e críticos.

Protocolo EIO, consciência histórica e arquivos policiais: uma proposta didática para o ensino escolar sobre a violência de gênero.
Gilmária Salviano Ramos. (UAB/UFSC)

Protocolo EIO, consciência histórica e arquivos policiais: uma proposta didática para o ensino escolar sobre a violência de gênero Em uma cultura marcada pela circulação acelerada de informações, imagens, estatísticas e documentos digitalizados, ensinar História implica também formar estudantes capazes de distinguir evidência, interpretação e ausência documental. Esta comunicação discute as possibilidades didáticas de arquivos policiais sobre violência de gênero e feminicídio para o desenvolvimento da consciência histórica, tomando como corpus inquéritos policiais e boletins de ocorrência produzidos pela Delegacia de Proteção à Criança, ao Adolescente, à Mulher e ao Idoso (DPCAMI), de São José, Santa Catarina, entre 2012 e 2022. A investigação, de caráter teórico-metodológico e fundamentada em empiria documental, articula o conceito de consciência histórica de Jörn Rüsen (2001; 2010) às operações de leitura documental propostas por Sam Wineburg (1991), com os conceitos de identificação da fonte (sourcing), contextualização e corroboração —, ao uso da evidência e às relações entre permanências e mudanças de Peter Seixas e Tom Morton (2012). Metodologicamente, propõe-se uma matriz interseccional e temporal articulada ao Protocolo EIO — experiência, interpretação e orientação — para interrogar não somente aquilo que os documentos informam sobre o feminicídio, mas também aquilo que classificam, omitem ou tornam documentalmente impossível afirmar. A análise observou que a ausência de informações pode constituir, ela própria, um problema histórico, isto é, nos termos de depoimento examinados, por exemplo, os formulários registram diversos dados de qualificação, mas não possuem campo específico para raça/cor. Também se observa que mudanças legislativas e formas institucionais de nomeação da violência não operam necessariamente na mesma temporalidade, produzindo coexistências entre inovação normativa e permanências documentais. Argumenta-se que essas discrepâncias podem ser convertidas em operações de aprendizagem histórica no ensino escolar com vistas a identificar quem produz a fonte e com qual finalidade, confrontar diferentes versões, reconhecer limites da evidência, evitar preenchimentos inferenciais e construir explicações sobre mudanças, permanências e causalidade mostrando como os sujeitos do passado pensavam sobre seu tempo e como foram capazes de agir mudando valores, crenças, preconceitos e formas de violências. Nessa perspectiva, a dimensão emancipatória do ensino de História voltado a cidadania consiste na formação da capacidade de produzir interpretações historicamente fundamentadas e mobilizá-las como orientação diante de problemas do tempo presente. Palavras-chave: Didática da História; consciência histórica; arquivos policiais; evidências de violência de gênero.

A utilização das histórias em quadrinhos como instrumento para o ensino da Guerra Fria.
Cliff Rodrigo da Silva. (Unifesp)

Este artigo visa apresentar as potencialidades pedagógicas das histórias em quadrinhos, sendo parte do desenvolvimento da pesquisa realizada no programa de mestrado do Profhistória, tendo como tema a utilização das histórias em quadrinhos para o ensino do período de Guerra Fria. Para tanto, busca-se apresentar um histórico da construção do currículo de ensino de História no Brasil e de que maneira a utilização de histórias em quadrinhos como ferramenta pedagógica têm sido apresentadas no currículo a partir da criação da LDB e, mais recentemente, da BNCC. Para isto, será utilizada a dissertação de mestrado de Rodolfo Calil Bernardes. Além disso, será feita uma breve apresentação sobre

pesquisas acadêmicas que utilizam quadrinhos como fonte para se trazer uma problemática acerca da legitimação dessa linguagem e, por fim, busca-se apresentar de que maneira podemos utilizar Histórias em Quadrinhos para o ensino de Guerra Fria a partir dos títulos do Homem de Ferro, da década de 1960 e do Arqueiro Verde e Lanterna Verde da década de 1970 através da análise de trechos selecionados, buscando apresentar aos docentes\ pesquisadores temas pertinentes trazidos por essa mídia. Para isso, serão utilizados referenciais teóricos de historiadores bem como de pesquisadores de quadrinhos da área de linguagens, como os Paulo Ramos e Waldomiro Vergueiro.

Resistência e formação crítica nas tensões da BNCC: consciência histórica e práxis revolucionária em diálogo.
Ana Karolina Rocha Palmeira. (Universidade Federal de Campina Grande)

Ao nos aproximarmos dos debates sobre a BNCC pelo olhar da história da educação, algumas categorias se repetem e se interligam: o caráter neoliberal das diretrizes curriculares, o incentivo à adequação dos jovens ao mundo do trabalho e o esvaziamento do conteúdo histórico ao transformar as disciplinas em um bloco intitulado “Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” – herança da Ditadura Militar e do ensino focado em habilidades e competências, como assinalam Molina e Bordignon (2022). Tais categorias não se dão por acaso, mas constituem foco de investigação devido a crescente necessidade de problematizar os males perpetuados pela atuação e força do neoliberalismo na educação brasileira e no ensino de história. É visto que a política neoliberal não almeja apenas esvaziar o potencial emancipatório da educação – como caracteriza Freire (2014) –, ao visualizar o estudante apenas como futura mão de obra, mas também visa homogeneizar a prática docente, apresentando-se como reguladora da atividade educadora. A Base então promete, tanto ao estudante quanto ao professor, discussões sobre cultura, diversidade, respeito, tolerância e mundo do trabalho; contudo, em seu texto, vemos uma proposta que carece de problematizações aprofundadas, perpetua a visão eurocêntrica de mundo e desconsidera a história enquanto meio de repensar as estruturas vigentes – o que evidencia, portanto, as contradições propositais entre o discurso anunciado e sua verdadeira intencionalidade. Assim, o presente trabalho se propõe a questionar de que forma a relação docente-discente pode almejar uma educação de potencial emancipador frente às tensões da BNCC. Para tal, articulo Rüsen (2001) e Freire (2014), ao mobilizar respectivamente os conceitos de consciência histórica e práxis revolucionária, considerando o papel ativo dos professores que resistem à padronização neoliberal por meio de uma autonomia relativa, a qual possibilita o debate e o pensamento crítico. Portanto, entendendo que a consciência histórica se constitui como as operações mentais em que as pessoas interpretam sua experiência no tempo para dar sentido à evolução de seu mundo e de si mesmas, a práxis revolucionária se apresenta como complemento viável, ao refletir a união dialética entre ação e reflexão – a oposição aos ideais dominadores, valorizando o diálogo com os sujeitos oprimidos e o compromisso em formar um cidadão que leia criticamente o mundo ao seu redor. Unindo as duas óticas, podemos discutir um ensino de história que, ainda longe do ideal fim do neoliberalismo, permite pensar aulas voltadas para a análise de experiências do passado, movimentos sociais, fontes históricas e para leitura do mundo que considere o saber prévio do estudante, dando sentido à sua evolução e possibilitando uma práxis revolucionária.

A Poética do Invisível no Ensino de História: As HQs de Marcelo D'Salete como Artefato Didático.
Bruno Ulanoski dos Passos. Universidade do Estado de Santa Catarina – UDES

Este trabalho propõe analisar as histórias em quadrinhos (HQs) de Marcelo D'Salete, focando nas obras Mukanda Tiodora (2022) e Angola Janga (2017), como produtoras de uma didática da História por meio de seu discurso histórico. Ao articular educação e didática com arte, memória e temporalidade, o estudo evidencia como a linguagem dos quadrinhos oferece novas interpretações do passado a partir do uso de fontes históricas. Por meio de paralelos imagéticos, sobretudo da arquitetura, D'Salete demonstra que os espaços urbanos e rurais eram ocupados por diversos sujeitos, embora tenham sido registrados e retratados por poucos. Assim, abordo as HQs tanto como um artefato didático quanto como um agente histórico, como aponta José D'Assunção Barros (2023) quanto um elemento de Práticas Culturais apontadas por Victor Callari e Marcio Rodrigues (2021), pois diante dos relatos coloniais e imperiais omitidos, o autor ocupa esse silêncio com quadros mudos, aqui analisados a partir da estética da ambiguidade e da poética do invisível, desenvolvidos por Nohara Arrieta Fernández em 2022. Procuro inserir essas HQs no ambiente escolar atentando que as narrativas visuais de Mukanda Tiodora e Angola Janga demandam uma pedagogia da atenção, na qual a mediação do professor é o elo entre a arte e o conhecimento histórico. O docente atua como um facilitador que ensina a "ler o não visto", convidando os alunos a desacelerar a leitura para interpretar as camadas tecidas por D'Salete. Essa mediação direciona a reflexão para as referências visuais construídas, os detalhes arquitetônicos e os "quadros mudos", mostrando que a ausência de texto verbal também comunica e denuncia o silenciamento histórico. Dessa forma, as HQs deixam de ser apenas um suporte didático e passa a ser uma ferramenta de descolonização do olhar, permitindo aos estudantes compreenderem o processo histórico como um campo de disputas, memórias e permanências no presente.

23/10 (sexta-feira)

Didaskō: consciência histórica empática, temas sensíveis e usos do passado para pensar o tempo presente.
Guilherme Moerbeck; Liliane Tereza Pessoa Cunha; Victória Diorio - Universidade do Québec em Trois-Rivières (UQTR); Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

O projeto Didaskō – Grupo de Estudos sobre o Ensino de História Antiga e suas Receções no Mundo Contemporâneo – reúne pesquisadores e estudantes do Brasil e do Québec em torno de uma questão central: como o passado antigo pode adquirir sentido social e formativo no ensino de História? A iniciativa propõe articular a formação do pensamento histórico à consciência histórica empática, entendida como a capacidade de interpretar perspectivas situadas no tempo, reconhecer diferenças culturais e refletir criticamente sobre suas relações com o presente, sem reduzir os agentes históricos às categorias atuais. Nesse quadro, o projeto privilegia temáticas sensíveis — como racismo, etnicidade, gênero, desigualdades, colonialismos e violências —, tratando-as a partir de fontes, debates historiográficos e situações de aprendizagem. Mais do que buscar no passado respostas prontas, Didaskō examina as receções, ressignificações e usos políticos, culturais e escolares da Antiguidade, inclusive suas apropriações ideológicas. Busca-se, assim, construir ferramentas didáticas que aproximem conhecimento histórico rigoroso, multiperspectividade, empatia e problematização crítica. Ao iluminar questões do tempo presente à luz do passado, o projeto defende um ensino de História voltado à formação democrática, à responsabilidade interpretativa e à ampliação dos horizontes de compreensão dos estudantes.

As contribuições da Educação Histórica para a Didática da História no Brasil: uma

análise das teses do LAPEDUH/UFPR
Max Lanio Martins Pina (UEG - PPGE/UFPR)

Este trabalho apresenta resultados parciais de uma investigação desenvolvida em nível de estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (PPGE/UFPR), sob a supervisão da professora Dra. Maria Auxiliadora Schmidt. A pesquisa analisa 30 teses produzidas no âmbito do Laboratório de Pesquisa em Educação Histórica (LAPEDUH/UFPR) e tem como objetivo compreender as contribuições da Educação Histórica para a constituição e o desenvolvimento da Didática da História no Brasil. O corpus da investigação é constituído pelas teses selecionadas, tendo como procedimento metodológico a Análise de Conteúdo. Para a organização e interpretação dos dados, a investigação estrutura-se a partir de cinco polos da pesquisa científica: o polo teórico, o polo epistemológico, o polo técnico, o polo morfológico e o polo da práxis. Esses polos são compreendidos de maneira articulada, permitindo identificar os fundamentos teóricos e conceituais mobilizados nas pesquisas, as concepções epistemológicas que orientam a produção do conhecimento, os procedimentos e instrumentos utilizados na investigação, as formas de organização e apresentação dos resultados e, por fim, as relações estabelecidas entre a produção acadêmica e os contextos concretos da prática educativa. A análise busca, portanto, não apenas identificar a presença desses elementos nas teses, mas compreender como eles se articulam e quais contribuições produzem para a consolidação de uma Didática da História fundamentada epistemologicamente no conhecimento histórico e voltada à aprendizagem histórica. Os resultados parciais indicam que a produção do LAPEDUH/UFPR desempenha papel relevante na construção de uma perspectiva de ensino e aprendizagem da História centrada na relação dos sujeitos com o conhecimento histórico, na formação da consciência histórica e no desenvolvimento de competências para a interpretação do passado e a orientação temporal da vida prática. Nesse sentido, as pesquisas analisadas evidenciam a aproximação entre investigação científica, reflexão didática e prática educativa, contribuindo para ampliar a compreensão da Didática da História como campo específico de conhecimento. Em síntese, a produção do LAPEDUH/UFPR contribui para consolidar a Didática da História como uma área de investigação rigorosa, articulando teoria, metódica e compromisso social com a educação histórica no Brasil. Palavras-chave: Educação Histórica. Didática da História. Polo teórico e epistemológico. Polo técnico e morfológico. Polo da práxis.

Potencialidades das escritas de si para a história local e o ensino de História.
Murilo Rosa Garcias e Letícia Medeiros Menezes. Universidade Federal do Rio de Janeiro - PPGHIS

A presente comunicação pretende avaliar a importância das escritas de si nas discussões sobre a história local e o ensino de História da Educação Básica. Para tanto, refletiremos sobre dois documentos: o diário do príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied e a autobiografia do ex-deputado Elysio de Araujo. Produzidas em contextos bastante diferentes, ambas as documentações possibilitam, de forma concomitante, a reconstrução dos cenários sociais do município fluminense de São Fidélis e a possibilidade de esmiuçar processos relevantes para a compreensão da sociedade e do Estado brasileiro nos séculos XIX e XX, tais como as políticas de aldeamento indígena e as estruturas do coronelismo na Primeira República. Assim, e sempre nos valendo de um olhar crítico sobre essas fontes, as supracitadas escritas de si podem também ser utilizadas como ferramentas úteis para o ensino de História na Educação Básica. Seguindo nesse caminho, demonstraremos as potencialidades do uso desse tipo de documentação por professores de História do Ensino Básico, os cuidados metodológicos referentes ao uso desse tipo de documentação e as discussões possíveis de estabelecer a partir desses procedimentos.

A Consciência Histórica dos estudantes do Ensino Médio: projetos de futuro diante de discursos de desvalorização da universidade pública brasileira.
Mariana de Oliveira Scherdien. Universidade Federal de Pelotas - UFPel

O presente trabalho apresenta os resultados iniciais de uma pesquisa desenvolvida no âmbito do grupo de pesquisa “HEDUCA - História e Educação: textos, escritas e leituras” (UFPel), sob orientação do Prof. Dr. Wilian Junior Bonete, e financiada por bolsa de Iniciação Científica (IC/CNPq). O estudo investiga como estudantes do Ensino Médio da rede pública de Pelotas (RS) constroem suas expectativas em relação ao Ensino Superior, analisando as tensões entre seus projetos de futuro e os discursos midiáticos que desvalorizam a universidade pública. Os objetivos principais da pesquisa são compreender os fatores que influenciam os jovens na decisão de cursar o Ensino Superior, considerando aspectos sociais e estruturais que os atravessam, e examinar os discursos midiáticos sobre a universidade, relacionando essas narrativas às expectativas dos estudantes e aos dados do Censo da Educação Superior. A justificativa da pesquisa é explorar um recorte ainda pouco abordado que propicia compreender os impasses dos discentes ao projetar seus futuros. Assim, examina-se e explora-se o conceito de consciência histórica, entendendo que essa molda os projetos dos jovens, limitando-os ou promovendo sua autonomia. A pesquisa está sendo realizada por meio da análise de conteúdo de 70 questionários, os quais foram aplicados a estudantes do Ensino Médio da rede pública de Pelotas (RS). Tais questionários foram comparados com notícias veiculadas na imprensa online sobre o acesso ao Ensino Superior no Brasil. Para viabilizar a análise, utilizou-se como base uma catalogação feita para o projeto Portal Clio HD (UFPel), que realiza a salvaguarda de notícias em bancos de dados digitais seguros, garantindo acesso a materiais preservados de forma transparente e confiável para o uso em produções acadêmicas. Diante disso, percebeu-se que, dos 70 jovens participantes da pesquisa, apenas 3 não planejavam cursar o Ensino Superior (aproximadamente 4%). O que é contraditório ao comparar esses dados aos relatórios do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Os quais revelam que o percentual de jovens oriundos da rede estadual que efetivamente ingressam na universidade ao se formarem no ensino médio é de apenas 27%. Portanto, a resistência de 96% dos participantes do estudo parece tensionar os dados oficiais e a onda de desvalorização do Ensino Superior que repercute na mídia. Assim, considera-se importante compreender as concepções de futuro daqueles que resistem aos discursos excludentes e ainda sonham em ocupar esses espaços.

Avaliação e Metacognição no Ensino de História: uma articulação entre saberes.
Luciana Souza Carvalho e Simone Luccas. PPGEn- UENP

Este trabalho apresenta reflexões desenvolvidas no âmbito de uma pesquisa de doutorado profissional em Ensino que investiga possibilidades de articulação entre avaliação da aprendizagem, metacognição e Educação Histórica, tomando como eixo a ação do professor de História nos anos finais do Ensino Fundamental. Parte-se da compreensão de que ensinar História envolve criar condições para que os estudantes desenvolvam formas cada vez mais elaboradas de pensar historicamente, mobilizando procedimentos de análise de fontes, interpretação, argumentação, estabelecimento de relações temporais e construção de explicações sobre o passado. Nessa perspectiva, interroga-se o lugar ocupado pela avaliação na prática docente e as possibilidades de compreendê-la para além da verificação e classificação dos resultados escolares. A discussão aproxima contribuições da avaliação formativa, dos estudos sobre metacognição e da Educação Histórica para pensar a avaliação como uma ação intencional do professor, por meio da qual são produzidas, observadas e interpretadas evidências acerca de como os estudantes constroem o conhecimento histórico. Avaliar implica, assim, observar não somente aquilo que o estudante responde, mas os caminhos mobilizados para interpretar fontes, elaborar hipóteses, estabelecer relações entre passado e presente, sustentar argumentos e construir

narrativas históricas. Ao explicitar critérios, formular questões que tornem perceptíveis os processos de pensamento, oferecer feedbacks e promover situações de autoavaliação, o professor pode utilizar as evidências produzidas para orientar suas decisões pedagógicas e favorecer a tomada de consciência dos estudantes acerca de suas próprias aprendizagens. A metacognição insere-se nesse movimento como possibilidade de ampliar a ação mediadora do professor, contribuindo para que os estudantes reconheçam estratégias, dificuldades e avanços na construção do pensamento histórico. As reflexões desenvolvidas indicam, portanto, que a articulação entre avaliação, metacognição e Educação Histórica pode oferecer ao professor de História referenciais para acompanhar a aprendizagem enquanto ela acontece e, a partir das evidências produzidas, reorganizar sua ação pedagógica, criando condições para o desenvolvimento progressivo da aprendizagem e do pensamento histórico.

A formação do historiador-docente: a presença da Didática da História nas Licenciaturas em História nas Universidades Públicas Brasileiras.
Kauany Dandary Coelho Correa. Universidade Estadual de Londrina (UEL)

O historiador-docente não se limita à função de ensinar História, mas também articula sua prática docente aos conhecimentos produzidos pela pesquisa (Matos, 2021). Nessa perspectiva, esta pesquisa busca analisar como a Didática da História (Rüsen, 2001) e a Educação Histórica (Schmidt, 2016) estão presentes na formação inicial de professores de História, considerando a relação entre teoria e prática no ensino. Para isso, são analisadas, de forma quantitativa e qualitativa, as ementas de disciplinas epistemológicas, como Historiografia e Teoria da História, e metodológicas, como os Estágios, presentes nos Projetos Político-Pedagógicos de cursos de História de universidades públicas brasileiras. A seleção das instituições considera universidades de diferentes regiões do país que disponibilizaram sua documentação institucional. A pesquisa busca identificar como os conceitos relacionados à Didática da História e à Educação Histórica aparecem nas ementas e quais relações são estabelecidas entre a formação teórica e a formação prática dos futuros professores. Também são analisadas as contribuições de programas institucionais, como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) e o Programa de Residência Pedagógica (PRP), para a formação docente e para a aproximação entre universidade e escola. Dessa maneira, pretende-se compreender como os cursos de Licenciatura em História articulam os conhecimentos históricos, a pesquisa e a prática docente, considerando a relação entre teoria e prática como parte fundamental da formação do historiador-docente.

FORMAÇÃO, PRÁTICA E CONSCIÊNCIA HISTÓRICA: reflexões sobre o fazer docente no ensino de História.
Anderson Gonçalves do Nascimento Sousa. PROFHISTÓRIA – UPE

O historiador-docente não se limita à função de ensinar História, mas também articula sua prática docente aos conhecimentos produzidos pela pesquisa (Matos, 2021). Nessa perspectiva, esta pesquisa busca analisar como a Didática da História (Rüsen, 2001) e a Educação Histórica (Schmidt, 2016) estão presentes na formação inicial de professores de História, considerando a relação entre teoria e prática no ensino. Para isso, são analisadas, de forma quantitativa e qualitativa, as ementas de disciplinas epistemológicas, como Historiografia e Teoria da História, e metodológicas, como os Estágios, presentes nos Projetos Político-Pedagógicos de cursos de História de universidades públicas brasileiras. A seleção das instituições considera universidades de diferentes regiões do país que disponibilizaram sua documentação institucional. A pesquisa busca identificar como os conceitos relacionados à Didática da História e à Educação Histórica aparecem nas ementas e quais relações são estabelecidas entre a formação teórica e a formação prática dos

futuros professores. Também são analisadas as contribuições de programas institucionais, como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) e o Programa de Residência Pedagógica (PRP), para a formação docente e para a aproximação entre universidade e escola. Dessa maneira, pretende-se compreender como os cursos de Licenciatura em História articulam os conhecimentos históricos, a pesquisa e a prática docente, considerando a relação entre teoria e prática como parte fundamental da formação do historiador-docente.

ST 3 – Didática da História, RPG e Ludicidade

21/10 (Quarta-feira)

O modo Discovery Tour de Assassin's Creed Odyssey como ferramenta didática no ensino de História: entre engajamento, evidência e vontade de verdade
Anderson Diego Feitosa de Andrade (Profhistória - Universidade Regional do Cariri)

O presente trabalho fruto dto projento de pesquisa em andamento, reflete sobre a utilização do modo Discovery Tour: Ancient Greece, do jogo eletrônico Assassin's Creed Odyssey (Ubisoft, 2018), como ferramenta didática no ensino de História. A pesquisa parte de uma inquietação recorrente na prática docente: como aproximar os estudantes dos conteúdos históricos e envolvê-los no processo de aprendizagem. Diante desse desafio, investiga-se o potencial pedagógico dos jogos eletrônicos, tomando como objeto empírico o modo Discovery Tour, criado pela Ubisoft a partir de demandas de professores que já utilizavam a franquia em sala de aula, e que substitui o combate e a narrativa central do jogo por um passeio guiado pelas reconstruções tridimensionais do mundo grego clássico. Do ponto de vista teórico, o trabalho dialoga com Sônia Meneses (2024), que distingue o engajamento ético-político, de tradição sartreana, do engajamento próprio da lógica digital, e discute o presentismo como regime de historicidade que disponibiliza o passado como cenário de livre exploração; e com Helenice Rocha e Rafael Monteiro (2025), que problematizam a distinção entre fonte histórica e evidência, mostrando como narrativas verossímeis mobilizam uma vontade de verdade capaz de produzir adesão emocional independentemente do rigor metodológico. A partir desses referenciais, argumenta-se que o Discovery Tour não pode ser tratado como fonte primária, mas como uma evidência já elaborada por uma equipe de desenvolvedores, cuja força imersiva exige mediação crítica docente para não ser confundida com acesso direto ao passado histórico. Como resultado parcial desta pesquisa em andamento, defende-se que o jogo constitui um auxílio pedagógico legítimo, e não um substituto da pesquisa historiográfica ou do livro didático, apontando-se como próximos passos a elaboração de estratégias didáticas de mediação crítica a serem testadas em contexto real de sala de aula

Audiovisualidades e o antirracismo na escola: reflexões sobre o letramento racial e ensino de história nos anos iniciais do ensino fundamental
Lucas Fernandes de Pinho (Universidade Regional do Cariri)

O presente estudo investiga como produções audiovisuais, especialmente curtas-metragens, podem atuar como ferramentas pedagógicas no ensino de História para promover a educação antirracista e o letramento racial. A pesquisa é direcionada aos estudantes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da EEF Professor José Bizerra de Britto, localizada em Crato, Ceará, delimitando-se temporalmente ao período pós-lei 10.639/2003. A problemática central da pesquisa discute o impacto da cultura visual contemporânea, referenciada na branquitude, e questiona como o uso do audiovisual pode se tornar uma linguagem eficaz para mitigar desigualdades raciais, transformar o currículo e auxiliar os estudantes na percepção de suas identidades afrorreferenciadas. Como motivação, parto da minha trajetória docente, na qual observei a relevância de recursos fílmicos na aprendizagem significativa. Metodologicamente, o trabalho fundamenta-se na análise de legislações vigentes (como as leis 10.639/2003 e 11.645/2008), de documentos escolares e do projeto "Cinema para o Letramento Racial". O referencial teórico apoia-se em conceitos como identidades, multiculturalismo e representação (Stuart Hall), estudos culturais (Homi Bhabha), cinema (Aumont e Marie) e letramento racial (France Winddance Twine). Os objetivos específicos incluem orientar uma curadoria fílmica que valorize a corporeidade negra, analisar visualidades cinematográficas que fortaleçam a luta antirracista, ampliar o uso de referências de autores do Sul Global e contextualizar a relação entre o cinema e o letramento racial. Como resultado, o projeto visa produzir e disponibilizar em um website um material de curadoria fílmica orientado em sequências didáticas para subsidiar o trabalho de professores de História.

A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA COM ALUNOS DO 1º ANO

Francisca Cibele da Silva Gomes (Instituto Federal do Piauí)

O artigo analisa o papel da educação antirracista no processo de ensino e aprendizagem nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Partimos de uma vivência desenvolvida no 1º ano com 25 crianças que produziram pinturas interpretativas sobre a diversidade cultural e histórica afro-brasileira, somando-se a experiências significativas com culinária, literatura e debates sobre racismo, identidade e cidadania desenvolvidos na escola. Nesse contexto, a metodologia partir do estudo qualitativo, descritivo e com análise do relato de experiência. A partir da análise, foi possível perceber os preconceitos carregados pelas crianças, o seu processo de descoberta e autoconhecimento, bem como a formação crítica desde a infância. Por isso, partirmos da seguinte questão norteadora: Qual a importância do letramento racial nas séries iniciais do ensino fundamental?Portanto, foi um período de formação docente que contribui para o desenvolvimento de práticas lúdicas, críticas e dinâmicas que valorizavam o protagonismo estudantil e a compreensão da realidade das crianças com mais sensibilidade e participação ativa.

O Uso de gincanas como proposta lúdica para o ensino de história a partir da teoria Walloniana

João Gabriel Guimarães Torres (Universidade Federal de Pernambuco)

A disciplina de História, frequentemente marcada por um viés historiográfico positivista e pela educação tradicional, exige novas metodologias que contemplem o aluno em sua integralidade de modo interseccional. Nesse sentido, a fim de mitigar a práticas de transmissividade vertical de ensino, este trabalho propõe o uso da ludicidade sob a forma de gincanas, discussões temáticas gamificadas e dinâmicas alternativas como estratégias pedagógicas capazes de encarar o aluno como construtor ativo do conhecimento histórico. A fim de fundamentar a utilização das gincanas, o estudo utiliza a teoria de Henri Wallon, uma vez compreendido o processo de aprendizagem como uma intersecção dos campos motor,

cognitivo e afetivo, instâncias mobilizadas nesta atividade pela interação, colaboração em equipe e na estruturação de vínculos tanto entre alunos quanto em uma relação menos verticalizada com o educador. A pesquisa também articulas às reflexões psicopedagógicas com as formulações de Jörn Rüsen sobre a formação histórica, entendida, para além da racionalidade, como dinâmica e subjetiva.Nesse sentido, é destacada a ludicidade como suporte experimental e estético necessário para o desenvolvimento da consciência histórica abordada por Rüsen, isto é, a capacidade do aluno de orientação no tempo e em si mesmo. O aspecto lúdico dessas atividades assume o papel de linguagem de aprendizagem, transformando a relação psicológica com ensino de história ao ressignificar o erro e fomentar o bem-estar e o entusiasmo pelo desafio intelectual. Desse modo, argumenta-se que a ludicidade associada às dinâmicas da gincana é capaz de motivar o alunado, reconfigurar o espaço escolar e favorecer a aprendizagem ao conectar à racionalidade as dimensões sensível, interacional e afetiva a tanto tempo afastadas da práxis do ensino.

Educação, História e Cultura Digital: Mediações Didáticas em Aplicativo Geolocalizado Gamificado

Uaná Figueiredo Marcon; Janaina Cardoso de Mello (Universidade Federal de Sergipe)

A partir das contribuições de autores como Jörn Rüsen (2001), Maria Auxiliadora Schmidt (2021) e Paulo Freire (2021), o ensino de História é compreendido não como mera transmissão de conteúdos, mas como processo de formação da “consciência histórica”, no qual os sujeitos constroem sentidos sobre o tempo a partir da interpretação da realidade. Essa perspectiva exige metodologias que valorizem a participação ativa dos estudantes, aproximando o conhecimento histórico de suas experiências e do mundo vivido. Paralelamente, as tecnologias digitais e as culturas digitais têm reconfigurado as formas de produção, circulação e apropriação do conhecimento. Como apontam estudos na área, os sujeitos contemporâneos não apenas acessam informações, mas produzem, compartilham e ressignificam conteúdos em ambientes digitais interativos (Lima; Ferrete, 2021). Nesse contexto, as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) deixam de ser compreendidas apenas como ferramentas opcionais e os educadores passam a atuar como mediadores delas no processo educativo, requerendo a adoção de metodologias ativas e estratégias pedagógicas que dialoguem com essas novas dinâmicas (Medeiros et al., 2025). Assim, busca-se apresentar um protótipo de aplicativo geolocalizado gamificado voltado à mediação do conhecimento histórico no centro urbano de Aracaju; tendo por premissa ainda compreender de que maneira os docentes podem atuar como mediadores das tecnologias digitais no ensino de História, especialmente no que se refere à relação dos sujeitos com o patrimônio urbano e à construção do conhecimento histórico. O aplicativo é concebido como dispositivo, inspirado no Pockemon Go, para mediação do conhecimento histórico pelo professor, incorporando elementos como geolocalização, interatividade e organização de conteúdos históricos vinculados ao espaço urbano. Compreende-se que a organização de bancos de dados educacionais não pode ser compreendida como um processo neutro, mas como prática atravessada por relações de poder, interesses institucionais e disputas sobre o conhecimento. Essa discussão dialoga com as reflexões de Sérgio Amadeu Silveira (2023), que problematiza a chamada “transformação digital” como uma ideologia que naturaliza o uso das tecnologias, ocultando suas implicações políticas e econômicas.

O Dilema de Zumbi de Palmares e Ganga Zumba

Cibele Sidney (Gambito do Rei)

Em 1678, o Governador da Capitania de Pernambuco propôs um Tratado de Paz ao Reino de Palmares. Em troca da cessação das hostilidades, a Coroa exigia a devolução dos escravizados recém-fugidos, a submissão formal de Ganga Zumba como vassalo e o desmantelamento da fortaleza natural da Serra da Barriga para um reassentamento na região aberta de Cucaú. Historicamente, o tratado gerou o impasse irreconciliável entre o pragmatismo de Ganga Zumba (preservação da vida biológica e libertação exclusiva dos nascidos em Palmares) e a ética da soberania incondicional de Zumbi (recusa em entregar os novos refugiados e perda do território estratégico). A proposta pedagógica rompe com a leitura passiva do "fato consumado" historiográfico e instaura uma Ucronia Pedagógica. O conflito político-ético não é apenas narrado, mas reaberto no presente: E se o destino de Palmares fosse deliberado e movimentado pelos estudantes no agora? 2. O Tabuleiro de MDF Gigante: Dispositivo Cênico, Mediação Tátil e Regras do LARP Ao contrário do uso de figurinos ou da interpretação corporal onde os alunos encarnam fisicamente o papel das peças, a arquitetura cênica desta vivência apoia-se em um tabuleiro gigante de xadrez em MDF, totalmente montável e desmontável. A Materialidade e a Mecânica do Jogo: O Tabuleiro e as Peças em MDF: As 32 peças são estruturas planas de MDF em escala gigante (brancas e pretas), encaixadas sobre um tapete de 64 casas, com quadrados alternados em pretos e brancos como o tabuleiro de xadrez, que simula o solo da Serra da Barriga e do Recife. Os alunos não vestem roupas de época nem entram nas casas para substituir os bispos ou reis; eles atuam no entorno do tabuleiro como membros do Conselho e da Estratégia, manipulando e movimentando as peças de MDF à medida que deliberam em grupo. A Jogada como Voto Político e Ético: A movimentação de uma peça de MDF (como a Torre da Serra da Barriga ou os Peões dos Nascidos em Palmares) funciona como a materialização de uma decisão política tomada coletivamente. Para que uma peça avance ou capture outra no tabuleiro gigante, o núcleo de alunos responsável por aquele pólo de tensão deve debater e argumentar em voz alta, assumindo as consequências morais daquela jogada. Mapeamento das Forças Simbólicas no MDF: Lado de Ganga Zumba (Peças Brancas em MDF / O Acordo Diplomático): Rei (Ganga Zumba): Representa a preservação da vida física e o pacto com a Coroa. Rainha (A Voz do Acordo / Pragmática): Possui a maior mobilidade diplomática entre o Recife e o Quilombo. Bispos (Anciãos do Conselho): Sustentam a memória do cansaço e os riscos do extermínio. Cavalos (Emissários Diplomáticos): Peças que "saltam" barreiras para negociar com os portugueses. Torres (Cercas Reais do Macaco): Defesa estática do território consolidado. Peões (Nascidos em Palmares): O grupo beneficiado com a libertação condicional promissora no tratado. Lado de Zumbi (Peças Pretas em MDF / A Soberania e Luta): Rei (Zumbi): Personifica a liberdade plena e o futuro coletivo. Rainha (Dandara dos Palmares / A Voz da Luta): A maior força tática do jogo, que busca proteger os refugiados. Bispos (Guerreiros Estrategistas): Focam na geografia da Serra e na inteligência de guerra. Cavalos (A Guerrilha): Táticas de ataque rápido que "saltam" a linha de defesa inimiga. Torres (Serra da Barriga): A geografia inexpugnável. Peões (Refugiados Recentes / "Novos Quilombolas"): Os recém-fugidos das fazendas que o Tratado exige entregar de volta às correntes. 3. Mediação Cênico-Pedagógica e Rituais da Ação A mediação conduz a experiência através do Método Oficiação, estruturando o rito sem perder a precisão histórica: Mestra dos Portais: Realiza a abertura do portal no centro do tabuleiro de MDF. Convoca os estudantes a desatarem-se da passividade dos livros e assumirem a condução da ucronia. Entra em cena portando o pergaminho (o Tratado de 1678). Enfatiza a tensão entre a Cultura das Palavras Escritas (o papel colonial como armadilha) e a Cultura das Palavras Faladas (a tradição oral libertária). Ela conduz o Juramento Coletivo: "Juro, diante das raízes que sustentam este chão, que não serei apenas um espectador da história, mas o seu movimento... Sob este portal, eu deixo de ser um, para ser o Quilombo. Apresenta os termos reais do Tratado de forma sedutora (apelando ao instinto de sobrevivência). Administra um cronômetro visual (ampulheta), que pressiona o tempo de decisão, elevando o foco cognitivo e o engajamento analógico. A Captura Cênica e o Rito de Reflexão: Quando uma peça de MDF é eliminada do tabuleiro gigante, a mestra intervém: aproxima-se da peça removida, toca-a e faz a provocação pedagógica ao grupo: "O que morre no solo da Serra com a retirada desta peça:

uma esperança ou um medo?". O grupo deve responder argumentativamente antes que o jogo prossiga. 4. Neuroeducação, Teoria da Mente e Funções Executivas Em cumprimento rigoroso às diretrizes do CNE/2025 para o combate à "Dopamina Barata" oriunda de telas e algoritmos predatórios (redes sociais e jogos de aposta/Bets), a vivência prioriza o esforço cognitivo analógico e a interação social presente: Musculação Cognitiva da Teoria da Mente (ToM): Ao debater qual peça de MDF movimentar, o estudante precisa simular internamente as crenças, medos e motivações das lideranças históricas. O aluno no polo de Ganga Zumba deve processar o pavor biológico da morte do seu povo, enquanto o aluno no polo de Zumbi sente a dor ética do abandono dos refugiados. Esse treino de alteridade cênico-narrativa fortalece os circuitos de empatia e inteligência social. Treino do Córtex Pré-Frontal (Funções Executivas Altas): Controle Inibitório: A presença tátil do tabuleiro gigante de MDF e o tempo contado inibem a resposta impulsiva (como mover uma peça sem avaliar as perdas). Exige a trava inibitória para medir as consequências morais a longo prazo. Memória de Trabalho: Mantém ativas as cláusulas do Tratado, as posições das 32 peças de MDF e a estratégia global da facção. Flexibilidade Cognitiva: Exige a reestruturação tática em tempo real a cada contra-movimento realizado pelo grupo adversário. Gestão de Personas e Saúde Mental Docente (Combate ao Burnout): Pelo Método Oficiação, o professor/mediador atua investido do Papel de Mediador (Persona Cênica). A clareza da fronteira entre o "Eu Pessoal" do docente e o seu "Papel de Mediador" reduz o sequestro emocional e o desgaste psíquico no chão da escola, funcionando como um escudo protetor contra o Burnout docente. 5. Considerações Didáticas para a Mediação das Artes da Cena e História O uso do tabuleiro gigante desmontável em MDF transforma a aula de História em uma arena de deliberação tátil e dialógica. O documento histórico (o Tratado de 1678) ganha materialidade no espaço. A aprendizagem não ocorre por transmissão passiva de dados, mas pela mediação cultural dialógica entre o bem artístico (o jogo/tabuleiro), a historiografia e a tomada de decisão coletiva dos estudantes.

22/10 (Quinta-feira)

Jogando como um Cátaro: Representações da Inquisição no RPG Sistema Daemon e seu Potencial Didático
Adrienne Cardoso (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

O presente trabalho tem como objetivo analisar as representações da heresia e da Inquisição no RPG de mesa nacional Sistema Daemon (em cenários como Trevas e Arkanun), focando especificamente na figura dos Cátaros, e discutir o potencial pedagógico desta ferramenta para o ensino de História. No universo do jogo, os Cátaros são retratados como membros de uma seita cristã gnóstica e primitiva, concentrados na região do Languedoc, no sul da França. A narrativa os apresenta como detentores de conhecimentos místicos sobre reencarnação, praticantes de uma vida ascética e, sobretudo, como alvos prioritários da perseguição do Vaticano, contando frequentemente com a proteção secreta de aliados como os Cavaleiros Templários, Hospitalários e o Priorado de Sião. A proposta deste estudo é tensionar essa construção narrativa e mística do RPG com a historiografia sobre as dinâmicas sociais e religiosas do medievo. Ao transpor a lógica da repressão – observável em fontes históricas e registros de tribunais inquisitoriais da região – para as mecânicas de jogo, o sistema cria uma experiência imersiva onde o jogador assume o papel do "herege" perseguido. Discute-se como a experiência de "jogar como um Cátaro" pode ser mobilizada em sala de aula. A vivência lúdica da clandestinidade, da iminência do julgamento e da necessidade de fuga permite debater com os alunos conceitos complexos como justiça, alteridade, agência e relações de poder na Idade Média. Conclui-se que, mesmo com as licenças poéticas inerentes ao gênero fantástico, o RPG atua como um laboratório narrativo valioso para a Didática da História, engajando os discentes e permitindo a desconstrução de estigmas por meio da empatia histórica e da ludicidade.

Ensino de História e População em Situação de Rua: como ocupar os contextos de vulnerabilidade?
Adriel de Oliveira Dias (PPGH/UFG)

Este trabalho investiga como o Ensino de História pode ocupar espaços de vulnerabilidade social, especificamente junto à população em situação de rua, partindo da constatação do aumento expressivo desse contingente nos centros urbanos, da prevalência de discursos médico-sanitaristas, de um modelo jurídico-repressivo na cultura histórica (Lima, 2013). Diante desse cenário, o conhecimento histórico produzido nos moldes escolares formais mostra-se limitado para responder às carências de orientação desses sujeitos. A pesquisa ancora-se na Didática da História de Jörn Rüsen (2015), compreendendo que o saber histórico é urdido a partir de demandas concretas de orientação no tempo e no espaço. Logo, o objetivo central é construir e analisar dispositivos que possam mediar a produção de narrativas históricas plurais com pessoas em situação de rua, ampliando o repertório metodológico do historiador para além dos muros escolares e acadêmicos. Para tanto, a investigação mobiliza contribuições interdisciplinares da Psicologia, especialmente do esquizodrama (Baremblitt, 2019; Hur, 2023) para produção de narrativas que possam desterritorializar perspectivas cristalizadas. A inserção em campo ocorreu no Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro Pop) de Goiânia, entre maio e agosto de 2026, com registros sistemáticos em diário de campo (Hur, 2024). A análise focaliza três eixos: a presença do historiador em contextos de vulnerabilidade; os limites do método histórico descontextualizado; e as potencialidades das fronteiras disciplinares. Os resultados parciais indicam que o lazer (Magnani, 1998) quando articulado a dispositivos dramáticos e o conhecimento histórico, é possível desenvolver condições para que os sujeitos narrem suas experiências e se posicionem como agentes históricos. Conclui-se que, ao responder às necessidades de orientação desses sujeitos e ao experimentar outras formas de produzir e compartilhar conhecimento histórico, o Ensino de História pode e deve ocupar situações de vulnerabilidade social.

Heliópolis: Caminhos da Memória: um Recurso Educacional Aberto para o Ensino e a Aprendizagem da História Local
Luiz Antonio Carvalho (Universidade Federal de Sergipe)

O município de Heliópolis-BA apresenta uma produção historiográfica e memorialística ainda limitada e carece de materiais didáticos que contemplem sua trajetória histórica, cultural e social. Essa lacuna se articula a um desafio mais amplo do currículo escolar, uma vez que a abordagem das histórias locais possui maior presença nos anos iniciais do Ensino Fundamental, enquanto nos anos finais cabe ao professor estabelecer relações entre as experiências do território vivido e os conteúdos históricos prescritos. Diante desse contexto, esta pesquisa, desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória/UFS), tem como objetivo desenvolver um Recurso Educacional Aberto (REA) que aproxime estudantes do 6º ao 9º ano da História Local de Heliópolis, contribuindo para a aprendizagem histórica e para a reflexão sobre o passado e o território em que vivem. A fundamentação teórica articula contribuições da Didática da História e da Educação Histórica, especialmente a concepção de consciência histórica de Jörn Rüsen, em diálogo com discussões sobre memória coletiva e História Local. A metodologia envolveu o mapeamento da produção historiográfica e memorialística sobre o município, incluindo produção acadêmica, fontes institucionais e registros da produção jornalístico-memorialística local, que subsidiaram a seleção dos conteúdos históricos incorporados ao recurso. O produto em desenvolvimento é o jogo de tabuleiro “Heliópolis: Caminhos da Memória”, destinado a estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental. O tabuleiro reproduz o território municipal por meio de uma trilha de 54 casas, estabelecendo conexões entre a sede e seus principais povoados. A dinâmica é realizada coletivamente e reúne cartas de

perguntas, elementos relacionados às memórias e referências culturais locais, personagens inspirados em sujeitos e práticas sociais do município, além de situações que envolvem escolhas e negociações entre os participantes. A progressão no jogo está relacionada à construção de conhecimentos sobre a história do município, e não apenas à velocidade de deslocamento na trilha. Dessa forma, acontecimentos, lugares, personagens, práticas culturais e memórias locais são mobilizados como elementos de problematização e aprendizagem histórica. O desenvolvimento do REA evidencia o potencial do jogo de tabuleiro como estratégia para aproximar o conhecimento histórico escolar das experiências e referências do território vivido pelos estudantes. Como recurso aberto, o produto apresenta possibilidades de utilização, adaptação e compartilhamento em diferentes contextos educacionais, contribuindo para ampliar as formas de ensinar e aprender História a partir das realidades locais. Palavras-chave: Ensino de História; História Local; Educação Histórica; Recurso Educacional Aberto; Consciência Histórica.

Entre cartas e batalhas: construindo aprendizagens sobre a Independência da Bahia
Davi de Aquino Simões (UNEB)

Este trabalho apresenta o processo de criação e desenvolvimento do RPG de cartas “Dois de Julho: Uma Batalha pela Independência”, elaborado no âmbito do Programa Residência Pedagógica, no Colégio Público Militar Luiz Tarquínio, em Salvador (BA). A proposta teve como temática a Independência do Brasil na Bahia, com ênfase nas lutas que culminaram no 2 de Julho de 1823, buscando articular o ensino de História a práticas pedagógicas lúdicas, investigativas e participativas. O projeto teve como objetivos ampliar o conhecimento dos estudantes sobre o processo de independência, valorizar a história local e a participação de diferentes sujeitos históricos, além de romper com práticas de ensino centradas exclusivamente na transmissão de conteúdos. Para a elaboração do jogo, os estudantes foram organizados em grupos responsáveis pela pesquisa histórica, criação e design das cartas e construção e adaptação das regras. A pesquisa utilizou livros, artigos, dissertações, teses e fontes relacionadas à Independência da Bahia, possibilitando a representação de personagens, grupos sociais, localidades, batalhas e espaços históricos no jogo. A experiência colocou os estudantes como participantes ativos da produção do conhecimento, estimulando pesquisa, cooperação, interpretação histórica e reflexão sobre diferentes narrativas acerca da Independência. Nesse sentido, o RPG mostrou-se uma possibilidade de aproximação entre ludicidade e ensino de História, contribuindo para a valorização da memória histórica baiana, da participação popular e de uma aprendizagem mais dinâmica e significativa. Palavras-chave: Ensino de História; RPG; Independência da Bahia; Dois de Julho; aprendizagem lúdica.

Cultura histórica em quadrinhos: X-Men, Guerra Fria e aula-oficina no ensino de história
Ana Karolina Rocha Palmeira (UFCG)

Ao refletir sobre o conceito de cultura histórica cunhado por Rüsen (2016) – entendido como as diferentes formas de manifestação e análise da memória histórica para além dos ambientes e instrumentos formais de ensino, como salas de aula, livros didáticos, entre outros –, uma questão se apresentou simultaneamente como possível perspectiva ou impasse no ensino de história: como romper com o viés tradicionalista e bancário a partir do uso de fontes diretamente ligados a cultura histórica? Essa indagação também se tornou o pontapé inicial deste trabalho: como propor uma aula que não use a cultura histórica apenas para ilustrar um tema – por exemplo, uma sequência didática sobre a Segunda Guerra Mundial que propõe exibir um documentário somente na última aula, desvalorizando o caráter histórico e didático desse instrumento –, mas que também trabalhe com outras fontes que permitam essa aproximação? Uma das possibilidades viáveis, e que fundamenta

o presente estudo, é o uso de histórias em quadrinhos (HQ's) dentro do ensino de história, interpretando-as como fontes históricas – uma vez que, tal como explica Barros (2019), a fonte histórica é tudo aquilo que, produzido ou interferido pelos seres humanos, nos possibilita compreender o passado e seus desdobramentos no presente. O uso de HQ's não é novidade, porém proponho pensá-lo pela metodologia da Aula-Oficina, de Isabel Barca (2013), baseada em quatro passos: investigação dos conhecimentos prévios dos estudantes e seleção de fontes pelo docente; análise das fontes pelos estudantes; produção de conclusões históricas a partir das análises; avaliação, pelo professor, das conclusões finais, valorizando o raciocínio discente e reconceitualizando o necessário. Para tal, o conteúdo escolhido foi o da Guerra Fria, tendo como fonte histórica, didática e cultural a série clássica de quadrinhos "Os fabulosos X-men", lançada em 1963 pela Marvel Comics, nos Estados Unidos. A escolha se baseia pelo uso das HQ's como propaganda ideológica estadunidense durante o conflito, estando a saga X-men diretamente ligada a narrativas de disputa bélica, nacionalismo, medo, entre outras. Selecionei, então, as edições 001, 004 e 012, que trazem elementos da Guerra Fria para investigação e elaboração de hipóteses: foguetes e armamentismo (001); ocupação de um país ficcional latino-americano por Magneto (004); e menções à Guerra da Coreia e experiências atômicas (012). A partir dos quadrinhos, os estudantes – partindo de seus saberes prévios, escolares ou não – deverão investigar e formular suas conclusões em produções escritas, debatendo quais características sobre o período essa história nos conta, qual lado privilegia e quais discursos perpetua, levando em conta o tempo e o localidade em que foi produzida.

O livro-jogo no ensino de história
Felipe Nunes Pastorello Kubo (UEM)

Esta pesquisa versa sobre a utilização de livros-jogos no ensino de História, como um meio para despertar a curiosidade e a imaginação nos estudantes, bem como, motivá-los a ampliar seus entendimentos sobre o passado e o presente sob uma fundamentação na ciência histórica. Partindo das dificuldades encontradas na sala de aula, tanto com relação à legitimidade do discurso historiográfico, quanto da desmotivação dos estudantes frente a um modelo antiquado de ensino, a pesquisa apresenta caminhos e resultados de um processo de pesquisa e prática docente transdisciplinares, entre História e Artes, em busca de alternativas para a educação. Debate questões que envolvem a objetividade histórica, a prática dos historiadores e os desafios no ensino de História em tempos de pós-verdade; aproxima-se da História Pública, em função da defesa de uma História que possa legitimar-se em contato com o público, geral ou escolar; investiga possibilidades para uma educação mais próxima do universo dos jovens, por meio da análise de práticas que envolvem jogos e livros-jogos na educação; e reflete sobre o papel da imaginação nos processos de construção do conhecimento histórico. Nesse sentido, elabora-se um material didático em que os estudantes são protagonistas de seu processo do conhecimento, demonstrando como o livro-jogo é capaz de suscitar um intenso uso da imaginação, propiciando momentos de aprendizagem repletos de dúvidas, questionamentos, reflexões, hipóteses, deduções e diálogos entre estudantes e professores. Assim, por intermédio de uma metodologia qualitativa, os resultados revelam que os livros-jogos são ferramentas poderosas para conectar estudantes e os conteúdos históricos de maneira significativa, promovendo uma percepção empática e crítica sobre o passado. Portanto, a aplicação de "Workers" e a oficina de livros-jogos exemplificam e demonstram como é possível estimular o protagonismo dos estudantes em prol de um caminho para a transformação do ensino.

ST4 – Didática da História e cultura digital

21/10 (Quarta-feira)

Ecos da ancestralidade: o uso da cultura digital na valorização das histórias e culturas dos povos indígenas e das sociedades africanas no ensino de história
Ewerton Pereira da Silva (Universidade Estadual do Maranhão – UEMA)

O projeto “ecos da ancestralidade” propõe a criação de um recurso digital educativo para o ensino de história, voltado à valorização das histórias, culturas e diversidades dos povos indígenas do brasil e das sociedades africanas, a iniciativa busca ampliar as abordagens dessas temáticas no ambiente escolar, superando representações estereotipadas e promovendo o reconhecimento da diversidade cultural por meio de uma ferramenta interativa, dinâmica e visual. A metodologia baseia-se em pesquisa bibliográfica e documental, considerando produções acadêmicas, documentos oficiais, a base nacional comum curricular (BNCC), as leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 e dados do instituto brasileiro de geografia e estatística (IBGE). a partir desse levantamento, será desenvolvido um site no google sites, reunindo textos, imagens, mapas e informações sobre diferentes povos, personagens e sociedades históricas, entre as seções, destaca-se o “museu”, destinado à apresentação de objetos, utensílios e elementos culturais africanos e indígenas. durante o desenvolvimento do projeto, buscou-se articular o conhecimento histórico com recursos da cultura digital, compreendendo as tecnologias não apenas como ferramentas de apresentação, mas como possibilidades de mediação da aprendizagem histórica. também foi elaborado um formulário destinado a professores, com o intuito de obter percepções sobre a proposta e refletir acerca de suas possibilidades de utilização no contexto escolar. como resultado, o projeto apresenta um recurso pedagógico que busca contribuir para um ensino de História mais diversificado, crítico e conectado às tecnologias digitais. a experiência evidencia a importância de promover abordagens que reconheçam o protagonismo histórico dos povos indígenas e das sociedades africanas, valorizando suas diferentes trajetórias, culturas e contribuições, dessa forma, o site “ecos da ancestralidade” que ainda está em desenvolvimento constitui uma proposta de articulação entre ensino de história, cultura digital e valorização da diversidade histórica e cultural.

Entre memória, território e consciência histórica: possibilidades para o ensino de história a partir das narrativas quilombolas de São Tomé de Taucú, Portel-PA.
Rosiana Silva dos Santos (FAMMA - FACULDADE METROPOLITANO DO MARAJÓ)

Este trabalho analisa possibilidades de utilização de narrativas de memória, representações territoriais e conhecimentos produzidos por uma comunidade quilombola amazônica como fontes para o ensino de História e para o desenvolvimento da consciência histórica. O estudo toma como fonte documental o fascículo Quilombolas de São Tomé de Taucú, Rio Acutipereira, Portel, Pará, publicado em 2014 no âmbito do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, elaborado a partir de processos participativos de mapeamento e registro de narrativas comunitárias. O objetivo consiste em compreender de que maneira as memórias, experiências territoriais e conflitos socioambientais registrados no documento podem contribuir para práticas pedagógicas voltadas à formação de sujeitos capazes de interpretar historicamente sua realidade. Metodologicamente, desenvolve-se uma pesquisa qualitativa, de natureza documental e abordagem interpretativa, sem pretensão de reproduzir ou substituir a pesquisa de campo realizada pelos autores do fascículo. A análise evidencia que as narrativas sobre ancestralidade, território, trabalho, pesca, agricultura, transformações ambientais, educação e organização comunitária constituem materiais relevantes para a construção de relações entre passado, presente e perspectivas de futuro. A discussão é articulada ao campo da Educação Histórica, especialmente à noção de consciência histórica, compreendida como capacidade de interpretar experiências temporais e orientar ações no presente. Argumenta-se que a utilização pedagógica dessas fontes pode contribuir

para superar práticas de ensino excessivamente centradas na memorização de conteúdos, aproximando o conhecimento histórico das experiências concretas dos estudantes e valorizando saberes e memórias quilombolas. A proposta também considera articulações com a cultura digital, sugerindo a reinterpretação dos mapas comunitários por meio de ferramentas tecnológicas para a criação de cartografias digitais da memória. Conclui-se que a cartografia social e as narrativas comunitárias constituem importantes recursos didáticos para uma educação histórica crítica, plural e territorialmente contextualizada, alinhada às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Palavras-chave Consciência histórica. Ensino de História. Memória quilombola. Cartografia social. Território.

Corporeidades de mulheres negras nas redes sociais: racismo e machismo na regulação algorítmica
Marcella Gabrielly Duarte de Almeida (Universidade Federal de Goiás)

A crescente plataformização da vida social transformou as redes sociais em espaços de produção e circulação de narrativas, identidades e memórias, cuja visibilidade é mediada por sistemas algorítmicos. Partindo da compreensão de que esses mecanismos não são neutros, mas operam a partir de dados produzidos em sociedades historicamente estruturadas pelo racismo, pelo machismo e pela colonialidade, este trabalho objetiva refletir sobre como as dinâmicas algorítmicas das redes sociais afetam a visibilidade e a regulação das corporeidades de mulheres negras. Compreende-se a corporeidade como experiência histórica situada nos corpos a partir de dimensões sociais, culturais, estéticas, raciais e de gênero, considerando o corpo como espaço atravessado por relações de poder. A análise fundamenta-se nas discussões sobre plataformização de Letícia Cesarino (2022), corporeidade negra de Nilma Lino Gomes, colonialidade de Aníbal Quijano, interseccionalidade de Kimberlé Crenshaw e racismo algorítmico de Safiya Umoja Noble e Tarcízio Silva, em diálogo com Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro. Argumenta-se que mecanismos de seleção, recomendação e moderação de conteúdos podem atualizar no ambiente digital processos históricos de controle dos corpos femininos negros, reproduzindo estereótipos relacionados à hipersexualização, à deslegitimação de suas vozes e à marginalização de narrativas antirracistas. Nesse contexto, as plataformas digitais configuram-se também como espaços de disputa, nos quais mulheres negras produzem contra-narrativas e reivindicam outras formas de representação e visibilidade. A reflexão aproxima-se das preocupações da Didática da História ao compreender que a educação histórica não se restringe ao espaço escolar, mas ocorre também nos diferentes espaços sociais em que narrativas sobre o passado e o presente são produzidas, disputadas e compartilhadas. Nesse sentido, destaca-se a História Pública como possibilidade de intervenção crítica nessas dinâmicas e defende-se uma educação histórica articulada ao letramento digital e midiático, capaz de problematizar a atuação dos algoritmos e contribuir para a identificação e o enfrentamento das desigualdades raciais e de gênero reproduzidas nas tecnologias contemporâneas.

Sociomuseologia e Redes Sociais: Potencialidades para a Educação Patrimonial na Era do Instagram para o patrimônio goianiense.
Vanessa Cláudio Fernandes (Universidade Federal de Goiás)

A Sociomuseologia e as redes sociais podem ser adotados como dois campos interligados que, quando associados, podem promover uma nova forma de interação e engajamento com o patrimônio cultural e a sociedade. A Sociomuseologia, enquanto disciplina que estuda as relações sociais e culturais em torno dos museus, enfatiza a importância de considerar os museus como espaços vivos, que devem dialogar com a comunidade e refletir suas demandas e realidades. No espaço deste trabalho acenamos com novas possibilidades de entendimento da categoria patrimônio estimulado pela visualidade das redes, por novas

formas de representação e colecionamento que ensejam novos sentidos e significados para a memória social e o desafio de uma educação patrimonialista.. Aqui adota-se a mídia social para além do entretenimento, como uma possibilidade de ferramenta na metodologia da educação patrimonial a fim de promover a aprendizagem colaborativa para além das salas de aula, ressignificando a rede e atribuindo a ela um sentido pedagógico ao reformular as funções e recursos fornecidos pela plataforma. Assim, busca-se a construção de conhecimento sobre o patrimônio cultural de maneira dialógica, colaborativa e que alcance um grande público, logo, uma ferramenta democrática. Assim, a integração da Sociomuseologia com as redes sociais e a educação pode transformar a maneira como os museus se relacionam com a sociedade, promovendo uma educação mais inclusiva, interativa e dinâmica que valoriza a participação ativa do público e a construção coletiva do conhecimento.

História do Brasil de rocha pombo (1925): narrativa nacional, cultura histórica e formação histórica no Brasil republicano
Rubens Ronaldo Roque Neto (Universidade Estadual de Maringá)

O projeto propõe uma análise documental e bibliográfica da obra história do brasil, de rocha pombo (edição escolar de 1925), entendida como manual voltado à formação histórica de crianças e jovens no contexto da primeira república. partindo do prefácio e da organização dos capítulos, investigaremos como o autor constrói uma narrativa da nação brasileira, quais sujeitos históricos privilegia e que valores cívicos e morais busca inculcar. a pesquisa adotará abordagem qualitativa, articulando análise de conteúdo da obra com bibliografia sobre livros didáticos, cultura escolar e história da educação. em um segundo momento, pretende-se discutir a circulação desse manual em escolas normais e secundárias do interior do paraná, com base em estudos sobre a rede escolar paranaense e sobre o lugar de rocha pombo na historiografia nacional. espera-se contribuir para a compreensão do papel de manuais de história na constituição da cultura escolar republicana e na formação da consciência histórica de diferentes gerações de estudantes

Mediação educativa, consciência histórica e letramento crítico no ensino de História em redes sociais
Geraldo Jose Rodrigues Liska (Universidade Federal de Alfenas)

A circulação de narrativas sobre o passado nas redes sociais desafia o ensino de História ao colocar em contato, em ambientes digitais, conhecimentos especializados, memórias, interpretações populares e explicações que nem sempre se sustentam em fontes históricas. Este trabalho discute o potencial didático da análise de etimologias populares, ou “etimoludias”, conforme Bagno (2013), para desenvolver consciência histórica e letramento crítico na cultura digital. Parte-se da compreensão de Rüsen (2001; 2007) de que a consciência histórica articula experiências do passado, interpretações do presente e expectativas de futuro, considerando que narrativas sobre a origem de palavras e expressões também produzem sentidos sobre experiências históricas. Metodologicamente, a pesquisa é qualitativa e exploratória, articulada à análise de métricas de interação. Foram selecionadas as expressões “aguardente”, “fazer nas coxas” e “criado-mudo”, confrontando-se as versões populares difundidas nas redes com informações históricas e etimológicas. Na sequência, foram produzidos carrosséis educativos na página “Português pra quem tem pressa”, publicados no Instagram, e analisados alcance, visualizações, curtidas, salvamentos, compartilhamentos, comentários e visitas ao perfil, além da recepção discursiva dos usuários. Os resultados mostram padrões distintos de circulação e participação. “Fazer nas coxas” alcançou 7.095 pessoas e registrou 175 interações; “aguardente” alcançou 6.352 pessoas e registrou 268 interações; e “criado-mudo” alcançou 7.558 pessoas, com 484 interações e 24 comentários, além de 396 visitas ao perfil. A

análise qualitativa evidenciou que conteúdos associados a racismo, escravidão, memória, identidade e mudança linguística mobilizaram disputas de sentido mais intensas. Para a Didática da História, a experiência permite pensar as redes sociais como espaços de aprendizagem e problematização de narrativas sobre o passado, nos quais o educador pode atuar como mediador entre fontes, conhecimentos históricos e discursos que circulam socialmente. Conclui-se que a análise crítica de conteúdos digitais, articulada à contextualização histórica e à verificação das fontes, pode favorecer práticas de ensino voltadas à formação de sujeitos capazes de interrogar narrativas, reconhecer diferentes usos do passado e participar criticamente da cultura digital.

22/10 (Quinta-feira)

A Cultura Histórica Digital na Formação de Professores: contribuições de uma pesquisa com estudantes de graduação em História
Eder Cristiano de Souza (UNILA)

É inexorável pensar no papel das tecnologias e da cultura digital (Gere, 2009; Barato & Crespo, 2013) na aprendizagem de crianças e jovens atualmente, o que gera repercussões em todos os níveis e modalidades da Educação, inclusive na formação inicial de professores. É importante atentar-se também à forte presença e mobilização dos usos públicos da História através de plataformas e ambientes virtuais (Szlachta Jr.; Rodrigues; Bonete, 2023). Nesse contexto, de uma Cultura Histórica Digital, o presente trabalho parte do entendimento de que os estudos sobre formação de professores em História podem ser qualificados a partir de conceitos e reflexões da Didática da História (Bergman, 1989; Rüsen, 2012). Temos como objetivo compreender como licenciandos em História se relacionam com a presença e circulação do conhecimento histórico na cultura digital e suas implicações para a formação docente. Com esse intuito, apresentamos os resultados de um estudo exploratório, realizado com 30 licenciandos em História, sobre seus usos e apropriações das tecnologias, com ênfase nas formas de aprendizagem, avaliação e participação na cultura histórica digital. Os resultados indicam forte presença de conteúdos digitais nas experiências de aprendizagem histórica e a existência de disposições críticas relacionadas à autoria, comparação de fontes e identificação de simplificações. Ao mesmo tempo, os estudantes reconhecem a contribuição da universidade para o desenvolvimento desse olhar crítico, mas percebem sua presença ainda limitada nos ambientes digitais. Observa-se, assim, uma assimetria entre o consumo e a avaliação crítica de conteúdos históricos e sua produção e circulação pelos próprios estudantes. Os dados sugerem, portanto, o desafio de uma formação docente que não apenas desenvolva competências para analisar criticamente as narrativas digitais, mas também prepare futuros professores para participar ativamente da produção e circulação pública do conhecimento histórico.

O dígito e os rastros: historiografia, história ensinada e mídias digitais
João Eudes Alexandre de Sousa Júnior (UNICAMP)

Este estudo objetiva discutir a evolução histórica e delimitação do conceito de história digital, ancorando-se a análise conceitual à mobilização da consciência histórica em favor da pesquisa e do ensino frente à dimensão pública da História, em função do emprego de tecnologias digitais. Para tanto, volta-se à produção do conhecimento histórico, crivando o "retorno" ao passado em três níveis: emissão, transmissão e recepção. Busca-se esquadrinhar a relação entre as culturas histórica, escolar e digital a partir da dialética de análise do presente perspectivado entre passado e futuro que, de modo singular, vem sendo fortemente afetada pela lógica dos algoritmos em plataformas de "Inteligência Artificial" que, alheios à habilidade analógica de especular historicamente, são incapazes de preencher lacunas e silêncios das evidências com as quais se dá a escrita da História. "Entre a forma e

a substância há um hiato, que compete à ciência preencher. (Se a realidade fosse transparente, e, portanto, imediatamente cognoscível, dizia Marx, a análise crítica seria supérflua)" (Ginzburg, Castelnuovo e Poni, 1991, p. 178). A metodologia adotada se centra na revisão de literatura, mas contou também com análise documental de natureza qualitativa, conforme (Godoy, 1995). Desse modo, identificando fatos, demarcando temporalidades e analisando exemplos, engendrou-se compor parâmetros analíticos para a classificar os perfis de produção do conhecimento histórico – via tecnologias digitais em função de sua tipologia científico-tecnológica – que tenciona evidenciar como a tecitura historiográfica é atravessada por fontes sujeitas à temporalidade do ciberespaço, com a uma dinâmica própria de produção histórica de sentidos (Rüsen, 2014) em ambientes nos quais os(as) historiadores(as) precisam abandonar o conforto hermenêutico do mister com fontes estáticas para interagir com a hiperculturalidade não linear das plataformas digitais e hiperlinks. Por fim, o que se pode atestar é a necessidade de permanente integração entre ensino e pesquisa na construção do conhecimento histórico escolar, concluindo-se que, dentro ou fora do ciberespaço, "ensinar história é também ensinar o método de trabalho do historiador" (Segal apud Furtado Filho, 2007, p. 119). REFERÊNCIAS GINZBURG, C.; CASTELNUOVO, E.; PONI, C. A Micro-história e outros ensaios. Tradução: António Narino. Lisboa: Difel, 1991. GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. Revista de Administração de Empresas – RAE, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995. RÜSEN, J. Cultura faz sentido: orientações entre o hoje e o amanhã. Tradução: N. Schneider. Petrópolis: Vozes, 2014. FURTADO FILHO, J. E. A Teoria na Prática: História na sala de aula. Trajetos, v. 5, n. 9-10 p. 117-128, 2007.

Entre memes e História: experiências e possibilidades do uso de memes como recurso pedagógico no ensino de História.

Thayane Kelly Oliveira Guimarães; Yasmin Silva Camelo (UFCG)

A presente pesquisa caracteriza-se como uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e reflexivo, desenvolvida a partir de um relato de experiência com a utilização de memes como recurso didático nas aulas de História. A escolha dessa abordagem parte da necessidade de analisar não apenas a utilização dos memes enquanto ferramenta pedagógica, mas também as possibilidades de interação, participação e construção de sentidos produzidas pelos estudantes durante as atividades. A experiência foi desenvolvida no contexto da prática docente, utilizando memes relacionados aos conteúdos históricos trabalhados em sala de aula como forma de introduzir temas, problematizar acontecimentos, estabelecer relações entre passado e presente e estimular a participação dos estudantes. A utilização desse recurso buscou aproximar o conhecimento histórico das linguagens presentes no cotidiano dos alunos, considerando a crescente presença das mídias digitais na sociedade contemporânea. Para a construção e análise da experiência, foram consideradas as observações realizadas durante as aulas, as manifestações e interpretações dos estudantes, os debates produzidos a partir dos memes e as formas de apropriação dessa linguagem no processo de aprendizagem. A discussão fundamenta-se nas contribuições de Rodrigues, Dias-Trindade e Ribeiro, Martins, Galvão e Altarugio, Paulo Freire e Manuel Castells. As contribuições de Paulo Freire permitem pensar uma prática pedagógica dialógica, participativa e relacionada à realidade dos estudantes, compreendendo as linguagens presentes em seu cotidiano como possibilidades para a construção do conhecimento. Manuel Castells contribui para a compreensão do contexto de circulação das linguagens digitais e de sua presença no cotidiano escolar. Rodrigues, Dias-Trindade e Ribeiro, assim como Martins, Galvão e Altarugio, possibilitam refletir especificamente sobre o uso dos memes como recurso pedagógico e suas contribuições para os processos de aprendizagem. Desse modo, a metodologia articula a experiência docente, a observação das práticas desenvolvidas em sala e a discussão teórica sobre educação e cultura digital, buscando compreender em que medida os memes podem constituir uma estratégia de aprendizagem histórica. Ressalta-se que sua utilização não é compreendida apenas como

recurso de entretenimento, mas como uma linguagem que, mediante a mediação do professor, pode favorecer a problematização, a interpretação e a construção de relações entre diferentes temporalidades.

Didática da História em Comunidades Digitais: Fandoms da Marvel na Luta contra a Misoginia.
Júlia Evangelino dos Santos (Universidade Federal de Sergipe - UFS)

Os participantes das comunidades de cultura pop constituem um coletivo heterogêneo, formado por fãs, consumidores e produtores de conteúdo articulados aos interesses compartilhados como filmes, séries, música, jogos eletrônicos, histórias em quadrinhos e animações japonesas. Essas comunidades reúnem indivíduos de diferentes contextos sociais, faixas etárias e perfis subjetivos, que interagem de maneira contínua e dinâmica, frequentemente impulsionados pela mediação da internet e das plataformas de redes sociais, onde constroem vínculos, trocam experiências e fortalecem identidades coletivas. O fenômeno encontra-se relacionado tanto ao processo de ascensão das novas camadas médias no Brasil quanto às transformações promovidas pela revolução digital no campo musical (Vladi, 2015, p. 2). E, ainda, na multimodalidade digital de coleções como das Histórias em Quadrinhos (HQ) compartilhadas, impulsionadas por filmes e séries, e geradoras de comunidades de fãs. Ao criar uma conta, é comum que o usuário busque aperfeiçoar seu perfil e timeline com conteúdo associado aos mesmos interesses e concepções de vida. Jenkins (2022), fundamentado em Pierre Levy, introduz a “Inteligência Coletiva” enquanto a capacidade das comunidades virtuais de mobilizar e integrar o conhecimento distribuído entre seus participantes, fortalecendo a expertise individual por meio da cooperação. Nesse processo, o consumo de conteúdos midiáticos deixa de ser uma atividade isolada e passa a ocorrer de forma coletiva, permitindo que os usuários articulem esforços para buscar informações, solucionar problemas e produzir discursos originais de maneira colaborativa e interativa. As “Comunidades de Fãs” (Jenkins, 2022) nos ambientes digitais servem também ao fortalecimento de preconceitos direcionados a grupos historicamente minorizados, fomentando o aumento da misoginia nas redes, através da reprodução da violência de gênero no mundo digital (Bertagnolli; et al., 2020). Lima e Ferrete (2021) ao tratarem das mudanças resultantes do uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) no cotidiano, apontam a necessidade de ressignificar o ensino e a aprendizagem das novas gerações, evitando separar a educação da tecnologia, visto que esse modelo contribui para a sua formação cidadã e produção de conhecimentos. As redes sociais, incluídas neste grupo, são utilizadas pelos estudantes, sendo necessária sua problematização. Busca-se informar e formar pedagogicamente sobre os crimes digitais de misoginia, problematizando os aplicativos utilizados e normalizados entre os jovens, tendo como princípio didático-histórico a elaboração de vídeos reels digitais educativos de letramento pedagógico de gênero para informação e formação de discentes e docentes nas redes sociais e fandoms.

Entre a aceleração e a plataforma: tempo formativo e mediações do conhecimento histórico na EJA
Renato Paulo (UEM - Universidade Estadual do Maringá)

A consolidação da cultura digital reorganizou os modos de circulação e mediação do saber, repercutindo de forma direta na Educação de Jovens e Adultos (EJA) — modalidade marcada por trajetórias de interrupção escolar e condicionantes de trabalho. No cenário paranaense, a inserção de recursos digitais desdobra-se a partir de um histórico recente de fechamento de turmas, readequação da oferta presencial e avanço de arranjos a distância com foco na certificação rápida. O presente trabalho problematiza essa conjuntura a partir da tensão entre a necessária flexibilização curricular para o público trabalhador e o risco de

conversão desse processo em uma lógica de aceleração do tempo de ensino. A premissa central é que a plataformização ultrapassa a mera troca de suporte técnico: ela reconfigura os ritmos de acompanhamento, a mediação pedagógica e os critérios de avaliação. Busca-se compreender, assim, os impactos dessa dinâmica sobre o acesso e a apropriação do conhecimento histórico pelos sujeitos da EJA. Mobiliza-se uma pesquisa bibliográfico-documental articulando a história da EJA no Paraná, os estudos sobre tecnologia na educação e as discussões da didática da história. Sustenta-se que, quando orientada por metas quantitativas e percursos padronizados, a flexibilidade cede lugar à compressão do tempo pedagógico, comprometendo o espaço indispensável à contextualização e à crítica histórica. A análise indica que a cultura digital precisa ser tratada como dimensão constitutiva do ensino de História, demandando interrogar não apenas onde o conhecimento circula, mas quanto tempo se garante para a elaboração de sentidos sobre o passado. Compreender esse tensionamento entre a expansão formal da oferta e a aceleração dos percursos torna-se, portanto, condição central para problematizar os limites e as possibilidades de democratização da formação histórica na EJA.

23/10 (Sexta-feira

Possibilidades netnográficas para a Didática da História: analisando contendas identitariamente orientadas.
Augusto Ridson de Araújo Miranda (Universidade Federal de Pernambuco)

Esta comunicação divulga o desenvolvimento de uma abordagem teórico-analítica sobre a Comunicação Historicamente Situada na UFPE, investigando – por meio da etnografia digital, partindo aqui das reflexões de Kozinets (2007) e Soares e Stengel (2021) – através de contendas em meios digitais os elementos constitutivos da mobilização narrativo-discursiva da formação cultural-identitária historicamente situada como orientadora do agir comunicativo intersubjetivo. Essa abordagem desenvolvida por mim em parceria com o professor Luis Cerri (UEPG), tem como referenciais os estudos de Jörn Rüsen, Judith Butler, Norman Fairclough, Jürgen Habermas e Paul Ricoeur, e parte da potência heurística em analisar mobilizações narrativo-discursivas da geração histórica de sentido considerando a narrativa como ação comunicativa que é interacional e historicamente situada, sendo portanto parte integrante da geração histórica de sentido por considerar a interação intersubjetiva e contextualmente situada historicamente como decisiva na mobilização discursiva do sentido gerado; e defendendo que o sentido expresso na forma e função narrativa é mobilizado em modos distintos (Cerri, 2011; Miranda, 2023) que funcionam como ‘vocabulário histórico’ (Cerri, 2014). O substrato empírico das pesquisas do estágio pós-doutoral, entendidas como etapas anteriores da mesma pesquisa aqui apresentada, são centradas em disputas políticas (acirramentos entre espectros de esquerda e de direita entre 2018 a 2025) e estéticas (pautas de ordem linguística ou meios multimodais que representam acionamentos da cultura histórica) que acionam amálgamas culturais-identitários e são expressos de vários modos (em uma dialética de adesão a discursos prontos e performances geradas pela experiência com o tempo). Cria-se assim pontos de partida para análises a serem desenvolvidas em parceria com estudantes do curso de História do CAS-UFPE até 2029, diante de coletas de três contendas de disputas digitais: Eleição Presidencial de 2026; usos e representações sobre a Linguagem Neutra; e discussões sobre Identitarismos de esquerda e de direita. Dentre as hipóteses a serem testadas, destaca-se a de que os modos de geração histórica de sentido nas mobilizações narrativo-discursivas dos sujeitos em situações de interação intersubjetiva formam um vocabulário de comunicação historicamente situada a depender da qualidade das experiências formativas e performance discursiva das identidades que mobilizam as ações comunicativas, dependendo das situações de interlocução e das dimensões ontológica e pragmática da consciência histórica. Objetivamos com a pesquisa contribuir com a área de

estudos da Didática da História em suas múltiplas acepções, sobretudo como História Antropológica da formação cultural-identitária humana.

Mediação educativa, consciência histórica e letramento crítico no ensino de História
Flávia Beatriz Ferreira de Nazareth (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

O ano de 2026 antecede os noventa anos da Máquina de Turing, um marco da História da Computação e que ainda é a base funcional do processamento de dados. O avanço da eletrônica digital e os conceitos quânticos aplicados à nova computação trazem novas possibilidades, mas preservam de alguma forma a ideia concebida em 1936 por Alan Turing para possibilitar que uma máquina seguisse instruções codificadas por um ser humano: os algoritmos. O passo inicial dado por Turing levou a uma outra teoria sua apresentada na década seguinte – o Teste de Turing, ou jogo da imitação – que levou ao seguinte questionamento: as máquinas podem pensar? Décadas a frente, esse artigo trata de um tema latente para o tempo superpresente, o processo de reconhecimento e avanço no uso das inteligências artificiais (IAs) em atividades destinadas à produção de conhecimento histórico. Esse fenômeno merece uma compreensão histórica, mesmo que limitada pelas dificuldades metodológicas advindas da falta de distanciamento no tempo com o objeto de análise.

Ecossistema Digital de Aprendizagem Histórica (2026): o paradoxo dos filtros de bolha e a Consciência Histórica Exemplar
Johnny Pereira Gomes. Universidade Federal de Sergipe (UFS) / Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL)

O presente trabalho analisa o paradoxo dos filtros de bolha (2010) nos espaços digitais recorrentes de aprendizagem histórica e sua relação com a Consciência Histórica Exemplar, formulada por Jörn Rüsen (1983). A partir do projeto HADE, trata-se da compreensão de que a Cultura Digital e a cibercultura, discutidas por Manuel Castells e Pierre Lévy, transformaram as formas de acesso, produção, circulação e apropriação do conhecimento histórico, inserindo o Ensino de História em um contexto marcado pela plataformização, mediação algorítmica e pela personalização dos conteúdos. No sentido analítico, o objetivo é compreender em que medida os sistemas de recomendação das plataformas digitais podem, simultaneamente, ampliar o acesso às narrativas históricas e restringir a pluralidade interpretativa por meio da formação de bolhas informacionais. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e teórico-analítica, fundamentada nas contribuições de Jörn Rüsen sobre consciência e aprendizagem histórica, de Castells, Lévy e Lemos acerca da cibercultura e de Safiya Noble, Evgeny Morozov e Elie Pariser, sobre algoritmos, poder e controle informacional. A análise parte da hipótese de que a recorrência de conteúdos semelhantes, promovida pela lógica algorítmica, pode favorecer formas exemplares de consciência histórica, uma vez que acontecimentos distintos passam a ser apresentados como demonstrações recorrentes de regras, modelos e padrões utilizados para interpretar o presente. Nesse processo, a repetição algorítmica pode ser percebida pelo sujeito como regularidade histórica, reduzindo o contato com a multiperspectividade, a contextualização e a percepção das transformações temporais. Em contrapartida, sustenta-se que o Ecossistema Digital de Aprendizagem Histórica (HADE) pode constituir-se como espaço de enfrentamento desse fenômeno quando articulado ao letramento histórico-digital, à crítica das fontes, à diversidade de narrativas e à produção autoral dos estudantes. Conclui-se, portanto, que o desafio do Ensino de História na cibercultura não consiste apenas em incorporar tecnologias digitais, mas em desenvolver práticas capazes de problematizar os mecanismos que selecionam, hierarquizam e reiteram as representações do passado no ciberespaço.

Cenários pós-digitais e o ensino de história: desenvolvendo competências histórico-digitais na era da Inteligência Artificial.
Roberta Duarte da Silva (Universidade Federal de Pernambuco)

Nesse cenário pós-digital, atravessado pela proliferação de sistemas de Inteligência Artificial Generativa (IAG), diariamente os jovens confrontam-se com narrativas e simulações documentais virtuais que dão aparência de legitimidade e verdade estética a conteúdos manipulados, que podem moldar suas percepções de si mesmos e da sociedade (Kops, Schittenhelm & Wachs, 2025). Diante dessa problemática, o presente artigo orienta-se pela seguinte questão de partida: como pode a Inteligência Artificial, frequentemente baseada em dados historicamente enviesados, ser mobilizada nas aulas de História não para reproduzir narrativas dominantes ou simuladas, mas para questioná-las e desconstruí-las? Para responder a essa provocação, defende-se a articulação entre a perspectiva do letramento histórico atrelado ao letramento digital, abordagem metodológica que associa a investigação do método histórico ao uso reflexivo das tecnologias no espaço escolar. Ao integrar a essa formação o exercício da leitura algorítmica e o domínio de conceitos epistemológicos de segunda ordem capacita-se os estudantes para atuarem como investigadores do tempo presente. Ao integrar as contribuições teóricas da Didática da História e da Educação Histórica, compreende-se que aprender História ultrapassa o domínio de conceitos substantivos (fatos, datas e personagens) e exige o desenvolvimento de conceitos de segunda ordem, como evidência, perspectiva e empatia histórica, que estão relacionados a maneira como o conhecimento histórico é construído (Lee, 2006; Seixas & Morton, 2013). Ao dominar esses processos de aprendizagem histórica, capacita-se o estudante para interrogar a procedência, a intencionalidade e os silenciamentos das informações que circulam na sociedade e, consequentemente, nos ecossistemas digitais. Do ponto de vista didático, defende-se a utilização da Inteligência Artificial não como fonte passiva ou inquestionável de conhecimento, mas como objeto de investigação e crítica documental. Nesse sentido, serão apresentadas estratégias didáticas concretas, desenhadas para promover a literacia histórica e o letramento digital de maneira simultânea. Essas práticas incentivam a análise de linguagem, a identificação de lacunas e o confronto sistemático entre as narrativas produzidas pela IA e fontes históricas de arquivo, aproximando os estudantes da operação historiográfica em seu caráter interpretativo e reflexivo. Neste enquadramento, a IA pode contribuir para simular múltiplas perspectivas e fomentar a problematização das narrativas que circulam no ecossistema virtual, tornando-se um dispositivo pedagógico importante no combate às notícias falsas e à disseminação automatizada de desinformação. Contudo, tal potencial depende de uma mediação pedagógica informada, capaz de desconstruir a ilusão de neutralidade tecnológica e expor os limites dos algoritmos, nomeadamente sua tendência a reproduzir dados historicamente enviesados ou validar conteúdos fáticos simulados sem fundamentação científica.

Didática da História e inteligência artificial generativa na cultura digital: análise documental das orientações do MEC para as Ciências Humanas.
Rafael Santa Rosa Cerqueira (Universidade Federal de Sergipe)

Este trabalho analisa a inserção das Ciências Humanas no documento Inteligência Artificial na Educação Básica, publicado pelo Ministério da Educação em 2026, com cooperação da UNESCO, destacando suas implicações para a Didática da História na cultura digital. O objetivo é examinar como as orientações para ensinar sobre e com inteligência artificial podem subsidiar práticas de ensino de História comprometidas com a análise de fontes, a contextualização e a argumentação. O recorte privilegia a inteligência artificial generativa dentro do conjunto mais amplo de sistemas de IA abordados pelo documento. A abordagem é qualitativa e documental, fundamentada na leitura integral do guia e na organização de suas orientações em três eixos: articulação curricular com as Ciências Humanas;

confiabilidade, autoria e diversidade das narrativas; mediação docente e avaliação da aprendizagem. A análise identifica a presença explícita da História no conjunto de aprendizagens referente ao letramento digital, informacional e midiático, assim como a valorização dos conhecimentos das humanidades na formação crítica sobre IA. Também evidencia orientações para investigar relações de poder, desigualdades, vieses, direitos digitais e impactos socioambientais, articulando o conhecimento técnico às dimensões sociais das tecnologias. A partir dessas diretrizes, discute-se a possibilidade de submeter narrativas produzidas com IA à comparação com documentos históricos e estudos historiográficos selecionados pelo professor, examinando evidências, contextualização, omissões e representações dos sujeitos históricos. A leitura evidencia, entretanto, que o guia não apresenta uma sequência didática completa específica para o ensino de História nem uma rubrica própria para avaliar a aprendizagem histórica em atividades com IA. Essa delimitação permite discutir a passagem das orientações gerais às experiências concretas de investigação e produção do conhecimento em sala de aula. Argumenta-se que essa integração requer explicitar os objetivos de aprendizagem, preservar a autonomia docente e examinar o percurso de elaboração dos estudantes, considerando a seleção de fontes, a sustentação dos argumentos e a revisão das interpretações. O estudo situa a IA generativa no debate sobre a produção, a validação e a comunicação do conhecimento histórico escolar, destacando a formação crítica dos estudantes e o protagonismo docente na cultura digital.

As Enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul e a preservação de fontes digitais no Portal Clio HD

Júlia Specht Soares (UFPEL)

O presente trabalho tem como objetivo apresentar nossa pesquisa de iniciação científica, financiada com bolsa da FAPERGS, sob orientação do professor Wilian Bonete. A pesquisa tem como foco o mapeamento e a sistematização de fontes digitais e publicações midiáticas relacionadas às inundações ocorridas no Rio Grande do Sul em 2024, com ênfase nos impactos sobre a educação. Busca-se investigar as condições das escolas atingidas e das instituições utilizadas como abrigo, as mudanças no cotidiano escolar, as medidas adotadas e seus desdobramentos no cenário educacional.As enchentes afetaram escolas, estudantes, professores e comunidades, evidenciando impactos significativos no acesso e no cotidiano educacional. Nesse sentido, a pesquisa busca compreender como esses impactos foram registrados nos meios digitais e quais desdobramentos podem ser identificados a partir dessas fontes. O levantamento será realizado por meio de notícias, reportagens, publicações institucionais e registros escolares disponíveis em sites, blogs e portais. As fontes serão selecionadas, catalogadas e sistematizadas por origem, data, temática e conteúdo, visando sua organização e posterior disponibilização no Portal Clio HD – Acervos de Fontes e Objetos Digitais para o Ensino e a Pesquisa em História, criado em 2022 pelo Departamento de História da UFPel e vinculado ao grupo HEDUCA – História e Educação: Textos, Escritas e Leituras (CNPq/UFPel). A pesquisa também busca contribuir para os debates sobre a História digital, a cultura digital e a Didática da História.Por estar em fase inicial, ainda não há resultados a serem apresentados, encontrando-se atualmente na etapa de levantamento, seleção e organização das fontes.

21/10 (Quarta-feira)

Entre a ameaça e a revelação: usos do passado, consciência histórica e recepção do negacionismo no YouTube
Arthur Koury Xavier da Silva (UFPE – Universidade Federal de Pernambuco)

Este trabalho investiga como narrativas negacionistas sobre a ditadura empresarial-militar participam da produção de sentidos sobre o passado no ambiente digital, tomando como estudo de caso a recepção do documentário 1964: O Brasil entre Armas e Livros, da Brasil Paralelo, no YouTube. Parte-se da Didática da História para compreender a consciência histórica como processo de orientação temporal que não se forma exclusivamente na escola, mas também no contato cotidiano com produtos audiovisuais, plataformas digitais e comunidades de interpretação. Nessa perspectiva, o documentário é analisado como um uso político do passado que reorganiza acontecimentos históricos em função de demandas do presente, sobretudo pela construção da ameaça comunista, pela interpretação preventiva do golpe de 1964 e pela deslegitimação da escola, da universidade e da historiografia. Metodologicamente, a pesquisa articula análise qualitativa e lexicometria. De um corpus inicial de 1.084 comentários selecionados por visibilidade e engajamento, 552 registros ligados predominantemente ao consumo e à circulação do produto foram separados. Os 532 comentários restantes foram processados no IRAMuteq por meio da Classificação Hierárquica Descendente e posteriormente retomados em sua dimensão discursiva. Os resultados indicam dois eixos relacionados. O primeiro reúne anticomunismo, memória pessoal, nostalgia do regime e legitimação de rupturas autoritárias. O segundo associa a valorização da Brasil Paralelo à ideia de uma “verdade revelada”, construída em oposição à escola, à universidade e ao conhecimento historiográfico. A leitura dos comentários permite observar como o passado é mobilizado para interpretar conflitos contemporâneos, identificar inimigos e legitimar posições políticas. Em diálogo com Luis Fernando Cerri, argumenta-se que parte desses enunciados mobiliza operações discursivas compatíveis com identidades não razoáveis para a convivência democrática, especialmente quando adversários são convertidos em ameaças absolutas e o contraditório é tratado como evidência de uma conspiração. Mais do que estabelecer uma relação causal entre o documentário e as posições dos espectadores, a pesquisa busca compreender como narrativas revisionistas oferecem repertórios para organizar, confirmar e legitimar publicamente determinadas formas de consciência histórica no ciberespaço.

A Justiça de Transição como Saber Histórico Escolar: Contribuições da Didática da *História para a Formação da Consciência Histórica Democrática*
André Gustavo Bezerra Sabino (UFPE)

A passagem da ditadura para a democracia foi marcada por uma política de imposição de esquecimento do Estado consolidada pela Lei da Anistia de 1979 e mesmo após quatro décadas desde o processo de redemocratização, os sentidos atribuídos a Ditadura Civil-Militar (1964-1985) continuam presentes na cultura histórica brasileira. Os sentidos atribuídos a esse período autoritário manifestam-se em diferentes espaços como na escola, na historiografia, nos meios de comunicação, nas mídias digitais, nas produções audiovisuais, nas políticas de memória e nos discursos políticos (Santos, 2022). Por ser um passado presente, sensível e traumático, têm ocorrido nos últimos anos intensos debates e disputas em torno da Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985), que suscita um revisionismo ideológico por grupos extremistas que desejam reescrever a história (Motta, 2021). Diante desse debate, compreende-se que o passado da Ditadura Civil-Militar é constantemente usado, disputado, selecionado, silenciado, esquecido, relativizado e até mesmo reinterpretado no presente, uma vez que para Rovai (2019) surge uma “diversidade

de posturas intolerantes e banalizadoras em relação à ditadura e à tortura, fazendo usos dos relatos dos agressores justamente para justificá-las" (p. 92). Esses quadros de disputas pela memória da ditadura intensificaram-se principalmente a partir de 2011, com a aprovação pelo Congresso Nacional da Lei 12.528, que instituiu a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV). O conjunto de medidas direcionadas a superar graves danos à sociedade causados por regimes autoritários ou ditatoriais que cometeram violências aos direitos humanos contra pessoas ou grupos, denomina-se de justiça de transição ou justiça transicional (Cuya, 2011). Contudo, os elementos-chave e objetivos da justiça de transição no Brasil aplicam-se parcialmente, pois a reconciliação que levou ao fim da ditadura foi condicionado ao perdão obrigatório, a impunidade e ao esquecimento Pedretti (2024). No caso do Brasil, a criação e instalação da Comissão Nacional da Verdade (2012-2014) se enquadra nos mecanismos da justiça de transição, ganhando visibilidade a partir da produção de um vasto conjunto de documentos destinados à reconstrução da memória, verdade e justiça (Bauer, 2018). Da mesma forma, foram instaladas comissões estaduais da verdade com a finalidade de buscar respostas sobre as violações ocorridas durante a Ditadura Militar (1964-1985). A CNV foi instalada em 2012 e foi encerrada com a entrega de um relatório final em 2014, sendo compostas por sete membros com mandato de dois anos, indicados pela Presidente da República Dilma Rousseff. Tinha como finalidade produzir um relatório sobre os casos investigados, apresentar conclusões e recomendações para que as violações de direitos humanos não voltem a ocorrer (Silva, 2021). Apesar da importância desses acervos como fontes históricas para o conhecimento sobre o passado e uma forma de orientar o presente e o futuro, isto é, no fortalecimento da democracia, seu uso no cotidiano escolar ainda é limitado. Além disso, a maior parte das pesquisas sobre justiça de transição concentra-se nas áreas como do Direito e da Ciência Política. A partir de Jörn Rüsen, compreende-se que os conhecimentos produzidos pela justiça de transição participam da cultura histórica, entendida como o conjunto de formas pelas quais indivíduos e sociedades atribuem sentido ao passado e orientam sua relação com o presente e o futuro. Desse modo, as disputas em torno da memória da Ditadura constituem também disputas sobre os significados da democracia, da violência de Estado, da cidadania e dos direitos humanos. Nesse cenário, a escola assume papel fundamental na formação da cultura histórica, contudo, o ensino da Ditadura Militar não deve limitar-se à transmissão de informações ou a memorização de acontecimentos. A Didática da História de Rüsen permite compreender a escola como espaço de formação da consciência histórica, possibilitando aos estudantes estabelecer relações entre experiências passadas, problemas do presente e expectativas de futuro. Em conformidade com esse conceito e sua importância, afirma Cerri (2007, p. 100): A consciência histórica não é algo que os homens podem ter ou não – ela é algo universalmente humano, dada necessariamente junto com a intencionalidade da vida prática dos homens. A consciência histórica enraiza-se, pois, na historicidade intrínseca à própria vida humana prática. Essa historicidade consiste no fato de que os homens, no diálogo com a natureza, com os demais homens e consigo mesmos, acerca do que sejam eles próprios e seu mundo, têm metas que vão além do que é o caso. Por conseguinte, a Educação Histórica de Peter Lee em diálogo com Rüsen, possibilita investigar como os estudantes desenvolvem o pensamento histórico por meio da análise de fontes, evidências e interpretações. Assim, a aprendizagem sobre justiça de transição deve envolver não apenas conceitos substantivos, como Ditadura Militar, tortura, repressão, democracia e direitos humanos, mas também conceitos de segunda ordem, como evidência, causalidade, interpretação, mudança e permanência e significância histórica. O diálogo entre a Educação Histórica e a Didática da História ganham relevância diante da permanência e circulação de discursos que relativizam ou negam as violações cometidas durante a Ditadura Militar. Os documentos da CNV e das comissões estaduais podem ser mobilizados pedagogicamente para que os estudantes formulem problemas históricos, analisem evidências, confrontem interpretações e compreendam como o conhecimento sobre o passado é produzido. Diante da relevância histórica e atual das disputas pelo uso do passado a respeito da Ditadura Civil-Militar e da necessidade de articulação entre justiça de transição, cultura histórica, Didática da História e Educação Histórica é que construímos o problema central que

orientou nossa investigação: propor a construção da categoria "justiça de transição como saber histórico escolar", compreendida como a transformação de conceitos, fontes e problemas relacionados à memória, verdade, reparação e garantias de não repetição em objetos de aprendizagem histórica. Parte-se da hipótese de que sua mobilização pedagógica pode favorecer uma dupla aprendizagem: substantiva, relacionada ao conhecimento da Ditadura Militar e de seus legados, e epistemológica, relacionada à análise de fontes, evidências, interpretações, causalidades, mudanças e permanências. A articulação entre Peter Lee e Jörn Rüsen permite compreender que o desenvolvimento do pensamento histórico oferece instrumentos para interpretar criticamente o passado, enquanto a consciência histórica possibilita relacioná-lo ao presente e às expectativas de futuro. Desse modo, a justiça de transição deixa de ser apenas um conteúdo histórico e passa a constituir uma possibilidade de aprendizagem histórica orientada para a compreensão crítica da democracia e dos direitos humanos. Logo, a pesquisa pretende contribuir para o campo do Ensino de História ao investigar quais aprendizagens podem ser produzidas quando a justiça de transição é transformada em objeto de conhecimento escolar e como essas aprendizagens podem contribuir para uma cultura histórica democrática, comprometida com os direitos humanos e com as garantias de não repetição.

A Morte em Plano-Sequência: O Corpo como Evidência Histórica no Ensino da *Grande Guerra*
Francisco Victor Félix Soares (UECE)

Esta pesquisa analisa uma experiência pedagógica inovadora desenvolvida com alunos do 9º ano da rede de ensino em Varjota, centrada no estudo da Primeira Guerra Mundial. O projeto utilizou a obra cinematográfica 1917 e a perspectiva teórica da "história do corpo" como eixos metodológicos para tensionar e transcender a abordagem fria e linear presente nos manuais didáticos tradicionais. Muitas vezes, os livros didáticos reduzem os conflitos mundiais a grandes estatísticas, datas distantes e estratégias geopolíticas abstratas, distanciando os estudantes da realidade vivida pelos sujeitos históricos. Em contraponto a essa narrativa estanque, a pesquisa demonstra que a inserção do audiovisual no ambiente escolar mobiliza profundamente a sensibilidade discente. Ao acompanhar a jornada sensorial e física dos soldados retratados no filme, os alunos conseguem enxergar a guerra não apenas como um evento macro-histórico, mas como uma vivência marcada pela dor, pelo medo, pelo esgotamento físico e pela vulnerabilidade humana. Os resultados obtidos evidenciam que essa abordagem sensível fomenta uma compreensão crítica, empática e humanizada dos conflitos armados. Desse modo, o uso do cinema em sala de aula revela-se uma ferramenta potente de ensino-aprendizagem, capaz de transformar o estudante em um sujeito ativo na reflexão sobre os impactos devastadores da guerra ao longo da história.

A Propedêutica e o Sofrimento Humano: considerações acerca da possibilidade de formação histórica a partir da história difícil
Rafael Freitas (Grupo Fato Educacional/GPEDUH-UFMT)

O presente trabalho almeja contribuir para o debate ressurgente no campo da didática da história, a saber: pode o sofrimento humano formar a consciência histórica, cujos valores revelam a mobilização da empatia com as vítimas e o adensamento da moral com signos humanistas? Partindo da função pragmática, serão descritas e analisadas as narrativas históricas de jovens oriundos da cidade de Cuiabá-MT, estudantes do 3º ano do ensino médio. Ao serem confrontados com o sofrimento do povo judeu a partir da experiência com a série *Band of Brothers,* esses estudantes despertam, com urgência, a necessidade de reflexão sobre os cuidados no uso das histórias difíceis como tropos linguísticos nas aulas de história. Afinal, constatou-se, na sequência das aulas, uma polarização entre o aprender partilhando o sofrimento e a suspensão da aprendizagem por não suportarem a narrativa ali

exposta.

Aprender história diante de passados sensíveis: perspectivas da didática da história e da educação histórica latino-americana
Márcia Santos Severino (SEEDF/UFG)

Ditaduras, conflitos armados, processos de conquista, violência de Estado e violações de direitos humanos constituem experiências históricas que permanecem presentes em memórias coletivas e narrativas que circulam na cultura histórica. Sua abordagem no ensino de História tem mobilizado diferentes conceitos e termos, entre eles temas sensíveis, histórias difíceis, passados traumáticos, temas controversos, questões socialmente vivas e histórias carregadas. Esta comunicação analisa como a produção latino-americana vinculada à Didática da História e à Educação Histórica tem conceituado e investigado a aprendizagem desses passados e quais relações estabelece entre pensamento histórico, consciência histórica, memória, emoções e dimensão ética. A pesquisa, de natureza qualitativa e bibliográfica, articula procedimentos de estado do conhecimento e análise conceitual, reunindo produções de diferentes contextos latino-americanos. A comparação evidencia que os conceitos mobilizados não são equivalentes: trauma enfatiza a permanência dos efeitos da violência, controvérsia privilegia conflitos de interpretação, questões socialmente vivas destacam a circulação pública e escolar dos problemas, histórias carregadas aproximam a aprendizagem das tensões identitárias e éticas provocadas por determinados passados. O estudo identifica ainda uma mudança do interesse pelo ensino de conteúdos difíceis para a investigação da aprendizagem diante de passados difíceis. Evidência, narrativa, multiperspectividade, contextualização, pensamento histórico e consciência histórica passam a ocupar posição relevante na compreensão de como estudantes interpretam experiências socialmente carregadas. A partir dos resultados, propõe-se explorar a dimensão relacional da sensibilidade histórica como ferramenta heurística: a sensibilidade não seria atributo fixo de determinados conteúdos, podendo ser investigada na interação entre experiências históricas, formas socialmente disponíveis de interpretá-las e sujeitos situados no presente. A aprendizagem histórica pode, assim, ser compreendida como transformação qualitativa da relação com o passado, expressa na complexificação das narrativas e na construção de relações temporais historicamente fundamentadas.

Entre a religião, estereótipos e teorias da conspiração: a permanência de narrativas antijudaicas e antissemitas na contemporaneidade
Gabriela Fonseca Ferreira (UFPel)

Essa comunicação tem como objetivo investigar as narrativas de origem histórica sobre as comunidades judaicas que persistem sendo difundidas na contemporaneidade, com destaque para as narrativas disseminadas nas redes sociais. A partir do campo da Didática da História, que além de investigar o Ensino de História, também se preocupa com a circulação social da História, se busca refletir como o passado é utilizado para se construir uma imagem dos judeus que embase discursos antijudaicos e antissemitas na atualidade, se relacionando aos conceitos de consciência histórica e cultura histórica. A consciência histórica é entendida como a suma das operações mentais do indivíduo para interpretar a passagem do tempo e se orientar a partir dela, enquanto a cultura histórica pode ser compreendida como uma articulação prática e operante da consciência histórica na e pela sociedade. Busca-se neste trabalho destacar os usos do passado na articulação entre o antijudaísmo cristão, o imaginário medieval sobre os judeus, as teorias raciais antissemitas do século XIX, o antissionismo radical e as teorias conspiratórias envolvendo as comunidades judaicas e como todos esses elementos se apresentam e se interligam nas narrativas antijudaicas e antissemitas atuais que circulam em diversos ambientes,

principalmente na Internet. Por fim, é proposta uma breve reflexão sobre a possibilidade de existir um antissemitismo difuso na educação brasileira.

22/10 (Quinta-feira)

A contação de histórias Kaingang como metodologia didática para o ensino da história local e herança indígena em Londrina
Annie Vitoria de Sousa Moura (Universidade Estadual de Londrina)

A narrativa oficial sobre a formação de Londrina, marcada por perspectivas eurocêntricas, tende a invisibilizar a atuação dos povos indígenas na constituição histórica e cultural do município, ao mesmo tempo em que valoriza uma suposta herança inglesa, presente em diferentes espaços e monumentos da cidade. Nesse contexto, destaca-se a presença Kaingang, povo indígena historicamente relacionado à região e atualmente representado tanto na Terra Indígena Apucaraninha quanto em espaços urbanos, como o acampamento urbano Ware e a Chácara São Miguel. Apesar de sua importância para a história local, os Kaingang enfrentam situações de preconceito e vulnerabilidade socioeconômica, tendo a comercialização da cestaria como uma importante forma de subsistência. A cestaria, contudo, ultrapassa sua dimensão econômica e material, pois nela encontram-se grafismos relacionados ao Sol e a Lua, que através da história de origem transmitida pelos anciãos Kaingang, atuam como criadores dos seres humanos e parentes espirituais. Entretanto, conhecimentos como esse permanecem pouco presentes nas abordagens escolares sobre a história local, contribuindo para o apagamento de memórias indígenas, simplificação da diversidade dos povos originários e permanência de estereótipos e preconceitos. Diante desse cenário, o trabalho tem como objetivo analisar a contação de histórias Kaingang como metodologia didática para o ensino da História Local de Londrina, valorizando narrativas indígenas e contribuindo para a problematização de perspectivas eurocêntricas e estereótipos sobre os povos originários. Para isso, foram utilizados procedimentos da História Oral, com pesquisas e elaboração de materiais didáticos realizados com anciãos e lideranças Kaingang. Posteriormente, as atividades foram desenvolvidas em colégios estaduais e particulares, com estudantes desde a educação infantil até o ensino médio, envolvendo contação de histórias e rodas de conversa. As práticas foram adaptadas às diferentes faixas etárias e contaram com a participação direta dos indígenas em todas as etapas. A experiência possibilitou apresentar aos estudantes outras perspectivas sobre a história de Londrina, evidenciando a cestaria como expressão de memória, identidade e cosmologia. O contato direto com lideranças também favoreceu a aproximação dos estudantes com saberes transmitidos oralmente e a problematização de representações generalizantes sobre os povos indígenas. Conclui-se que a contação de histórias, articulada à participação indígena e à História Oral, constitui uma importante possibilidade metodológica para o ensino da História Local, contribuindo para ampliar as narrativas sobre Londrina, reconhecer a presença e o protagonismo Kaingang e promover uma educação histórica mais plural e crítica.

História Local e Fontes Orais no Ensino Médio: Uma Experiência do PIBID sobre a História e Memória do Bairro Dirceu Arcoverde (Teresina-PI)
Maria Eduarda Gonçalves de Oliveira (Universidade Federal do Piauí); Cláudia Cristina da

Silva Fontineles (Universidade Federal do Piauí – UFPI)

O presente trabalho apresenta e discute um relato de experiência pedagógica desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), pelo subprojeto de História da Universidade Federal do Piauí (UFPI), no campus de Teresina. A intervenção foi realizada por graduandos do curso em duas escolas da rede pública situadas no bairro Dirceu Arcoverde (Teresina-PI), abrangendo turmas do Ensino Médio. A proposta partiu da necessidade de aproximar os conteúdos históricos escolares da realidade social e territorial vivenciada pelos estudantes, promovendo o desenvolvimento da consciência histórica e do sentimento de pertencimento comunitário. Com duração de quatro semanas e dinâmica de alternância semanal entre as duas instituições escolares participantes, a prática pedagógica estruturou-se em dois momentos complementares. Na primeira parte, foram ministradas aulas expositivas e dialogadas fundamentadas no estudo crítico da obra Nasce um bairro, renasce a esperança: História e Memória de moradores do Conjunto Habitacional Dirceu Arcoverde (Fontineles; Sousa Neto, 2017), permitindo analisar os processos de ocupação, vulnerabilidades sociais, lutas políticas e expansão urbana que originaram o bairro. Na etapa seguinte, estimulou-se o protagonismo dos discentes ao atuarem diretamente como pesquisadores: os estudantes planejaram e realizaram entrevistas com moradores antigos da comunidade, utilizando a metodologia da história oral. Ao confrontarem os dados bibliográficos com as memórias individuais e coletivas narradas pelos entrevistados, os alunos puderam estabelecer conexões significativas entre as trajetórias pessoais e os processos socio-históricos estudados. Os resultados apresentaram um aumento substancial no interesse discente pelas aulas de História, uma ressignificação do espaço urbano compartilhado e o reconhecimento dos sujeitos da comunidade como agentes históricos ativos. Conclui-se que a valorização da história local e o trabalho com fontes orais constituem ferramentas imprescindíveis para a didática da história, ao mesmo tempo em que consolidam a formação inicial docente por meio da reflexão crítica sobre o fazer pedagógico no chão da escola.

Quando o passado não é ensinado: a ausência da educação histórica-arqueológica e *impactos subsequentes na preservação patrimonial*
Marilia Azevedo do Nascimento (UFPE)

A preservação do patrimônio cultural constitui uma dimensão fundamental para a manutenção da memória coletiva, identidade social e compreensão das relações estabelecidas entre diferentes grupos crono geograficamente. Entretanto, a permanência de processos de degradação, descaracterização, abandono e destruição de bens culturais evidencia a existência de desafios que ultrapassam as questões técnicas relacionadas à conservação, preservação e restauro, e adentram a relação dos indivíduos e comunidades com o patrimônio, a história e a memória, processo que perpassa a construção educacional da temática. A insuficiência da educação histórica e arqueológica, quando ocorrida, pode contribuir para a fragilização da consciência patrimonial e, consequentemente, para a vulnerabilidade dos bens culturais e da memória histórica. Parte-se do pressuposto de que o conhecimento acerca da história, da cultura material e dos vestígios arqueológicos de determinado território constitui elemento relevante para o reconhecimento de seu valor social e para a construção de vínculos de pertencimento. A ausência ou a abordagem limitada desses conhecimentos no processo educativo pode favorecer o distanciamento da população em relação ao patrimônio, dificultando sua identificação como elemento significativo da experiência histórica coletiva. Compreende-se, ainda, como a insuficiência de ações educativas articuladas às políticas de preservação pode contribuir para a invisibilização de determinados bens e para a redução da participação social em sua proteção. Nesse sentido, a educação histórica e arqueológica é compreendida não apenas como instrumento de transmissão de conhecimentos sobre o passado, mas como mecanismo capaz de estimular a interpretação crítica das evidências materiais, o

reconhecimento da diversidade cultural e a valorização dos patrimônios existentes nos territórios. Conclui-se que o fortalecimento da educação patrimonial, articulado ao ensino da história e à divulgação do conhecimento arqueológico, pode desempenhar papel significativo na aproximação entre sociedade e patrimônio, favorecendo processos de reconhecimento, pertencimento e participação social na preservação dos bens culturais.

Ensino de História e Usos do Passado: Mediações Didáticas com Inteligência Artificial no Patrimônio Cultural do Museo del Oro
Ellen Grazielli Santos Valença e Janaina Cardoso de Mello (Universidade Federal de Sergipe – UFS)

O Museo del Oro, na Colômbia, reúne um acervo arqueológico composto por peças produzidas entre cerca de 500 a.C. e o período da conquista espanhola, abrangendo um conjunto expressivo de artefatos que evidenciam práticas rituais, funerárias e cotidianas das sociedades pré-hispânicas. Entre esses objetos destacam-se máscaras cerimoniais, adornos corporais, elementos associados a contextos mortuários, instrumentos musicais, representações antropomórficas e peças de caráter religioso, cuja diversidade material e simbólica oferece importantes subsídios para a compreensão das cosmologias e dinâmicas socioculturais dessas populações. Com o avanço das tecnologias digitais, da Inteligência Artificial (IA) e da robótica educacional, tem ampliado as possibilidades de ensino e aprendizagem no campo da História e do Patrimônio Cultural. Nesse cenário, surge a proposta do projeto “Guardião do Patrimônio, que integra robótica educacional, inteligência artificial e ensino de História”. Assim, este texto apresenta a proposta do desenvolvimento de uma plataforma digital educativa com uso de IA sobre o patrimônio do Museo del Oro, sendo capaz de apresentar informações sobre o acervo arqueológico, promovendo a educação patrimonial e o ensino de História Latino-Americana, tornando-se um instrumento de qualidade para os docentes e discentes da Educação Básica, apoiando a melhoria da qualidade das aulas. O projeto integra as pesquisas compartilhadas na Red de Cooperación Académica en la Cátedra Patrimonio Cultural Inmaterial de Latinoamérica y el Caribe/UNESCO, Argentina e Colômbia, no processo de internacionalização da Universidade Federal de Sergipe e conta com Bolsa de pesquisa CNPq.

Steven Spielberg: o elo entre O Resgate do Soldado Ryan e Medal of Honor
Lucas Carvalho BIttencourt (PPGH/UFPEL)

Em 1999, surge uma das primeiras grandes franquias de *first-person shooter* (FPS) com enfoque na Segunda Guerra Mundial: *Medal of Honor*. O jogo foi lançado em um contexto de convergência de interesses culturais em torno da guerra, impulsionado pelo sucesso mundial do filme *O Resgate do Soldado Ryan*, dirigido por Steven Spielberg. Foi também nesse contexto que Spielberg, em conjunto com Jeffrey Katzenberg e David Geffen, idealizou a DreamWorks SKG. O elo entre *O Resgate do Soldado Ryan* e *Medal of Honor* é o próprio Steven Spielberg, que demonstrou, naquele período, interesse em criar um jogo em homenagem os soldados aliados por meio da referência à Medalha de Honra (*Medal of Honor*), uma das mais altas condecorações das Forças Armadas dos Estados Unidos. Spielberg compreendia o filme como uma experiência educacional e, ao observar jovens jogando videogames, questionava se seria possível desenvolver um jogo de tiro ambientado na Segunda Guerra Mundial que lhes permitisse aprender sobre o conflito por meio da experiência lúdica. Como resultado, o título incorporou características marcantes da linguagem cinematográfica dos filmes de Spielberg, especialmente no que diz respeito à construção de um enredo envolvente. Para consolidar essa aproximação entre as duas mídias, o desenvolvimento do jogo também contou com a colaboração do veterano de guerra Dale Dye, capitão aposentado do Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos, que já havia auxiliado Spielberg na produção de *O Resgate do Soldado Ryan*. Do ponto de

vista temático, o jogo também assimilou aspectos da perspectiva cinematográfica do longa-metragem. Assim como o filme buscava apresentar a dimensão humana da guerra por meio do Capitão Miller, interpretado por Tom Hanks — um personagem que não se identificava necessariamente com a carreira militar e desejava retornar à sua vida cotidiana —, o jogo procurou reproduzir elementos dessa perspectiva. Ao controlar um personagem norte-americano, o jogador é conduzido por situações extremas, missões arriscadas e decisões heroicas, que contribuem para a construção de uma narrativa centrada na experiência dos soldados aliados. Com base nesse contexto, apresenta uma reflexão sobre os usos do passado da Segunda Guerra Mundial em *O Resgate do Soldado Ryan* e *Medal of Honor*, buscando compreender como ambas as produções mobilizam representações do conflito para construir narrativas marcadas por um forte nacionalismo norte-americano. Para tanto, consideramos a lógica do “soldado-cidadão”, conforme discutida por Gerstle (2008), a fim de examinar as relações entre representação da guerra, heroísmo militar e construção da identidade nacional.

23/10 (Sexta-feira)

A Poética do Invisível no Ensino de História: As Narrativas Gráficas de Marcelo D'Salete como Artefato Didático
Bruno Ulanoski dos Passos (Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC)

Este trabalho propõe analisar as histórias em quadrinhos (HQs) de Marcelo D'Salete, focando nas obras Mukanda Tiodora (2022) e Angola Janga (2017), como produtoras de uma didática da História por meio de seu discurso histórico. Ao articular educação e didática com arte, memória e temporalidade, o estudo evidencia como a linguagem dos quadrinhos oferece novas interpretações do passado a partir do uso de fontes históricas. Por meio de paralelos imagéticos, sobretudo da arquitetura, D’Salete demonstra que os espaços urbanos e rurais eram ocupados por diversos sujeitos, embora tenham sido registrados e retratados por poucos. Assim, abordo as HQs tanto como um artefato didático quanto como um agente histórico, como aponta José D’Assunção Barros (2023) quanto um elemento de Práticas Culturais apontadas por Victor Callari e Marcio Rodrigues (2021), pois diante dos relatos coloniais e imperiais omitidos, o autor ocupa esse silêncio com quadros mudos, aqui analisados a partir da estética da ambiguidade e da poética do invisível, desenvolvidos por Nohara Arrieta Fernández em 2022. Procuro inserir essas HQs no ambiente escolar atentando que as narrativas visuais de Mukanda Tiodora e Angola Janga demandam uma pedagogia da atenção, na qual a mediação do professor é o elo entre a arte e o conhecimento histórico. O docente atua como um facilitador que ensina a "ler o não visto", convidando os alunos a desacelerar a leitura para interpretar as camadas tecidas por D’Salete. Essa mediação direciona a reflexão para as referências visuais construídas, os detalhes arquitetônicos e os "quadros mudos", mostrando que a ausência de texto verbal também comunica e denuncia o silenciamento histórico. Dessa forma, as HQs deixam de ser apenas um suporte didático e passa a ser uma ferramenta de descolonização do olhar, permitindo aos estudantes compreenderem o processo histórico como um campo de disputas, memórias e permanências no presente.

Para una historia de los cristianismos en América Latina. Propuestas y debates desde la revista Cristianismo y Sociedad.
Tomas Elias Zeitler (Facultad de Humanidades – Universidad Nacional del Nordeste,

Argentina)

Como Profesor Titular de la cátedra Historia de América Independiente (siglos XIX y XX), correspondiente al Profesorado y la Licenciatura en Historia de la Facultad de Humanidades de la UNNE, he incorporado desde 2020 contenidos y bibliografía vinculados con la historia de los cristianismos en América Latina y las relaciones entre religión y política. Esta experiencia docente puso de manifiesto la necesidad de contar con herramientas historiográficas que permitan comprender la diversidad del campo religioso latinoamericano y su incidencia en los procesos sociales, políticos y culturales contemporáneos, atendiendo específicamente a los usos del pasado a los que apelaron teólogos e intelectuales en torno a la teología de la liberación. En este marco, la ponencia propone, en primer lugar, presentar un estado de la cuestión sobre los estudios dedicados al cristianismo latinoamericano, un área que ha experimentado una notable expansión en las últimas décadas desde la historia, la sociología, la antropología, la ciencia política y la teología. Entre los principales ejes de investigación se destacan el catolicismo como matriz cultural, los vínculos entre protestantismos y modernidad, las misiones evangelizadoras y el imperialismo, el pentecostalismo y la cultura popular, así como las diversas expresiones del cristianismo liberacionista. En segundo término, se analizará la revista Cristianismo y Sociedad como un espacio privilegiado de circulación de ideas, debates y redes intelectuales en torno al estudio del cristianismo en América Latina. Publicada inicialmente por ISAL entre 1963 y 1974 y continuada posteriormente por otros proyectos editoriales ecuménicos (Editorial Tierra Nueva y ASEL), la revista reunió a teólogos, historiadores, sociólogos y cientistas sociales que reflexionaron sobre los desafíos teóricos, metodológicos e interpretativos que planteaba el abordaje histórico del fenómeno religioso en la región. A partir de este recorrido, se busca discutir el aporte de estas producciones intelectuales para el estudio de los cristianismos latinoamericanos y los usos del pasado, así como reflexionar sobre su potencial para una enseñanza renovada de la historia de América Latina en el ámbito universitario.

“Entre o ontem e o hoje”: temporalidade, memória e consciência histórica na EJA Campo

Alexandra Santana Santos Souza (UFS – Universidade Federal de Sergipe)

Este trabalho analisa o processo de formação da consciência histórica e da apreensão das temporalidades por estudantes da Educação de Jovens e Adultos do Campo (EJA Campo), tomando como locus investigativo a comunidade de Lagoa Preta. A pesquisa fundamenta-se na Didática da História e no conceito de consciência histórica (Jörn Rüsen), buscando compreender como as memórias coletivas dos sujeitos do campo articulam as narrativas do passado com as vivências do presente e as projeções de futuro. No âmbito do Simpósio Temático "Didática da História e Usos do Passado", a reflexão debruça-se sobre os modos como as memórias locais são mobilizadas para além do resgate saudosista, atuando como ferramentas de orientação temporal, afirmação identitária e resistência camponesa. A metodologia adota uma abordagem qualitativa, fundamentada na História Oral e na pesquisa-ação pedagógica. A partir de rodas de conversa, entrevistas com moradores mais velhos e elaboração de cartografias afetivas e do tempo, os estudantes investigam a própria comunidade problematizando eixos estruturantes: "Como era Lagoa Preta?", "Como é hoje?", "O que mudou, por que mudou e o que permaneceu?" e "Que futuro queremos?". Os resultados parciais demonstram que o resgate do passado comunitário possibilita aos educandos reconhecerem as transformações socioambientais, econômicas e culturais de seu território, percebendo-se como agentes históricos e não meros espectadores das mudanças. A articulação entre memória e Didática da História na EJA Campo favorece a desconstrução de visões a-históricas do espaço rural, promovendo a aprendizagem histórica historicamente situada e o fortalecimento do pertencimento comunitário. Conclui-se que o uso do passado, mediado pela prática educativa no campo, consolida-se como um recurso didático-político emancipatório capaz de impulsionar a consciência crítica e a construção de

expectativas de futuro sustentáveis e socialmente justas para a comunidade.

Exu na encruzilhada do tempo: decolonialidade, consciência histórica e usos do passado no ensino de História
José Luiz Xavier Filho (Universidade Federal de Pernambuco – UFPE)

A Didática da História, ao problematizar as formas pelas quais sujeitos atribuem sentido às experiências temporais, permite compreender o ensino de História para além da transmissão de conteúdos sobre o passado. Nesse campo, a consciência histórica constitui uma categoria fundamental para analisar as relações estabelecidas entre experiência do passado, interpretação do presente e orientação das expectativas de futuro. Entretanto, considerando que as formas de produção do conhecimento histórico foram profundamente atravessadas pela racionalidade moderna e pela colonialidade, torna-se necessário questionar em que medida categorias historicamente constituídas a partir de matrizes epistemológicas ocidentais são suficientes para compreender outras experiências de temporalidade e produção de sentidos sobre o passado. Partindo dessa problemática, este trabalho objetiva discutir as possibilidades de Exu, compreendido como categoria epistemológica, contribuir para uma perspectiva decolonial da Didática da História e para a problematização dos usos do passado no ensino de História. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e caráter teórico-reflexivo, estabelecendo um diálogo crítico entre as formulações de Jörn Rüsen acerca da consciência histórica e contribuições do pensamento decolonial, da afrocentricidade e do pensamento negro. A reflexão mobiliza, entre outros, autores e autoras como Aníbal Quijano, Molefi Kete Asante, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro e Luiz Rufino. Nessa perspectiva, Exu é tomado não apenas como elemento das cosmologias africanas e afro-brasileiras, mas como possibilidade epistemológica vinculada ao movimento, à comunicação, à ancestralidade e à encruzilhada, permitindo interrogar concepções lineares e universalizantes de temporalidade. Dito isso, argumentamos que uma Didática da História decolonial não pode restringir-se à inclusão de sujeitos negros, africanos e afro-brasileiros nos conteúdos escolares, devendo problematizar também as estruturas epistemológicas pelas quais seus passados são produzidos, interpretados e mobilizados. A encruzilhada apresenta-se, assim, como possibilidade para pensar relações plurais entre passado, presente e futuro, ampliando o debate acerca da consciência histórica e dos usos do passado no ensino de História. Palavras-chave: Didática da História; Consciência Histórica; Exu; Decolonialidade; Usos do Passado.

Silêncio por delegação: eugenia, branqueamento e a cadeia de decisões do livro didático de História, da BNCC à escolha docente
Uilson Silva Duarte (ProfHistória/UFG e RME/Goiânia)

Eugenia e a política de branqueamento nas aulas de História dos anos finais do ensino fundamental. Parte-se de achados da dissertação de mestrado do proponente, que identificou tratamento fragmentário, protocolar ou silenciado do tema nas coleções aprovadas no PNLD, apesar da obrigatoriedade instituída pela Lei nº 10.639/2003, e constatou que a eugenia comparece uma única vez na BNCC, fora do componente de História, enquanto o Documento Curricular para Goiás Ampliado (DC-GO) a trata de modo explícito. A pergunta central é: como a cadeia que vai da BNCC à escolha do livro didático pelos professores, passando pelo DC-GO e pelos critérios de avaliação do PNLD 2024, define o que pode ser ensinado sobre o tema? A hipótese é a de um silêncio por delegação: cada instância transfere à seguinte a responsabilidade pelo tema sem lhe fornecer critérios para tratá-lo, e o PNLD opera por conformidade negativa, verificando a ausência de preconceito sem exigir o ensino da história do racismo científico. A fundamentação articula a historiografia da eugenia no Brasil (Schwarcz, Stepan, Dávila), a abordagem do ciclo de

políticas e a noção de atuação (Ball; Mainardes), a historiografia do livro didático e o conceito de formação histórica em Rüsen, ampliado pela dimensão afetiva da aprendizagem. A pesquisa, qualitativa, combina análise de conteúdo da BNCC, do DC-GO, do Decreto nº 9.099/2017 e do edital e do Guia Digital do PNLD 2024 com questionário, grupos focais e oficinas com professores de História da Rede Municipal de Educação de Goiânia. Como dimensão propositiva, prevê a elaboração e a validação, com docentes da educação básica, de uma matriz de análise para a escolha do livro didático de História quanto ao tratamento da eugenia, do branqueamento e do racismo científico, organizada em quatro níveis (ausente, protocolar, contextualizado e problematizador), além de uma nota técnica dirigida à gestão da rede e ao FNDE. Espera-se contribuir para que a garantia legal de 2003 se traduza em material didático efetivamente disponível nas escolas.

Entre o Combate ao Negacionismo Ambiental e a Aprendizagem Histórica: A Didática da História e as Territorialidades Negras no Rio Tejipió
Kaio Ygor Nascimento de França (Universidade Federal de Pernambuco – UFPE)

O presente artigo analisa o potencial da Didática da História e da Aprendizagem Histórica no enfrentamento aos negacionismos históricos e ambientais, tomando como objeto as continuidades entre a escravidão de ganho oitocentista no Recife e as territorialidades negras contemporâneas na Bacia do Rio Tejipió. Problematiza-se como as narrativas hegemônicas operam um duplo negacionismo: ao despolitizar as tragédias socioambientais das periferias ribeirinhas, reduzindo-as a "fatalidades climáticas", e ao invisibilizar a agência e as tecnologias ancestrais de sobrevivência da população negra no pós-abolição. Metodologicamente, sob a perspectiva materialista-crítica e da História Oral, articula-se o conceito de "território-abrigo" (Milton Santos) e "quilombo continuado" (Beatriz Nascimento) com a teoria da Consciência Histórica (Jörn Rüsen). Conclui-se que a transposição didática dessas memórias territoriais no Ensino de História (Lei nº 10.639/03) desenvolve uma aprendizagem histórica crítica, instrumentalizando os estudantes para a desconstrução de mitos negacionistas e para a orientação cidadã no tempo presente.

21/10 (Quarta-feira)

Confluências entre História e Literatura: o livro didático de História para a formação de leitores na Escola brasileira
Leandro Augusto Neves Lins de Andrade (Universidade do Estado da Bahia – UNEB)

A presente pesquisa dedica-se à investigação das confluências entre História, Literatura e a formação de leitores críticos no âmbito do ensino histórico, tomando como corpus de análise a coleção Geração Alpha – História (volumes destinados do 6º ao 9º Anos do Ensino Fundamental – Anos Finais, publicada pela Editora SM e selecionada pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD 2024). Parte-se do pressuposto de que o Livro Didático (LD) transcende sua função meramente instrumental, assumindo o status de artefato cultural atravessado por tensões políticas, históricas e mercadológicas. Nesse sentido, ele atua como agente seletor de narrativas, engendra modos específicos de leitura e influencia diretamente a construção das identidades e dos hábitos de leitura dos alunos. Objetiva-se, com este estudo, compreender de que modo a inserção da Literatura Nacional e as respectivas atividades de leitura propostas pela coleção fomentam a formação de leitores autônomos, consolidando um terreno fértil de convergências entre o saber histórico e o literário, sob a égide dos aportes teóricos da Crítica Cultural. Os achados da investigação evidenciam que a Literatura Nacional, quando integrada às dinâmicas do ensino histórico, extrapola a função de recurso acessório ou figurativo. Ela expande os horizontes interpretativos da realidade, estimula a problematização das narrativas históricas instituídas e concorre para a edificação de leitores reflexivos, aptos a reconhecer a pluralidade das experiências humanas e a engendrar novas perspectivas de apreensão do mundo. Metodologicamente, a pesquisa inscreve-se numa abordagem qualitativa, operacionalizada por meio da Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (1979). O arcabouço teórico que a sustenta é composto por múltiplas vozes: Antônio Bispo (2023), cujas reflexões sobre a colonização do pensamento e as confluências são centrais; Carlo Ginzburg (1989), por meio do paradigma indiciário aplicado à leitura de vestígios didáticos; Paulo Freire (1989), com sua perspectiva de educação emancipatória; Circe Bittencourt (2007), referência no campo do livro didático e do ensino de História; bell hooks (2017), que advoga por uma pedagogia engajada e libertadora; Annie Rouxel (2012), que aborda a leitura em sua complexidade subjetiva; e, por fim, Cruz (2012) e Magno (2011), que enriquecem o debate sobre a formação leitora no espaço escolar. Desta forma, a pesquisa propõe a interpretação do livro didático como um território potencial de diálogo e confluência entre a História e a Literatura. Compreende-se que no espaço educacional, as práticas de leitura emergem como vias fecundas para a resistência epistemológica, a promoção da autonomia intelectual e a efetiva formação de sujeitos leitores plenos.

Literatura e ensino de História: uma experiência de leitura de Seminário dos ratos, de Lygia Fagundes Telles, no Ensino Médio
Pedro Francisco Cataneli (IFPR/Campus Jacarezinho)

O uso da literatura como fonte para estudos históricos possibilita o entendimento de aspectos sociais, culturais e políticos, favorecendo a compreensão das transformações ocorridas. Além disso, a presença de obras literárias no estudo da História pode ser um estímulo para o desenvolvimento da leitura no momento em que, segundo os dados da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil de 2024, ocorre uma queda no número de leitores no país até mesmo na população em idade escolar. Assim, este trabalho apresenta uma experiência de ensino desenvolvida com estudantes do Ensino Médio do Instituto Federal do Paraná (IFPR), campus Jacarezinho, no segundo semestre de 2025, a partir da leitura da obra Seminário dos ratos (1977), de Lygia Fagundes Telles. A realização da atividade teve

como objetivos averiguar os conhecimentos prévios dos estudantes acerca da história do Brasil entre as décadas de 1950 e 1970, considerando aspectos políticos, sociais e culturais; refletir sobre a escrita feminina na sociedade brasileira dos anos 1970; compreender a obra em seu contexto de publicação, ainda durante a ditadura civil-militar, e estabelecer relações entre seus elementos narrativos e o contexto histórico; e promover práticas de leitura crítica. Além disso, a proposta buscou o desenvolvimento da leitura de forma crítica e aprofundada por parte dos estudantes e a ampliação da capacidade de participarem de discussões orais, especialmente diante de temas controversos, exercitando a escuta, a argumentação e o respeito a diferentes perspectivas. A atividade denominada “ClubIF de leitura 2025: diálogos entre amadores sobre literatura – ‘O seminário dos ratos’, Lygia Fagundes Telles” envolveu 13 estudantes e foi desenvolvida em 12 encontros. A leitura foi realizada individualmente, seguida de estudos coletivos organizados em formato de roda de conversa, com um ou dois estudantes responsáveis pela condução das discussões. Ao final, foram aplicados um formulário de avaliação e uma atividade escrita utilizados para analisar a experiência e as aprendizagens construídas. Os resultados indicaram que os estudantes realizaram a leitura integral da obra e ampliaram sua participação em situações de fala pública, estabelecendo relações entre acontecimentos e questões presentes no livro e conhecimentos históricos, além disso, foram observadas articulações com conhecimentos extraescolares, demonstrando a capacidade de relacionar diferentes referências na interpretação da narrativa. Conclui-se que o trabalho com a literatura no ensino de História pode contribuir para o desenvolvimento da leitura crítica, da argumentação e da capacidade de estabelecer relações entre diferentes temporalidades e experiências sociais, favorecendo uma compreensão ampla e problematizadora dos processos históricos.

Entre Telas e Páginas: A leitura crítica da obra O Avesso da Pele como Reflexão para o Pós-Abolição

Eduarda Ávila da Porciuncula (Universidade Federal do Rio Grande – FURG)

O presente relato diz respeito a uma atividade realizada na E.E.E.M. Marechal Emilio Luiz Mallet (Rio Grande/RS), no âmbito das intervenções do Subprojeto de História do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), com a turma de 9° ano, com cerca de 16 alunos, no dia 4 de abril de 2025, a qual teve como objetivo dialogar com os discentes sobre o pós abolição, no Brasil. Primeiramente, foi trabalhado com a turma o processo abolicionista por parte da professora supervisora; posteriormente, pensamos como deveríamos discutir sobre a inserção de pessoas negras após esse processo. Para tanto, apresentamos à turma um vídeo nomeado como “negro”, do canal da plataforma YouTube, denominado “Porta dos Fundos”, o qual retrata uma situação de racismo. O vídeo apresenta um homem que foi assaltado indo até uma delegacia com o intuito de fazer um boletim de ocorrência, sendo que, para o policial, ele insiste em afirmar que o assaltante é uma pessoa negra, mesmo diante da negativa por parte do dito “assaltado”. Com isso, discutimos com os alunos sobre a crítica que o vídeo traz e, em seguida, começamos a explicar sobre o livro “O Avesso da Pele”. Na obra é apresentado Pedro, filho do personagem principal, o qual narra a trajetória de seu pai, Henrique, um homem negro que foi assassinado em uma abordagem policial; além disso, também trouxemos toda a polêmica envolvendo a censura do livro ocorrida em alguns estados brasileiros, por parte de algumas escolas, colocando como justificativa que o livro apresenta palavras e cenas vulgares para jovens em idade escolar, expondo como o racismo estrutural permeia nossa sociedade. O trecho em específico que trabalhamos apresenta o personagem Pedro, revivendo as memórias de seu pai, recordando-se de momentos onde sofreu abordagens policiais, especificamente nas páginas 125 e 126. O trecho, em específico, apresenta um momento em que Henrique está procurando um emprego e encontra um anúncio pedindo “boa aparência”, aspecto que denota – implicitamente – a necessidade de ser uma pessoa branca para a vaga; inclusive, quando ele encontrou um emprego, era no período da noite e madrugada. Um dia, quando estava voltando para casa, sofreu uma abordagem extremamente agressiva, retratando o

racismo institucional por parte de aparatos estatais (os mesmos que deveriam proteger a população, e não a discriminar). Após a leitura do texto, seguimos discutindo como não houve a devida inserção da população negra no período do pós-abolição e como nunca houve uma preocupação por parte do Estado brasileiro em estabelecer políticas públicas verdadeiramente inclusivas à população negra.

A criação narrativo ficcional e a imaginação nas aulas de História: a construção de *aulas oficinas*
Larissa Azevedo da Silva (UFPEL)

O presente trabalho tem como objetivo detalhar uma sequência de seis aulas oficinas realizadas em duas escolas do ensino básico na cidade de Pelotas. Os encontros possuíam como objetivo central a criação de narrativas pelos estudantes, possuindo como base dois livros de literatura que tratam de períodos históricos diferentes, da abolição e pós abolição no Brasil, e suas repercussões como peça modular das suas criações. As aulas possuíam também o objetivo de investigar elementos da formação da consciência histórica dos alunos, analisados na criação de narrativas, porém a análise específica não será retratada no presente trabalho, focando então na construção dos encontros. As oficinas ocorreram em seis aulas de 50 minutos cada, divididas em três dias, os encontros contaram com diferentes objetivos alinhados às seguintes competências da base comum curricular (EF09HI01); (EF09HI03); (EF09HI04); (EF09HI18); (EF09HI26). Todos os encontros foram centrados na temática abolição e pós abolição no Brasil, e tiveram como leitura central os livros O quarto de despejo de Carolina Maria de Jesus e Úrsula de Maria Firmina dos Reis. Foram movimentados conceitos fundamentais para a criação, realização e análise da aula oficina (Barca, 2004), foram eles o conceito de consciência histórica (Rüsen, 2001), estrutura narrativa (Ricoeur, 1994) e imaginação histórica (Cuesta, 2016). Observamos, com a construção das oficinas, que aulas de História que possuem como objetivo a construção e análise de narrativas podem apresentar importantes potencialidades quando pensamos na constituição de um conhecimento histórico que procure interligar diferentes modelos de pensamento, temporalidades e estruturas com as experiências da vida prática na sociedade. A produção de narrativas ficcionais que mobilizem a imaginação histórica pode, portanto, contribuir para que os sujeitos compreendam que o conhecimento histórico é constituído a partir de diferentes perspectivas, interpretações, sujeitos e experiências, possibilitando uma compreensão mais ampla das relações sociais e das transformações ocorridas ao longo do tempo.

O fazer poético em sala de aula: leitura, escrita e aprendizagem histórica no ensino fundamental
Geovana de Morais da Silva (Universidade Federal do Amapá – UNIFAP)

Este trabalho apresenta uma experiência pedagógica com o uso e a produção de poemas no ensino de História com estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental. A proposta parte da aproximação entre Literatura e História e considera o fazer poético como uma possibilidade de trabalhar a leitura, a interpretação e a escrita nas aulas de História. A experiência foi desenvolvida no contexto do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), a partir da atuação da pesquisadora, como escritora, poetisa e professora regente em uma escola pública estadual, entre 2024 e 2026. O estudo adota abordagem qualitativa, articulando revisão bibliográfica e relato de experiência pedagógica, tendo como referência as discussões de Albuquerque Júnior (2009), Bittencourt (2012), Marques (2010), Pesavento (1995), Piaget (1994) e Teixeira (2010). O percurso pedagógico envolveu a leitura coletiva de poemas de autoria da pesquisadora, seguida de conversas sobre os temas abordados, da identificação de elementos relacionados a conhecimentos históricos e a realização de uma oficina de escrita criativa. Nessa etapa, os estudantes foram convidados

a produzir seus próprios poemas a partir das experiências vivenciadas e dos conhecimentos construídos nas aulas. A análise da experiência evidenciou o envolvimento dos estudantes nas atividades e avanços na leitura, na interpretação, na expressão de ideias e na relação entre os saberes históricos e as suas próprias experiências. A produção dos poemas também possibilitou aos estudantes perceber a escrita como uma forma de expressar e registrar conhecimentos sobre o passado e o presente. Os resultados indicam que o poema, quando trabalhado de forma problematizada, pode ampliar as possibilidades de leitura e escrita nas aulas de História e contribuir para uma aprendizagem histórica mais participativa. A experiência evidencia, ainda, que o diálogo entre Literatura e História pode favorecer práticas pedagógicas que aproximam o conhecimento histórico do cotidiano e das formas de expressão das crianças. Palavras-chave: Ensino de história; Literatura; Poema; Leitura e escrita; Aprendizagem histórica

Ainda Lemos Aqui: Relato de Experiência de uma Prática de Leitura na Educação Básica
Everton Silva dos Santos e Jose Edielson Santos de Jesus (SEC/BAHIA)

Este trabalho apresenta um relato de experiência de uma prática de leitura interdisciplinar desenvolvida com estudantes do 3º ano do Ensino Médio do Colégio Estadual Celso Mendes de Lima, no município de Conde, Bahia. A proposta surgiu devido à necessidade latente de aproximar a leitura literária da vida cotidiana dos estudantes, promovendo o diálogo entre distintas áreas do conhecimento. Partindo da compreensão da leitura como prática fundamental para a consolidação de conhecimentos, a formação do pensamento crítico e a interpretação da realidade, a experiência consistiu na leitura integral da obra “Ainda Estou Aqui” (2025), de Marcelo Rubens Paiva. A proposta articulou as disciplinas de Língua Portuguesa e Literatura, História e Sociologia, por meio da leitura compartilhada e de debates interdisciplinares envolvendo temas como literatura, cultura, Ditadura Militar brasileira, tortura, memória e relações de poder. Como fundamentação teórica, foram mobilizadas as contribuições de Napolitano (2014) para a compreensão da Ditadura Militar brasileira; de Nora (1993), especialmente no que se refere à memória e à identidade; e de Foucault (2021), acerca das relações de poder e da violência de Estado. No campo da educação e do ensino de literatura, dialogou-se com as contribuições de Rouxel (2013), Cruz (2012), Paulino (2004), Freire (1996), Araújo (2006) e Colomer (2007). As atividades envolveram a contextualização histórica e social da obra, a leitura compartilhada, a mediação docente com a participação ativa dos estudantes na construção das interpretações e na problematização dos temas suscitados pela obra, a exibição do filme “Ainda Estou Aqui” (2025), dirigido por Walter Salles, e, posteriormente, a produção textual sobre as aprendizagens construídas ao longo da experiência. Conclui-se que, apesar das dificuldades inerentes ao contexto social e às condições estruturais do ambiente escolar, a articulação entre leitura literária e diferentes campos do conhecimento possibilitou, por parte dos alunos e professores, ampliar as discussões sobre a obra e favorecer a construção de conhecimentos literários, históricos e sociológicos. A experiência evidencia, assim, a relevância de práticas interdisciplinares de leitura que ressignifiquem o espaço escolar e contribuam para o desenvolvimento da consciência crítica e da capacidade dos estudantes de interpretar o mundo por meio da palavra.

22/10 (Quinta-feira)

Diários de bordo e aprendizagem histórica: escrita, imaginação e experiência
Lisiane Sias Manke; Sabrina Klug Thurow (

A aprendizagem histórica envolve experiência, interpretação e orientação para a vida prática. Se, por um lado, esse processo exige a problematização de temas históricos e a construção de argumentos para o desenvolvimento da racionalidade histórica, por outro, requer uma narrativa sensível, capaz de mobilizar a compreensão sobre o agir e o sofrer de si e do outro. Como afirma Jörn Rüsen (2015, p. 231), a dimensão estética do pensamento histórico abre possibilidades de humanização ausentes nas demais dimensões. Nesse sentido, a escrita de narrativas pode constituir-se como recurso para a aprendizagem histórica, ao mobilizar a imaginação histórica, a empatia e a elaboração autoral de experiências humanas. Assim, objetiva-se analisar a aprendizagem histórica a partir da escrita de narrativas por estudantes da educação básica, tendo como questão: a escrita de narrativas que mobilizam conhecimentos históricos e permitem a liberdade de criação pode potencializar a aprendizagem histórica? Para Cuesta (2015), a produção de narrativas de ficção histórica possibilita aos estudantes uma conexão com o passado por meio da imaginação histórica, entendida como a habilidade de recriar aspectos de contextos históricos passados. Essa imaginação também favorece a empatia histórica, ao aproximar os estudantes das concepções sociais e formas de vida de determinada época. Metodologicamente, a pesquisa baseia-se na análise qualitativa de 18 narrativas produzidas por estudantes do sétimo ano do Ensino Fundamental de uma escola da rede particular de Pelotas. As produções resultaram de uma atividade de escrita de diários de bordo, na qual os/as estudantes deveriam imaginar-se vivenciando o período das Grandes Navegações. Os diários deveriam apresentar o/a navegador/a, seus medos, o objetivo da expedição, a rota da viagem, os instrumentos náuticos utilizados e aspectos do cotidiano a bordo, como alimentação, condições naturais, higiene e relações entre os viajantes. As produções foram sistematizadas a partir de categorias analíticas voltadas ao conteúdo e à materialidade dos trabalhos. Dos 18 diários, 14 foram manuscritos e 4 digitados e impressos, com extensão entre uma e 24 páginas. Observa-se diversidade nos suportes e na materialidade, incluindo capas de couro, papelão com aparência envelhecida, pergaminho em formato de rolo e cadernos adaptados ao contexto histórico proposto. A materialidade evidencia estratégias mobilizadas pelos estudantes e diferentes níveis de envolvimento com a construção estética, relacionados à elaboração dos enredos, que articulam conhecimentos históricos e criação de contextos ficcionais.

Entre narrativas e sensibilidades: poesia e literatura no ensino de História
Paula Vanessa Paz Ribeiro (UFSM)

Herdamos dos nossos antepassados o gosto por ouvir histórias e a predisposição para narrar e aquilo que imaginamos sobre tempos imemoriais. Desde a infância, somos socializados por meio da narrativa e desenvolvemos diferentes formas de nos relacionar com aquilo que ouvimos, lemos e imaginamos. A narrativa possibilita ampliar a experiência para além do vivido, estabelecendo relações com os acontecimentos e temporalidades que não experimentamos diretamente. Nesse processo, a imaginação atua na produção de novos sentidos e significados sobre o passado. O presente trabalho objetiva apresentar as potencialidades da poesia e da literatura no ensino de História, compreendendo-as como práticas de leitura e produção narrativa capazes de mobilizar a imaginação, a sensibilidade e a construção de sentidos sobre experiências históricas. A partir dos pressupostos Didática de História de Jörn Rüsen (2010), são apresentados resultados de práticas didáticas que dialogam com a poesia e a literatura para abordar temas sensíveis, como a escravidão, favorecendo a aproximação com diferentes sujeitos, temporalidades e experiências históricas. Imaginar e narrar o passado possibilita articular experiências, interpretações e orientação temporal, contribuindo para a aprendizagem histórica. Nesse sentido, o diálogo do ensino de História com a poesia e a literatura constitui uma possibilidade de mobilizar imaginação, sensibilidade e empatia na abordagem de temas sensíveis, aproximando passado e presente e favorecendo a compreensão da historicidade da vida social.

Palavras-chave: Aprendizagem Histórica; Narrativa; Temas sensíveis; Práticas de Leitura.

A escrita de si na Pós-Graduação em Educação: entre a narrativa autobiográfica e a consciência histórica

Miriã Lúcia Luiz e Ana Karen Costa Batista (Universidade Federal do Espírito Santo)

A escrita de si é um convite a retornarmos às experiências que nos constituem. Na formação docente, esse movimento articula encontros, contradições sociais e processos de criação que atravessam as trajetórias dos sujeitos. Nesse horizonte, este estudo toma como objeto a dimensão formativa da escrita de si e suas relações com a formação da consciência histórica a partir de uma experiência desenvolvida na disciplina Abordagens Filosóficas da Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, no segundo semestre de 2025. As discussões da disciplina foram relacionadas à produção de memoriais autobiográficos, elaborados pelos estudantes como exercício de retomada e reflexão sobre suas histórias e trajetórias formativas. Ao longo da disciplina, as discussões desenvolvidas no curso foram articuladas à produção de memoriais autobiográficos, elaborados pelos estudantes como exercício de retomada e reflexão sobre suas histórias e trajetórias formativas. Desse percurso, foram organizados dois volumes da obra A Escrita de si na formação docente, reunindo as narrativas produzidas. A abordagem metodológica baseia-se nos pressupostos da pesquisa histórica, a partir das fontes produzidas por meio da narrativa autobiográfica e memorialística. Desse modo, as escritas de si, materializadas nos memoriais de formação, são transformadas em fontes históricas (Bloch, 2001; Ginzburg, 2007), ao serem interrogadas sob a perspectiva da Didática da História, problematizando as relações entre escrita de si, experiência e consciência histórica. Para tanto, mobilizamos o pensamento de Rüsen (2012, 2020), que entende que a consciência histórica se constitui na relação entre passado, presente e futuro, possibilitando aos sujeitos interpretar suas experiências no tempo, constituir sentidos sobre si e orientar sua vida prática. O percurso teórico-conceitual que orientou as escritas dos memoriais reuniu autores/as mobilizados/as nas leituras da disciplina, entre eles Paulo Freire (2020), bell hooks (2013), Bondía Larrosa (2002), Benjamin (1996), Halbwachs (1990), Josso (2007), Souza (2008), Foucault (2013), Nietzsche (2017) e Patto (2015). As narrativas foram organizadas em cinco eixos: histórias de origem e território; dores do corpo e desvios de rota; lutas políticas; lutas escolares; e arte e subjetividade. As primeiras reflexões apontam que os memoriais ultrapassaram o registro de trajetórias individuais ao possibilitar revisitar experiências passadas a partir das questões e sentidos atribuídos no presente. Esse movimento aproximou memória, experiência e conhecimento, relacionando passado, presente e perspectivas de futuro. Nessa direção, a escrita de si mobilizou processos relacionados à formação da consciência histórica ao possibilitar aos estudantes interpretar suas experiências no tempo, situar suas trajetórias em contextos históricos e sociais e refletir sobre seus modos de estar e agir no mundo. Palavras-chave: Escrita de si. Consciência histórica. Formação docente. Pós-Graduação em Educação.

Meu diário, minha história: a escrita do cotidiano e o reconhecimento de si como sujeito histórico

Krisley Hepp Decker (Universidade Federal de Pelotas)

O projeto em andamento “Meu Diário, Minha História” é realizado com estudantes do 6º ano

do Instituto de Menores Dom Antônio Zattera, em Pelotas/RS. A proposta consiste na construção de um diário pessoal para registrar experiências e momentos significativos do cotidiano durante um trimestre. O objetivo é levá-los a compreender que cada pessoa é um sujeito histórico e participa da construção da História de seu tempo, desenvolvendo a escrita e a reflexão sobre a própria trajetória. O projeto fundamenta-se na teoria da consciência histórica de Jörn Rüsen (2011), compreendida como a competência humana de orientar a vida no tempo pela articulação entre passado, presente e futuro. Dialoga também com Schmidt (2009), acerca da escrita e do letramento histórico, e com Guedes e Souza (2004), sobre leitura e escrita como formas de reflexão e expressão do conhecimento. Compreende-se que a História não é constituída apenas por grandes acontecimentos ou personagens reconhecidos, mas também pelas experiências e ações de pessoas comuns. A criação do diário surgiu da vivência em sala de aula e da necessidade de enfrentar as dificuldades de produção textual dos estudantes. Assim, o diário constitui um espaço de registro das memórias pessoais e uma ferramenta pedagógica para o ensino da escrita. A atividade rompe com a ideia de que escrever nas aulas de História se resume a copiar conteúdos do quadro ou memorizar datas, permitindo aos estudantes organizar suas ideias e expressar sua visão de mundo. Durante um trimestre, os estudantes produzem livre e diariamente registros pessoais. No início de cada aula, realiza-se a leitura de um texto do gênero diário, a exemplo da leitura do diário de Anne Frank, para que reconheçam a estrutura do gênero. Observa-se que os estudantes dedicam parte do tempo, em casa e na escola, à escrita dos diários e que alguns apresentaram melhora na caligrafia. Os resultados iniciais indicam que o diário favorece a prática da escrita e pode contribuir para que os estudantes se reconheçam como sujeitos históricos, aproximando o ensino de História de suas experiências.

A escrita do relatório de estágio supervisionado em história como história pública: práxis e prática no ensino de história
Edson Silva de Lima (Universidade Estadual de Goiás)

Este trabalho propõe compreender a escrita do relatório de estágio supervisionado em História como uma prática situada no campo da História Pública, articulando reflexão teórica e experiência docente. Parte-se do pressuposto de que o relatório não deve ser apenas um documento burocrático, mas um espaço de produção de conhecimento, no qual o licenciando interpreta criticamente sua atuação, o ambiente escolar e os sujeitos envolvidos no processo educativo. Ao aproximar práxis e prática, o texto enfatiza a dimensão reflexiva do estágio, entendendo-o como momento privilegiado de construção da identidade docente e de diálogo entre universidade e escola. Nesse sentido, a escrita do relatório se configura como exercício de autoria, capaz de tornar visíveis as experiências, desafios e aprendizagens vivenciadas no cotidiano escolar. Além disso, ao ser concebido como História Pública, o relatório amplia seu alcance, permitindo que as narrativas produzidas dialoguem com diferentes públicos e contribuam para a valorização do ensino de História. Assim, defende-se que a elaboração do relatório deve ser orientada por uma perspectiva crítica, sensível às demandas sociais e comprometida com a formação de professores reflexivos, capazes de produzir sentidos sobre sua prática e intervir de maneira consciente no campo educacional. Palavras-chave: História Pública; Estágio Supervisionado; Ensino de História

Cultura popular paranaense no Ensino de História: representações, currículo e ruralidade nos materiais de Economia e Cultura
Eduardo Alves Gonçalves dos Santos (Universidade Estadual de Maringá)

Este trabalho analisa como a cultura popular paranaense é selecionada e representada nos

materiais pedagógicos do componente Economia e Cultura, destinado à 1ª série do Ensino Médio da rede estadual do Paraná. O corpus é constituído pelos slides das aulas e pelo caderno de questões, considerados em diálogo com as orientações curriculares que contextualizam sua produção e seu uso. A pesquisa parte do entendimento de que os materiais escolares não apenas apresentam conteúdos, mas também participam da construção de sentidos sobre o Paraná, seus territórios e os sujeitos reconhecidos como portadores da cultura popular. A questão central consiste em compreender de que maneira esses documentos selecionam e representam manifestações culturais e em que medida sua organização curricular e didática favorece a articulação com as experiências das comunidades rurais de Tomazina, especialmente do distrito de Sapé. A investigação é documental e examina conceitos, textos, imagens, manifestações, sujeitos e territórios representados, bem como as operações de aprendizagem propostas nas atividades. A análise articula as contribuições de Raymond Williams, Marilena Chauí e Stuart Hall para discutir cultura, tradição seletiva, conflitos e representação; de Dermeval Saviani, Circe Bittencourt, Maria Auxiliadora Schmidt, Marlene Cainelli e Selva Guimarães Fonseca para abordar conhecimento escolar, currículo e Ensino de História; e de Maria Cecília Londres Fonseca, do IPHAN e de Maria de Nazareth Baudel Wanderley para refletir sobre patrimônio imaterial e ruralidade. Parte-se da hipótese de que, embora os materiais valorizem manifestações populares relevantes, como o fandango, a preferência por referências já reconhecidas em escala estadual ou institucional pode produzir uma imagem generalizada da cultura paranaense e oferecer espaço limitado às experiências culturais das comunidades rurais. Não se presume, contudo, um apagamento deliberado, nem se propõe substituir referências estaduais por conteúdos locais. Busca-se verificar se os materiais oferecem caminhos para relacionar o conhecimento sistematizado às experiências territoriais dos estudantes. O estudo pretende contribuir para um Ensino de História atento às formas de seleção cultural, às diferenças regionais e às possibilidades de articulação entre as escalas estadual e local.

Entre o arquivo e a narrativa: leitura de fontes, escrita da história e consciência histórica de estudantes que investigam a memória da própria escola
Filipe Augusto de Oliveira Costa (UNEB)

O trabalho apresenta uma pesquisa de mestrado em andamento no ProfHistória que investiga um clube de história, grupo extracurricular voluntário e multisseriado do ensino médio, no qual estudantes pesquisam a memória da própria escola a partir de seu acervo: periódicos produzidos pela instituição desde meados do século passado, documentos escritos, imagens e depoimentos orais de ex-alunos. A investigação concentra-se nas práticas de leitura e escrita que sustentam esse trabalho. Ler uma fonte histórica exige interrogar sua autoria, suas condições de produção, sua circulação e seus silêncios, operação que se distingue da leitura informativa predominante na escola. Escrever história, por sua vez, supõe construir argumentos que tornem explícita a relação entre afirmações e evidências. O problema central consiste em compreender como os estudantes passam da localização de informações nos documentos à elaboração de narrativas históricas fundamentadas. O referencial articula a concepção de Jörn Rüsen da narrativa como expressão da consciência histórica, cuja tipologia é mobilizada como instrumento interpretativo e não como escala classificatória, os estudos de Peter Lee e Isabel Barca sobre literacia histórica e conceitos de segunda ordem, as contribuições de Circe Bittencourt acerca do documento no ensino e a noção vigotskiana de mediação, observada nas interações entre estudantes de diferentes anos escolares. A metodologia é a pesquisa-ação, desenvolvida em três fases ao longo do ano letivo: leitura e catalogação crítica do acervo; realização, transcrição e análise de entrevistas de história oral pelos próprios estudantes; e escrita de narrativas sobre o passado da instituição. Fichas de leitura, diários de bordo e versões sucessivas dos textos compõem o corpus, o que permite tomar a reescrita como processo de aprendizagem e conservar como dado as interpretações abandonadas e as

dúvidas não resolvidas. Espera-se identificar deslocamentos no modo como os estudantes leem os documentos, confrontam versões do passado e justificam suas conclusões. Em diálogo com o tema do simpósio, a transcrição e a digitalização do acervo são discutidas como práticas de leitura atenta e de autoria, cujo valor formativo depende das perguntas históricas que as orientam. O produto educacional previsto é um guia metodológico destinado a professores, com roteiros de leitura de fontes e de escrita histórica adaptáveis a diferentes contextos da educação básica.

ST 7 – Didática da História e Teoria da História

21/10 (Quarta-feira)

É possível formar pela Informação Histórica?
João Carlos Alves Pereira (PPGH-UFG)

É possível formar pela Informação Histórica? Livros e materiais de didáticos estão em circulação na Cultura Histórica de seu tempo, bem como são produtos da Ciência Histórica e também Instrumentos Formadores de História. Nesse fio, a Formação (Bildung) na perspectiva germânica do termo apresenta uma polissemia de significados, nossa ênfase é que a formação histórica desenvolve a consciência histórica especializada. Na feitura, a semântica histórica é crucial para qualificar quais caminhos para desenvolver a formação da consciência histórica dos estudantes em uma aula de história, um espaço de produção de ciência. A problematização consiste em adentrar no debate sobre a formação pela informação, em outras palavras, como a formação é impactada nesse processo de massivas informações. Questionamentos esses que atravessaram nossa pesquisa de mestrado intitulada, Entre Tempo, Sentido e Formação Histórica: Livros e Materiais Didáticos como Instrumentos Formadores. Reconhecemos que é um problema em aberto e buscaremos ensaiar algumas respostas e caminhos possíveis, com base nas discussões sobre plataformização de materiais didáticos e seus impactos pela cultura digital. Nossa reflexão tem como objetivo avançar no debate sobre Ensino de História e Cultura Histórica em tempos de inteligências artificiais. Por fim, perspectivamos endossar o argumento que a formação histórica passa por um processo de autoformação histórica por influências e quantidade massiva de informações sem trato histórico científico. Palavras-chave: formação; informação; ciência histórica; cultura histórica; materiais didáticos de história

Alguns subsídios para se ensinar a história da comunicação social em Moçambique (1975-2026): teoria, didática e consciência histórica na cultura analógica e digital
Edgar Mundulai Armindo Barroso (PPGCOM-UFG)

Como pode ser ensinada a história da comunicação social em Moçambique, no período compreendido entre a independência nacional em 1975 e a cultura digital actual? O presente estudo lança alguns subsídios para encontrar a resposta, analisando três marcos fundamentais da comunicação social no país, a saber: a nacionalização e o controlo partidário a partir de 1975; a abertura jurídica com a Constituição de 1990 e a Lei de Imprensa de 1991; e a dispersão da informação em plataformas digitais a partir dos anos 2010. A pesquisa é qualitativa, de base bibliográfica e documental, e cruza legislação, estudos sobre a imprensa e a sua regulação, análise histórica e indicadores recentes de acesso à internet. No plano teórico, o texto percorre a tradição historicista, a renovação do século XX, a teoria crítica, a matriz disciplinar e a teoria da consciência histórica de Jörn Rüsen e as críticas decoloniais. Sustenta-se que os meios de comunicação social são, ao mesmo tempo, objecto de investigação, fonte histórica e agentes de transformação social. Conclui-se que o ensino da sua história precisa de trabalhar com os quatro tipos de narrativa histórica (tradicional, exemplar, crítica e genética) e de adaptar a crítica de fontes ao ambiente digital.

Consciência histórica e formação docente: uma análise dos currículos dos cursos de Formação de Docentes em Foz do Iguaçu (PR)
Cleide Cibelle Maurer de Azevedo (UNILA)

A formação de professores constitui um campo relevante para a investigação das relações entre Teoria da História e Didática da História, especialmente quando se considera que os futuros docentes participarão da construção das primeiras experiências escolares das crianças com o tempo, a memória e o conhecimento histórico. Este trabalho apresenta uma pesquisa em desenvolvimento que investiga como os currículos dos cursos de Formação de Docentes ofertados por instituições públicas de Foz do Iguaçu (PR) concebem e organizam a formação histórica dos futuros professores e sua articulação com a formação para o ensino de História. A investigação parte da seguinte questão: como os currículos desses cursos, no período de 2017 a 2026, concebem a formação histórica dos futuros professores e quais relações estabelecem entre conhecimento histórico, consciência histórica e preparação para o ensino de História? O estudo tem como eixo teórico a concepção de consciência histórica de Jörn Rüsen, compreendida como forma de interpretação da experiência temporal e de orientação da vida prática, articulada às discussões sobre Didática da História e formação histórica. A pesquisa também dialoga com as contribuições de Isabel Barca e Maria Auxiliadora Schmidt para a compreensão da aprendizagem histórica, bem como com autores que discutem formação e saberes docentes. De abordagem qualitativa e caráter documental e exploratório, a investigação terá como corpus matrizes curriculares, projetos políticos-pedagógicos, planos de curso e de ensino, ementas, documentos orientadores, regulamentos de estágio e documentos normativos relacionados à formação de docentes. A análise será organizada a partir de quatro dimensões: temporalidade e experiência histórica; produção e interpretação do conhecimento histórico; relações entre História e experiência social; e formação para o ensino de História. Busca-se compreender não apenas a presença de componentes curriculares relacionados à História, mas as concepções de conhecimento histórico e de formação que orientam sua organização e suas finalidades. A pesquisa não pretende afirmar que os currículos assegurem o desenvolvimento da consciência histórica dos estudantes, mas analisar quais possibilidades de formação histórica são projetadas pelos documentos curriculares. Ao investigar a formação inicial de professores, o estudo pretende contribuir para o debate sobre as relações entre Teoria da História e Didática da História, problematizando o lugar atribuído ao conhecimento histórico na constituição profissional dos sujeitos que atuarão nos primeiros anos da escolarização.

Teoria e didática da história em Moçambique na atualidade: convergências e desafios epistemológicos
Gerson Zacarias Massingue (PPGH-UFPEL)

O trabalho problematiza o esvaziamento epistemológico produzido pela separação entre Teoria da História e Didática da História nos cursos de formação de professores de história em Moçambique. Parte-se da compreensão de que essa dissociação não constitui apenas uma divisão curricular, mas pode produzir um duplo esvaziamento: a Teoria da História distancia-se das questões concretas do ensino, enquanto a Didática da História é reduzida, em grande medida, a um campo instrumental de metodologias para transmissão de conteúdos. Essa configuração dificulta compreender o ensino de História como prática de interpretação, problematização e produção de sentido sobre o passado. A análise de currículos de formação docente das universidades Moçambicanas, evidencia a permanência de uma formação predominantemente conteudista e a fragilização da articulação entre conhecimento histórico, reflexão epistemológica e prática docente. Nesse cenário, a Didática da História ainda tende a ser concebida como um conjunto de procedimentos destinados a ensinar conteúdos previamente produzidos pela investigação histórica, mantendo uma relação hierárquica entre pesquisa histórica e ensino. Em diálogo com Jörn Rüsen, compreende-se a Didática da História como campo que investiga as formas e funções do pensamento histórico na vida prática e, portanto, não reduzível à metodologia de ensino. Argumenta-se que a ruptura entre teoria e didática limita a capacidade de problematizar a

historicidade do próprio conhecimento histórico, seus processos de seleção, interpretação e legitimação, favorecendo a reprodução de narrativas pré-estabelecidas. Assim, a questão não é apenas a ausência ou presença curricular dessas disciplinas, mas o modo como são epistemologicamente concebidas e articuladas na formação docente. Defende-se, portanto, a reaproximação entre Teoria da História e Didática da História como condição para superar uma concepção transmissiva do ensino em Moçambique e compreender a formação histórica como processo de produção de consciência histórica e de reflexão crítica sobre as relações entre passado e presente. Palavras-chave: Teoria da História; Didática da História; Formação docente; Ensino de História; Moçambique.

22/10 (Quinta-feira)

A procura do tempo: apropriações e ortodoxias do conceito de tempo histórico nos livros didáticos.
Rafael Schier Granado (UFPR)

Este estudo aborda o livro didático a partir da perspectiva da nova história cultural e propõe uma reflexão sobre as formas como o tempo histórico e suas particularidades são apresentadas no capítulo inicial, destinado a alunos do ensino médio. busca-se estabelecer um comparativo entre o livro didático que chega às mãos do aluno e o chamado “manual do professor”, refletindo sobre as maneiras pelas quais o livro, em seu capítulo introdutório, procura apresentar conceitos da teoria da história como elementos fundamentais do fazer histórico no ensino básico. A pesquisa adota uma abordagem analítico-descritiva, com o apoio da ferramenta de análise de conteúdo, utilizando como corpus documental a obra história – passado e presente, volume 1, de Gislaine Azevedo e Reinaldo Seriacopi (2016). a análise revela que, embora aprofunde algumas reflexões sobre o tempo histórico, a cronologia, as durações e a crítica à periodização eurocêntrica, os autores buscam constantemente reforçar sua proposta pedagógica como forma de garantir coesão ao conteúdo exposto no livro do aluno.

Entre Monumentos e Silenciamentos: Abordagem Decolonial e o Ensino de História Local em Natal/RN
André Mendes e Ronnan Cunha (UFRN)

Ao caminharmos pelas ruas do centro histórico da cidade de Natal, no Rio Grande do Norte, deparamo-nos com construções arquitetônicas que remontam a um passado colonial da cidade. Trata-se de monumentos tombados que contam aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais a partir de uma visão eurocêntrica, de forma a invisibilizar a história da população negra local, conforme se lê no conceito de colonialidade do poder, defendido por Aníbal Quijano (2005). Compreendemos que essa ausência impede a construção de uma identidade espacial capaz de fomentar o reconhecimento e a valorização da cultura negra na cidade, e torná-la em instrumento de combate aos preconceitos raciais presentes no racismo estrutural contemporâneo. Ao acreditarmos na educação antirracista como uma força aliada para a superação dos racismos, este trabalho tem como objetivo propor uma aula de história a partir da abordagem da História Local, numa perspectiva decolonial, que evidencie a história e a cultura da população negra natalense e, por conseguinte, brasileira, pois, segundo o historiador Jacques Revel (1998), a partir do conceito dos “jogos de escala”, os fenômenos históricos locais também são nacionais. Para isso, elaboramos uma sequência didática usando como metodologia de trabalho o Estudo do Meio, dividido segundo propõe Antônia Terra de Calazans Fernandes (2001), em três etapas: 1) a preparação, focada em conteúdos factuais e conceituais; 2) o trabalho de campo, a partir do ensino de conteúdos procedimentais; e 3) a organização, apresentação das informações coletadas e debate, momentos em que a aprendizagem se volta majoritariamente para os conteúdos procedimentais e atitudinais (Zabala, 2010). Nesse intuito, usaremos como fonte principal e como “porta de acesso à história local” (Reznik, 2010) a Igreja

de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Natal, analisando não apenas seus aspectos arquitetônicos atuais, mas também sua importância histórica para a população negra, sua localização geográfica e as construções do seu entorno, sua relação com a sociedade local, como também seus usos e funções no tempo. Para além da fonte arquitetônica, faremos uso de fontes escritas – jornais e documentos oficiais –, visuais e orais.

Os Desafios do Ensino de História em Angola: Prática Docente, Fontes e Formação do Pensamento Histórico e Literário
Euclides Victorino Silva Afonso (UFBA)

O artigo presente analisa os desafios do ensino de História em Angola, com ênfase prática docente, no uso de fontes históricas no contexto escolar e na formação do pensamento histórico e literário angolano. A reflexão articula-se a partir da análise da imprensa periódica oitocentista — destacando-se o jornal A Civilização da África Portuguesa. Assim, o artigo, procura demonstrar uma certa fragilidade no sistema de ensino de História na compreensão do passado, influenciadas por limitações curriculares com indicadores dos livros didáticos tradicionais, formação docente e condicionantes epistêmicos do sistema. Sendo assim, busca-se considerar atuação de forma crítica no uso de fontes como recurso didático, favorecendo uma interpretação diferente do pensamento histórico, bem como a formação da consciência histórica.

Consciência Histórica e Historicidade: Tecituras entre Vida Prática, Tempo e Narrativa.
Paulo Vitor Barbosa dos Santos (UFA)

Este trabalho propõe um diálogo entre perspectivas teórico-epistemológicas para compreender a consciência humana e a historiografia como um campo vivo de disputas e possibilidades. Na primeira parte nos concentramos em entender as conceituações a respeito do que é “consciência histórica”, promovendo uma breve contextualização. Optamos por categorizar o conceito não apenas dentro de seu contexto acadêmico — fruto do intenso debate processado na Alemanha Ocidental no final dos anos 1970, mas, primordialmente, a partir das próprias transformações experimentadas com o advento da modernidade europeia em fins do século XVIII. Dessa forma, o conceito de consciência histórica é analisado à luz das filosofias da história e do cenário de reestruturação epistemológica das ciências humanas em fins do século XIX e início do século XX. A discussão teórica é pautada pela interlocução entre a pragmática da orientação de Rüsen (2001), a fundação ética da vida cotidiana de Heller (1982) e a semântica dos tempos históricos de Koselleck (2006). Em um segundo momento, abordamos as concepções de história e de saber em Michel Foucault, com ênfase em sua ruptura epistêmica com as perspectivas humanistas e universalistas da modernidade. Na Parte final, amparada no referencial téorico da hermenêutica da suspeita de Ricoeur (1988) e na tipologia narrativa de Rüsen, defendemos que a competência narrativa é um elemento preponderante que articula a vida prática ao sentido (os) da história. Palavras-chave: Consciência Histórica. Temporalidade. Narrativa. Epistemologia.

Didática Pan-Africana.Experiências de uma Proposta Educacional
Fábio Gomes (UFRRJ / FAC-Cabo Verde)

O primeiro objetivo desta comunicação é apresentar as ideias centrais que constituem a Didática Pan-Africana, uma proposta de ensino fundamentada nos clássicos da Escola Africana de História. Entre as décadas de 1950-1980, a capital do Senegal (Dakar) foi uma referência geopolítica para o movimento de renascimento da historiografia africana, marcado pelo trabalho

multidimensional e pioneiro do cientista Cheikh Anta Diop. Na obra de Cheikh Anta Diop estão as bases para uma teoria da história, a razão filosófica da historiografia e o projeto político que formam as ideias centrais da Didática Pan-Africana. Apresentar a dimensão prática da Didática Pan-Africana em programas de ensino é o segundo objetivo desta comunicação. O contexto desses dois objetivos, que abrangem a teoria e a prática da Didática Pan-Africana, perpassa os desafios enfrentados pela Lei 10.639/03, que tornou a história da África/Afro-brasileira obrigatória nas instituições de ensino do país. Fazem parte desse contexto, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino de História da África de 2004 e a publicação completa da História Geral da África em 2011. O trabalho de Cheikh Anta Diop foi recomendado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e recebeu distinção de valor na História Geral da África. A presente comunicação está dividida em dois momentos de abordagem sobre a Didática Pan-Africana: um teórico, com destaque aos conceitos, e o outro prático, com exemplos extraídos de programas de ensino. A Metodologia Geral para pesquisa em história da África (ZERBO, 2011), a filosofia pedagógica (HILLIARD, 1999) e a prática psicofísica (KHANE, 2012) estão no eixo de sustentação teórica desta comunicação.

23/10 (Sexta-feira)

O paradigma da Didática da História brasileira: Uma análise das forças que produzem a disciplina no Brasil através do trabalho com as noções de tempo reivindicadas em teses e dissertações (2014 - 2024)
Silvester de Carvalho Pereira (PPGH-UEL)

As considerações aqui apresentadas são o resultado de uma pesquisa de dissertação de mestrado. Com ela, tivemos como objetivo central investigar, tendo como fontes teses e dissertações produzidas no campo da Didática da História entre os anos de 2014 e 2024, como tem sido produzida e como tem se sustentado a Didática da História como disciplina legítima junto à ciência de referência nesse período de dez anos no Brasil. Como artifício analítico, tomamos como foco sua posição epistemológica primeira, de seu contexto de emergência germânico — como Neu Geschichtsdidaktik —, situada entre uma matriz moderna de orientação e os referenciais críticos que a ela se dirigem e que são por ela instrumentalizados frente às demandas contemporâneas.Tal intenção maior foi o que nos conduziu criteriosamente à seleção das fontes e também aos questionamentos que a elas direcionamos. Em relação ao recorte temporal, partimos do pressuposto de que, em 2014, já se encontrava consolidada uma primeira geração de pesquisadores da disciplina no Brasil, que ganha um corpo coeso principalmente a partir do início dos anos 2000, o que nos levou a indagar de que modo uma suposta nova geração, herdeira desta primeira, passou a se orientar, quais deslocamentos buscou promover, em quais frentes buscou atuar e que formas de legitimação mobilizou na produção de seus trabalhos. Nesse sentido, a tensão epistemológica acima descrita, constitutiva da disciplina no Brasil, isto é, sua produção entre uma fundamentação normativa moderna e as críticas a essas mesmas condições de produção do saber histórico, coloca-se como eixo estruturante da análise. A maneira escolhida para lidar com essa tensão nas fontes consiste na investigação dos modos como estas mobilizam a categoria tempo, entendida aqui como um dos fundamentos da Didática da História de matriz germânica. Ao examinar como as pesquisas recentes configuram temporalidades, produzem orientações e situam epistemologicamente as questões temporais, buscamos compreender não apenas transformações internas do campo, mas os regimes que vêm sustentando sua continuidade, ampliação e disputa em meio ao que muitos autores descrevem como uma “virada paradigmática”

A Tridimensionalidade do Método de Ensino da História: uma reconstrução teórica possível
José Sebastião Vilhena (SEMEC-BELÉM)

A Tridimensionalidade do Método de Ensino da História: uma reconstrução teórica possível
Resumo: Este trabalho apresenta o percurso de reconstrução teórica que resultou na proposição da Tridimensionalidade do Método de Ensino da História, desenvolvida em uma tese de doutorado em Educação. Fundamentada na Teoria da História (Rüsen, 2001, 2007a, 2007b, 2015) e na Didática Reconstrutivista da História (Schmidt, 2020), a investigação surgiu da problematização de abordagens que privilegiam a dimensão técnica do método de ensino, deixando em segundo plano seus fundamentos epistemológicos. Diante desse problema, buscou-se reconstruir o percurso de constituição do método de ensino da História, desde suas origens na Didática Geral, anteriores à cientificização da História, até a formação do método historiográfico no historicismo alemão do século XIX. Nesse percurso, a sistematização proposta por Ernst Bernheim (2015), ao distinguir metodologia, método e metódica, ofereceu fundamentos para um exercício de reconstrução das relações entre o método historiográfico e o método de ensino da História. A partir desse exercício, propõe-se a tridimensionalidade como uma perspectiva teórico-analítica constituída pela concepção de método, sua natureza epistemológica e seus elementos estruturantes. Argumenta-se que essa proposição permite investigar o Método de Ensino da História para além de sua dimensão instrumental, reconhecendo suas especificidades e as relações que estabelece com a racionalidade historiográfica. Palavras-chave: Método de Ensino da História; Tridimensionalidade; Teoria da História; Didática da História; Historicismo alemão.

A interdisciplinaridade entre História e Sociologia na compreensão dos fenómenos contemporâneos da crise democrática – um estudo de caso com estudantes do Ensino Secundário
Daniel Filipe Soares Silva (Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

Desde os finais do século XIX, com a emancipação da Sociologia no seio das ciências sociais e humanas, que surgiu um debate em torno dos objetos, metodologias e âmbitos que distinguem e aproximam a História e a Sociologia. Se a primeira oferece a espessura temporal e a análise dos processos de longa duração, a segunda fornece os quadros conceptuais e empíricos necessários para interrogar as estruturas do presente. A historiografia, através de nomes como Fernand Braudel e Peter Burke, tem trabalhado este assunto, que se mantém profundamente relevante. Na contemporaneidade, a complexidade de fenómenos como o teórico desencanto para com a política, o crescimento do populismo e a erosão das instituições democráticas exige a superação de fronteiras disciplinares rígidas. Este trabalho propõe demonstrar a premência de uma abordagem interdisciplinar entre a História e a Sociologia na análise dos fenómenos contemporâneos da crise democrática, fortalecidos desde a crise financeira de 2008. Articulando a memória histórica dos regimes autoritários e das conquistas democráticas com a análise sociológica das perceções, atitudes e práticas cívicas atuais, procura-se compreender de que modo as jovens gerações significam e vivenciam a democracia. Metodologicamente, assenta num estudo de caso desenvolvido com estudantes do Ensino Secundário. Recorrendo a uma abordagem mista – através da aplicação de inquéritos por questionário e da realização de focus groups –, analisa-se o modo como a literacia histórica e a consciência sociopolítica interagem na construção do pensamento crítico destes alunos de 12.º Ano, a concluir a escolaridade obrigatória, perante as ameaças à democracia no século XXI. Os resultados preliminares apontam para que a integração da perspetiva histórica potencia a desnaturalização dos problemas sociológicos do presente, permitindo aos estudantes reconhecer a democracia como um processo histórico dinâmico e inacabado, em vez de uma aquisição estática. Mais ainda, dota os alunos da capacidade de um pensamento crítico e ativo numa sociedade cada vez mais globalizada e permeável a problemas como a influência da Inteligência Artificial e dos deep fakes.

Multiperspectividade e aprendizagem histórica: desafios e possibilidades no trabalho docente
Lorena Marques Dagostin (SEED/PR)

A multiperspectividade é um elemento constituinte do conhecimento histórico e uma possibilidade para a aprendizagem histórica, ao permitir a ampliação dos pontos de vista sobre o passado. Estudos realizados por Wansink et al. (2018) e Kropman, Van Boxtel e Van Drie (2021; 2023) demonstram que sua presença nas aulas de História está relacionada tanto às escolhas realizadas pelos professores quanto aos materiais utilizados, podendo ampliar as perspectivas apresentadas pelos estudantes. Neste sentido, esta investigação buscou compreender de que maneira professores de História lidam com a multiperspectividade em seu cotidiano de trabalho. Foram realizadas entrevistas individuais com quatro professores de História da rede estadual do Paraná, posteriormente transcritas e analisadas, com o objetivo de conhecer as maneiras pelas quais os professores têm lidado com a multiperspectividade histórica em seu trabalho e compreender os desafios enfrentados sobre esse tema. Sobre as três formas de perspectividade histórica consideradas na investigação, a multiperspectividade, as controvérsias e a pluralidade, as entrevistas apontam que os professores costumam fomentar práticas sobre os pontos de vista dos sujeitos históricos, isto é, a multiperspectividade. Especialmente sobre como os sujeitos compreendiam e vivenciavam determinados contextos, ainda que essa abordagem apareça principalmente por meio da ação do professor e não de atividades planejadas para que os estudantes analisem diferentes perspectivas. As controvérsias historiográficas, por sua vez, são menos exploradas e aparecem de maneira orgânica durante as aulas, pautadas principalmente na memória e no conhecimento dos professores, não se constituindo, em geral, como objeto intencional de aprendizagem. Já a pluralidade, compreendida na relação entre os pontos de vista dos estudantes e o passado, aparece com maior frequência, especialmente nas relações estabelecidas entre passado e presente, realizadas pelos docentes ao relacionar o contexto histórico aos dias atuais. Os docentes reconhecem maior facilidade para apresentar diferentes perspectivas nos conteúdos com os quais possuem maior identificação e conhecimento, enquanto temas menos familiares ou que envolvem questões consideradas polêmicas apresentam maiores dificuldades. Entre os obstáculos relatados estão a compreensão das controvérsias históricas, as questões morais relacionadas a determinados temas e a percepção de que os estudantes não teriam maturidade suficiente para alguns debates. É possível observar, portanto, que a multiperspectividade está presente no trabalho dos professores, mas nem sempre de maneira planejada e intencional. Considerando que professores e estudantes possuem seus próprios pontos de vista, recorrer à multiperspectividade pode contribuir para a superação da perpetuação de um único viés na aprendizagem histórica. Um possível caminho está na relação de orientação temporal estabelecida entre passado e presente, refletindo sobre os conteúdos nos quais os professores encontram maior facilidade ou resistência para apresentar diferentes perspectivas e buscando possibilidades para sua ampliação.

ST 8 – Didática da História e Educação Inclusiva

21/10 (Quarta-feira)

Ensinar História para além da escrita: linguagens, ludicidade e possibilidades inclusivas na prática docente
Janaina Athaydes Contreiras (UFRGS)

Este trabalho apresenta uma reflexão construída a partir da experiência docente no ensino de História no Ensino Fundamental II, especialmente diante do desafio de ensinar estudantes que chegavam às etapas finais da escolarização sem domínio da leitura e da escrita e, em alguns casos, com níveis significativos de deficiência intelectual. A presença desses estudantes na sala de aula provocou questionamentos sobre as formas tradicionalmente utilizadas para ensinar e avaliar o conhecimento histórico, sobretudo quando a leitura e a escrita ocupam lugar central nas práticas escolares. Antes mesmo de uma formação sistemática sobre educação inclusiva, a prática docente levou à busca por outras possibilidades de acesso aos conteúdos e de expressão das aprendizagens, por meio de desenhos, maquetes, origamis, miniaturas, atividades artísticas, produções manuais e outras estratégias de caráter lúdico e visual. Essas práticas, inicialmente construídas de maneira orgânica a partir das necessidades percebidas em sala de aula, foram planejadas para toda a turma, e não exclusivamente para os estudantes que apresentavam dificuldades de aprendizagem ou deficiência. A intenção era evitar que a inclusão significasse a separação desses alunos por meio de atividades simplificadas ou materiais adaptados individualmente, muitas vezes utilizados como uma espécie de “folha à parte”, fazendo com que se percebessem como alunos diferentes dos demais. A experiência também provocou um movimento de formação docente: a necessidade de compreender melhor aqueles estudantes e de qualificar as práticas desenvolvidas levou ao estudo da educação inclusiva e à ressignificação de experiências que já aconteciam no cotidiano escolar. Nesse percurso, a ludicidade e as diferentes linguagens passaram a ser compreendidas não apenas como recursos para tornar a aula mais dinâmica, mas como possibilidades de ampliar as formas de participação, elaboração e expressão do conhecimento histórico. Assim, o trabalho busca refletir sobre como a experiência com estudantes que não tinham a leitura e a escrita como principais formas de acesso ao conhecimento pode provocar deslocamentos na própria Didática da História, questionando a centralidade da linguagem escrita e pensando práticas que, ao serem construídas para a diversidade da turma, podem favorecer processos mais inclusivos de aprendizagem histórica.

Educação Histórica e inclusão de estudantes com TEA: contribuições da Programação de Ensino
Yndi Lara Lacerda dos Anjos e Danilo Rabelo (UFG)

Neste artigo, investigamos as contribuições da Programação de Ensino, campo da Análise Comportamental, para pensar o currículo e a Educação Histórica escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), numa perspectiva inclusiva. O percurso desta investigação parte do cenário de estudos sobre o currículo, no qual analisamos as discussões em torno do currículo da disciplina de História e das políticas públicas educacionais para a inclusão de alunos com TEA. Destacamos aspectos epistemológicos e filosóficos discutidos pela área de Educação Histórica. Abordamos alguns marcos do desenvolvimento da Análise do Comportamento, seus princípios epistemológicos e considerações sobre a Educação. Discutimos a interface entre as áreas de Programação de Ensino, Educação Histórica, Currículo e Inclusão de estudantes com TEA. Concluímos com a proposição de um conjunto de comportamentos-objetivo de aprendizagem que defendemos ser basilar para pensar inclusão curricular, na Educação Histórica, de alunos com TEA. Nossa proposição tem em vista que a produção de conhecimento histórico deve partir de reflexões filosóficas e epistemológicas acerca desse conhecimento.

Didática da História e Educação Inclusiva: possibilidades para uma aprendizagem

histórica pluriepistêmica

Rita Castorina Gonçalves Gundim Lemes (Universidade Estadual de Goiás)

A educação inclusiva constitui um desafio que ultrapassa o acesso e a permanência dos estudantes na escola, envolvendo também as condições de participação, aprendizagem e produção de sentidos no cotidiano escolar. No ensino de História, essa problemática adquire particular relevância, uma vez que a aprendizagem histórica envolve relações com diferentes temporalidades, narrativas, sujeitos e formas de interpretação do passado. Nesse contexto, esta pesquisa, desenvolvida no âmbito do Doutorado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), investiga as possibilidades e os limites da adaptação de materiais didáticos para uma perspectiva inclusiva no ensino de História, considerando diferentes formas de aprendizagem de estudantes neurodivergentes. O recorte no 6º ano do Ensino Fundamental justifica-se pela importância dessa etapa de transição entre os Anos Iniciais e os Anos Finais, marcada, no contexto educacional goiano, pela passagem da unidocência para a pluridocência, pela ampliação e diversificação dos componentes curriculares, por novas exigências pedagógicas, pela mudança na relação entre estudantes e professores e pela maior complexidade das habilidades e dos conhecimentos escolares. Essa mudança implica uma reorganização significativa da experiência escolar: o estudante que, no 5º ano, possui maior contato com a organização pedagógica conduzida pelo professor dos Anos Iniciais passa a vivenciar, no 6º ano, diferentes professores de área, linguagens, metodologias, ritmos e formas de avaliação. No caso de estudantes que apresentam diferentes modos de atenção, percepção, interação e construção de significados, essa transição pode tornar mais evidentes barreiras presentes na própria organização das experiências de aprendizagem. O objetivo é analisar as percepções e experiências de professores de História acerca das possibilidades e dos limites de um material didático elaborado sob princípios de educação inclusiva para o 6º ano, buscando compreender como sua organização, linguagem, recursos de representação, atividades e possibilidades de expressão podem favorecer o acesso ao conhecimento histórico. A pesquisa fundamenta-se na Didática da História e na Teoria da História, especialmente nas contribuições de Jörn Rüsen acerca da aprendizagem histórica e da consciência histórica, articuladas às discussões sobre educação inclusiva, neurodiversidade, materiais didáticos, formação docente, Desenho Universal para a Aprendizagem e perspectiva pluriepistêmica do ensino de História. O material didático é compreendido como uma mediação fundamental entre professor, estudante e conhecimento histórico, não sendo neutro nem restrito à transmissão de conteúdos, uma vez que também define linguagens, ritmos, formas de interação e possibilidades de demonstrar a aprendizagem. Nesse sentido, sua adaptação não significa simplificar ou reduzir o conhecimento histórico, mas criar diferentes caminhos para que os estudantes possam acessar, interpretar e expressar sua compreensão sobre os processos históricos. A investigação adota abordagem qualitativa, de natureza exploratória e interpretativa, tendo como participantes dez professores de História. O percurso compreende revisão bibliográfica e documental, diagnóstico das percepções docentes, análise e organização de estratégias inclusivas para o material didático, utilização orientada do recurso e avaliação das possibilidades e limites identificados pelos professores. Como dimensão propositiva, a pesquisa estrutura um material didático digital destinado ao 6º ano, organizado a partir de diferentes formas de representação, atividades graduadas, orientações de aprendizagem e possibilidades diversas de expressão do conhecimento, sem constituir um recurso separado ou paralelo para estudantes neurodivergentes. A discussão evidencia que a inclusão no ensino de História precisa considerar não apenas quem está na sala de aula, mas também as condições concretas oferecidas para que cada estudante participe da construção do conhecimento histórico. Assim, a adaptação de materiais didáticos assume importância especial no 6º ano, etapa em que as mudanças curriculares, pedagógicas e relacionais podem produzir rupturas no processo de aprendizagem. Conclui-se que uma Didática da História comprometida com a inclusão deve deslocar a adaptação de uma ação pontual e individualizada para uma perspectiva de planejamento que reconheça a diversidade desde a organização do próprio material, ampliando as

possibilidades de acesso, participação e produção de sentidos históricos. Dessa forma, incluir não significa ensinar uma História reduzida, mas possibilitar que diferentes sujeitos encontrem caminhos legítimos para aprender, interpretar e produzir conhecimento histórico. Palavras-chave: Didática da História; Educação Inclusiva; 6º ano; Neurodiversidade; Material Didático; Aprendizagem Histórica.

Entre a matrícula e a aprendizagem: barreiras e potencialidades dos livros didáticos *de história para estudantes neurodivergentes do ensino fundamental anos finais*
Miriam Vieira de Almeida (UFS)

O crescimento das matrículas de estudantes neurodivergentes nas classes comuns do ensino regular brasileiro não garante, por si só, acessibilidade pedagógica, uma vez que o livro didático de História, principal recurso disponível nas escolas públicas, frequentemente negligência as especificidades de estudantes com Transtorno do Espectro Autista, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade e dislexia. O estudo analisa a acessibilidade pedagógica do livro didático de História como ferramenta para a inclusão escolar de estudantes neurodivergentes, buscando identificar barreiras e propor diretrizes para sua superação. A pesquisa adota abordagem qualitativa aplicada, estruturada como estudo de caso comparativo entre duas escolas estaduais de Aracaju/SE, uma em regime de tempo integral e outra em regime regular, e articula análise documental das coleções de livros didáticos de História adotadas pelo PNLD para os Anos Finais do Ensino Fundamental com questionário e entrevista semiestruturada aplicados a professores de História das duas unidades, cujos dados são tratados por meio de análise de conteúdo categorial. Espera-se identificar as principais barreiras cognitivas e pedagógicas relacionadas a noções como temporalidade e causalidade, bem como elaborar diretrizes de adaptação fundamentadas no Desenho Universal e um guia pedagógico para adaptação de conteúdos de História voltado a estudantes com TEA. Conclui-se que deslocar o debate da garantia formal de matrícula para a efetiva acessibilidade pedagógica constitui contribuição relevante tanto para o Ensino de História quanto para a Educação Especial na perspectiva inclusiva, ainda pouco articulados na produção acadêmica brasileira. Palavras-chave: Ensino de História. Livro didático. Neurodivergência. Educação inclusiva. Desenho Universal para Aprendizagem.

Jogos didáticos no ensino de História: caminhos pedagógicos para a educação inclusiva
Fernanda da Silva Valejo (UFPEL)

O ensino de História na contemporaneidade é desafiado a superar abordagens tradicionais e a memorização de cronologias. Conforme Schmidt e Cainelli (2009), a superação do ensino factual exige transformar a escola em um ambiente investigativo. Nesse contexto, Bittencourt (2018) ressalta que o saber histórico escolar constitui uma produção cultural própria, construída no cotidiano para atender a finalidades formativas. Essa função conecta-se à teoria de Rüsen (2001) sobre a consciência histórica, na qual o aprendizado articula o passado à orientação do presente e do futuro, em consonância com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018). Sob a perspectiva da Pedagogia Crítica de Paulo Freire (2011), o ato educativo deve ser libertador e humanizador. Em diálogo com Seffner (2007) e Libâneo (2013), a prática escolar deve acolher a pluralidade cultural e garantir o planejamento de estratégias que abranjam a totalidade dos estudantes. Este trabalho objetiva analisar as contribuições dos jogos didáticos e da educação inclusiva no ensino de História, compreendendo-os como instrumentos de inclusão e reflexão crítica. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa,

bibliográfica e documental, articulada à elaboração de uma proposta de intervenção pedagógica no âmbito de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). A fundamentação sobre a ludicidade ancora-se em Kishimoto (2011) e Santos e Pimenta (2021), que destacam o papel dos jogos no aumento da autonomia, da cooperação e do pertencimento. As análises das dissertações de Menezes (2025) e Penna (2022) evidenciam que os jogos atuam como pontes para o Atendimento Educacional Especializado e para o exercício da empatia histórica voltada aos Direitos Humanos. Conclui-se que o recurso lúdico, quando planejado intencionalmente, estimula a aprendizagem significativa e consolida o papel do ensino de História na formação de cidadãos autônomos e comprometidos com a justiça social.

22/10 (Quinta-feira)

Ensino de História e o uso das TDICs como ferramentas de inclusão
Dilza Santos Torres (UFOB - UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA)

O processo de ensino-aprendizagem é atravessado por questões políticas, econômicas e sociais, a partir da compreensão da Didática da História de Rüsen (2012), o professor de História em sala aula atua como um agente histórico junto aos estudantes, no entendimento de que sua práxis é movida antes de tudo pela indagação, onde a escola se apresenta como um espaço coletivo de construção de identidade, e portanto, abriga o que Halbwachs (1990) compreende como memória coletiva. No caso do estudante público alvo da Educação Especial, a memória deste grupo compreende-se como uma ferramenta de legitimação, uma vez que compreendido como um sujeito histórico, possui uma consciência histórica construída a partir de uma vivência cultural, social e familiar. Garantir uma educação escolar realmente inclusiva para o grupo público alvo da da Educação Especial implica superar estigmas e preconceitos no combate às atitudes capacitistas, e no contexto contemporâneo, significa assegurar a inclusão digital, e neste sentido a utilização das TDICs, Tecnologias da Informação e Comunicação Digitais, demonstram-se importantes ferramentas para o ensino de História ao serem utilizada como ferramentas facilitadoras para a inclusão, uma vez que “as tecnologias ampliam as possibilidades de ensino para além do curto e delimitado espaço de presença física de professores e alunos na mesma sala de aula. (Kenski, 2012, p.88), além de tornar as aulas mais atrativas a todos os estudantes, auxiliando o professor a trazer conteúdos mais atualizados e mais dinâmicos para suas aulas.

Aprender com o outro a experiência que nunca tive: Ensino de História, Alteridade e Inclusão no Ensino Fundamental
Elba Pereira Domingos (UFRN)

Esta pesquisa, vinculada ao Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória/UFRN), investiga a potência da disciplina como prática mediadora para o reconhecimento da alteridade e a inclusão de estudantes com deficiência na Escola Municipal de Ensino Fundamental Joana Maria da Conceição, em Araruna/PB. O estudo considera as transformações históricas, sociais e educacionais decorrentes da Constituição de 1988. O objetivo geral consiste em investigar como o conhecimento histórico pode atuar para desnaturalizar processos de exclusão e promover o reconhecimento da alteridade no espaço escolar, utilizando fontes históricas articuladas à perspectiva de aula-oficina proposta por Isabel Barca (2004), na qual o aluno assume o papel de agente ativo de sua formação, por meio da interpretação de fontes. Fundamenta-se teoricamente na teoria da consciência histórica de Rüsen (2010), no giro ético-político proposto por Rangel (2019), nas discussões de Cerri (2011), sobre a didática da história e a formação do pensamento histórico como

orientação para a vida prática. Em diálogo com essa perspectiva, recorre-se a Pereira e Seffner (2018), que abordam a importância de compreender um passado vivo que flui junto ao presente por meio de residualidades e exige abertura para a diferença. Metodologicamente, realiza-se uma análise qualitativa dos marcos legais, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 e a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146/2015, cruzando-as com o referencial bibliográfico. Como a pesquisa está em andamento, os resultados parciais indicam que a inclusão deve ser compreendida como um processo social de lutas, e que o ensino de História é essencial para que os(as) estudantes percebam as categorias de normalidade e deficiência como construções sociais e históricas, permitindo o desenvolvimento de um pensamento crítico que valoriza a pluralidade e transforma o respeito à diferença em um princípio fundamental para a inclusão.

Aspectos da consciência histórica de estudantes surdos a partir de experiências em uma escola pública inclusiva
Vanessa Ribeiro de Melo (UFS)

Este trabalho tem como objetivo compreender aspectos da consciência histórica de estudantes surdos a partir de suas experiências com o Ensino de História em uma escola pública inclusiva. A pesquisa parte da compreensão de que o ensino de História não se restringe à transmissão de conteúdos, mas pode contribuir para que os estudantes atribuam sentidos às experiências humanas no tempo, estabelecendo relações entre passado, presente e futuro. Para a discussão, tomamos como principal referência o conceito de consciência histórica desenvolvido por Jörn Rüsen, considerando as dimensões da experiência, da interpretação e da orientação temporal, em diálogo com as discussões sobre Ensino de História e Educação de Surdos. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, desenvolvida no âmbito do Programa Licenciandos(as) na Escola (PROLICE), a partir do acompanhamento de uma turma do 7º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública inclusiva localizada em Aracaju, Sergipe. O percurso da pesquisa envolveu a observação das aulas de História, o desenvolvimento de atividades pedagógicas e a aplicação de um questionário com vinte estudantes, sendo quatro estudantes surdos o foco principal da análise. O instrumento contou com questões abertas e atividades de desenho, possibilitando diferentes formas de expressão e considerando as especificidades linguísticas dos participantes. Os resultados indicam que os estudantes estabeleceram relações com os conteúdos históricos trabalhados em sala de aula, especialmente aqueles relacionados ao Brasil Colônia, além de demonstrarem uma percepção positiva em relação às aulas de História e às estratégias que favoreciam sua participação. Destaca-se, ainda, a produção de desenhos em que alguns estudantes representaram elementos de suas próprias trajetórias de vida, indicando relações entre suas experiências e as formas de compreender a História. Nesse sentido, os dados sugerem que práticas pedagógicas que considerem as especificidades dos estudantes surdos, com o uso de recursos visuais, mediação em Libras e estratégias de participação, podem contribuir para experiências mais significativas de aprendizagem histórica. Assim, compreendemos que o Ensino de História, em uma perspectiva inclusiva, pode favorecer não apenas a apropriação do conhecimento histórico, mas também processos de reconhecimento, pertencimento e participação dos estudantes como sujeitos históricos.

A carência da educação especial no Paraná: Observação a partir do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) aos colégios estaduais de Maringá, Paraná
Julia Fonceca Garcia (Universidade Estadual de Maringá)

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID História/UEM) é uma

iniciativa promovida pelo Governo Federal com o objetivo de familiarizar os licenciandos com o dia a dia de sua futura profissão. O programa permite que graduandos tenham contato direto com a realidade escolar e com os desafios presentes no cotidiano educacional. Desta maneira, o PIBID possibilita aos futuros professores, a identificação de problemáticas presentes no processo de ensino-aprendizagem. Como participantes efetivos do programa, percebemos que há insuficiência de profissionais para o atendimento de estudantes neuroatípicos e que a educação especial é, como um todo, banalizada e sucateada pelo próprio órgão público e Estado. A respeito desta temática abordaremos mais profundamente a seguir. Sobre educação especial, é válido considerarmos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) que em seu capítulo V, Art.58 define que: “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, 1996, p. 23). Diante disso, buscamos, entre outros objetivos, o de verificar a presença de profissionais que atuem diretamente com educandos enquadrados no Art.58 anteriormente mencionado, uma vez que consideramos o professor de educação especial o articulador teórico e legal, do conhecimento sobre práticas que possam ser utilizadas em sala de aula para auxiliar na escolarização desses alunos (SCHMIDT, 2022). Em outras palavras, o professor da educação especial, quando amparado por recursos, o que não tem acontecido, é quem pode tornar menos dificultosa a aprendizagem. Para esta amostra, a coleta de dados foi realizada nas seguintes instituições: Colégio Estadual Alfredo Moisés Maluf, Colégio De Aplicação Pedagógica (CAP UEM), Colégio Estadual Cívico-Militar Duque De Caxias (CECM Duque), Colégio Estadual Cívico-Militar Ipiranga (CCM Ipiranga) e Colégio Estadual Sílvio Magalhães Barros. As observações e regência em sala de aula, no entanto, foram realizadas exclusivamente no CAP UEM e CCM Ipiranga.

Jogos, narrativas e inclusão: experiências no ensino de história medieval
Nayara Carbonera de Souza; Leticia Fernanda Moraes (Universidade Estadual de Londrina)

Este relato de experiência apresenta uma proposta pedagógica desenvolvida no âmbito do subprojeto PIBID história da universidade estadual de londrina, com turmas do 7º ano do ensino fundamental de uma escola pública. a atividade foi planejada a partir do uso de um jogo digital comercial, dawn of ages, escolhido por sua ambientação medieval e por fazer parte do universo cultural dos estudantes. a proposta não consistia em utilizar o jogo apenas como recurso de entretenimento, mas em transformá-lo em objeto de análise histórica. após uma introdução sobre a presença dos jogos e das tecnologias no cotidiano, os alunos foram organizados em grupos para explorar o game, observar suas imagens, personagens, construções, armamentos e relações de poder e, posteriormente, discutir o que havia de historicamente plausível, anacrônico ou ficcional na representação da idade média. como atividade final, foram convidados a produzir uma gameplay comentada, assumindo o papel de “streamers historiadores” e articulando a experiência de jogar aos conteúdos estudados em sala. a execução precisou ser adaptada diante de dificuldades técnicas e da indisponibilidade de alguns equipamentos. os estudantes jogaram em duplas e grupos, alternando-se entre celulares e notebooks, o que favoreceu momentos de colaboração, troca de estratégias e envolvimento com a atividade. essa organização também possibilitou que diferentes formas de participação fossem reconhecidas e valorizadas. nesse contexto, destacou-se a participação de um estudante com transtorno do espectro autista (tea), que demonstrou grande interesse pelo jogo, interagiu com os colegas e contribuiu para a discussão com observações detalhadas sobre elementos visuais do game. a professora auxiliar que o acompanhava avaliou positivamente o trabalho, ressaltando que, em poucas aulas, o estudante interagiu e participou de maneira significativa, apesar de apresentar habitualmente dificuldades para estabelecer vínculos. o episódio evidencia como uma proposta pedagógica que parte de interesses dos estudantes pode criar caminhos de aproximação, comunicação e pertencimento. em diálogo com mantoan (2003) e orrú (2012),

compreende-se que a inclusão escolar exige práticas flexíveis, mediação intencional e reconhecimento das potencialidades de cada sujeito. mais do que oferecer uma atividade diferenciada, a experiência permitiu que o estudante ocupasse um lugar de participação efetiva, contribuindo com seus conhecimentos e com a aprendizagem coletiva. conclui-se que os jogos comerciais, quando mediados criticamente, podem aproximar os conteúdos históricos do cotidiano dos alunos e favorecer práticas de ensino mais inclusivas, nas quais diferentes maneiras de interagir e aprender sejam consideradas.

ST 9 – Didática da História, Gênero e Diversidade

21/10 (Quarta-feira)

Letramento Racial e Formação Docente: uma experiência de educação antirracista no ensino de História
Fernanda de Sousa Nascimento

Este estudo relata a experiência do Mini Curso de Letramento Racial realizado na Universidade Estadual de Roraima (UERR), promovido por discentes do Curso de História. O problema que motivou a ação parte da constatação de que a temática étnico-racial, no ensino de História e nos espaços educacionais, costuma ser abordada apenas em datas alusivas, de forma pontual e desconectada de uma perspectiva decolonial e interseccional. O curso foi realizado em dois dias e contou com a participação de uma professora e dois professores negros, historiadores, que conduziram discussões sobre políticas públicas, violência, educação antirracista e protagonismo negro. O objetivo geral é relatar o processo formativo — da idealização pelos graduandos à avaliação dos resultados —, compreendendo-o como espaço de Didática da História voltado à formação inicial docente e à construção de uma consciência histórica crítica. A ação se justifica pela urgência de inserir as questões étnico-raciais de forma permanente no currículo e na prática docente, rompendo com a lógica da "educação para datas comemorativas". Metodologicamente, trata-se de um relato de experiência de caráter qualitativo, com base na observação participante e no registro das discussões. Os principais resultados apontam para a potência do letramento racial como estratégia formativa, evidenciando tanto o engajamento de professores e estudantes de diferentes áreas quanto as dificuldades concretas de implementação de uma educação antirracista nas escolas. O compartilhamento de vivências e experiências — atravessadas por marcadores de raça, gênero e classe — mostrou-se fundamental para repensar abordagens teórico-metodológicas e a própria prática docente no ensino de História.

Poder Preto nas Páginas e nas Salas de Aulas: Heroínas Negras, HQs e Práticas Decoloniais no “Chão da Escola”
Wudson Guilherme de Oliveira

Apresentar reflexões referentes às “Personagens Negras” das histórias em quadrinhos norte-americanas e brasileiras, a partir das suas histórias de origens, ancestralidades, traços estéticos e as diversas formas de opressão que essas super-heroínas enfrentam nas

páginas das revistas de histórias em quadrinhos. Levando em consideração as questões que acercam as relações entre classe, gênero, raça entre outros marcadores presentes em nossa sociedade, buscando analisar as múltiplas interseccionalidades experienciadas por essas mulheres nas HQs, bem como os diferenciados sistemas de opressão existente fora das páginas das revistas. Metodologia: Para o sucesso, trabalhamos com uma turma do 9º Ano do Ensino Fundamental II, onde evidenciamos uma pedagogia antirracista e decolonial a partir das pesquisas de intelectuais que se interseccionam com as "Relações Étnico-Raciais" amparadas nas afroperspectivas e nas interseccionalidades, propondo discussões na luta contra o racismo e as muitas dimensões e camadas das desigualdades no "chão da escola". Conclusão: Os resultados alcançados foram, os surgimentos de pesquisas, onde os alunos entenderam sobre os problemas das interseccionalidades que precisam ser dialogados em nossa sociedade, como as violações dos direitos humanos, racismo, estereótipos aos grupos afrodescendentes e as interseccionalidades, traçando e construindo estratégias sólidas para a contribuição da valorização e a construção das identidades negras em prol da emancipação a favor das equidades a partir das HQs.

Atlas Digital das Mulheres Negras na História das Ciências: Biografias, Invenções e Expografias Interativas na Didática Histórica
Tícia Rainne Goncalves Soares Janaina Cardoso de Mello

A proposta foca na identificação e salvaguarda das contribuições de mulheres negras para as ciências no século XXI, destacando suas biografias, invenções, impacto na sustentabilidade e representação em expografias. O objetivo é promover uma narrativa histórica mais inclusiva, reconhecendo o papel dessas cientistas no desenvolvimento tecnológico. A pesquisa investiga trajetórias de mulheres negras que, apesar de barreiras estruturais, realizaram inovações em tecnologia, saúde e sustentabilidade. Além disso, analisa a representação (ou omissão) de suas histórias em museus e exposições científicas, propondo estratégias para uma visibilidade mais justa. A problemática reside na invisibilidade das mulheres negras na história da ciência, reflexo de desigualdades históricas que perpetuam estereótipos e limitam o reconhecimento de suas contribuições. Essa exclusão distorce o entendimento do desenvolvimento científico e impede a construção de uma ciência mais diversa. A hipótese central sustenta que as mulheres negras tiveram contribuições fundamentais, mas suas histórias foram apagadas por estruturas racistas e sexistas, resultando em sua escassa presença em expografias. Estudos recentes, como o filme "Estrelas Além do Tempo" e exposições em museus afro-americanos, demonstram o impacto positivo da visibilidade dessas trajetórias. A crescente demanda por diversidade na ciência reforça a importância de divulgar essas histórias. A pesquisa combina revisão bibliográfica, análise documental, entrevistas com especialistas e visitas a museus, empregando ciência de dados e tecnologias digitais para mapear padrões de representação e criar exposições virtuais. Com essa abordagem, busca-se resgatar e difundir as contribuições das cientistas negras, propondo diretrizes para sua inclusão em materiais educativos e exposições. O projeto pretende preencher lacunas históricas, inspirar novas gerações e promover uma ciência mais justa e representativa, entregando como recursos pedagógicos: Banco de Dados Digital sobre Mulheres Negras na Ciência em uma Plataforma online, Expografia Digital e Interativa, e-books, vídeos e infográficos interativos para escolas e universidades. Como referencial teórico são usadas as obras de Davis (2016), Carneiro (2018), Santos (2019), Gonzalez (2020), dentre outros.

Artistas Negras e Indígenas no FIG: memória, visibilidade e história local
Maria Aparecida da Silva Alves

Neste trabalho, apresentamos os resultados parciais da coleta e análise de fontes para o desenvolvimento do projeto interdisciplinar Histórias, Artes e Tecnologias Integradas

(HISTARTEC), cujo objetivo é produzir e disseminar conhecimentos voltados para a história local e para as manifestações artísticas de municípios que são polos presenciais de cursos de graduação e pós-graduação, na modalidade a distância, da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). A cidade de Garanhuns, em Pernambuco, foi o primeiro polo escolhido para o desenvolvimento das atividades previstas, que incluem pesquisa, cursos de curta duração para docentes e licenciandos e o desenvolvimento de materiais didáticos. O recorte temático centra-se nas narrativas e manifestações culturais de grupos subalternizados, notadamente de mulheres negras e indígenas, que contribuam para contar a história de Garanhuns a partir de olhares contra-hegemônicos. A pesquisa fundamenta-se nas contribuições de Ginzburg (2014), que faz uma crítica contundente às desigualdades no acesso aos instrumentos de produção do conhecimento, e de Chartier (1990), que aborda como práticas e representações culturais permitem analisar as disputas em torno das narrativas históricas. Além disso, Carvalho e Carvalho (2010) e Souza e Ribeiro (2021), contribuem para pensar a história local a partir da visibilização das experiências e memórias de sujeitos pouco contemplados por narrativas mais amplas. Costa (2019) e Arruda (2016), ajudam a pensar os desafios que envolvem o uso crítico das tecnologias digitais na formação docente. Também mobilizamos Freire (1996), para tratar do diálogo e da produção coletiva nos processos de produção, disseminação e ensino da história local. Inicialmente, optamos por analisar a presença de artistas racializadas no Festival de Inverno de Garanhuns (FIG), principal evento da região, entre os anos de 2010 e 2025. Para tanto, coletamos documentos institucionais, registros de programações culturais e material de pesquisa acadêmica a respeito do FIG. As fontes indicam que a presença de mulheres racializadas na programação do FIG é significativa, porém sua visibilidade enquanto sujeitos políticos e raciais variou ao longo do tempo. Nas edições entre 2010 e 2013, por exemplo, as fontes não utilizam marcadores raciais para descrever as artistas. A identificação racial explícita aparece vinculada à “Cultura Popular”, o que restringe essas mulheres a espaços de preservação de tradições, como o Reisado e o Maracatu. A partir de 2022, é possível perceber uma maior ocupação de palcos diversificados, como Pop, Literatura e Som na Rural, por mulheres negras, entre elas Bell Puã, Luedji Luna e Majur. Essa mudança sugere uma tentativa de romper com a guetização de artistas racializadas apenas nos polos de tradições populares. Contudo, a documentação indica que o acesso ao palco principal ficou restrito a mulheres de renome nacional já consolidado. As artistas vinculadas a Garanhuns e identificadas nas fontes são oriundas majoritariamente em comunidades quilombolas. Grupos como o Negratitude, de Estivas, e a Banda de Pífanos de Castainho aparecem de forma recorrente, mas frequentemente situados em polos específicos de “Povos Tradicionais” ou “Cultura Popular”. Assim, os resultados parciais revelam que a presença de mulheres racializadas no FIG é marcada por um dualismo entre a consagração nacional no palco principal e a resistência comunitária nos polos periféricos. Enquanto artistas locais mantêm uma territorialidade forte, porém segmentada em polos de “tradição”, artistas negras contemporâneas começam a ocupar espaços nos palcos principais apenas em edições mais recentes. Informações sobre a trajetória profissional de artistas de Garanhuns e a identificação de mulheres indígenas fora de rodas de debate permanecem como campos que demandam mais investigação. Palavras-chave: História local. Festival de Inverno de Garanhuns. Mulheres racializadas. Manifestações artísticas. Raça e gênero. REFERÊNCIAS: ARRUDA, Eucidio Pimenta. Educação e tecnologias digitais: desafios para a formação de professores. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Entre presenças e silenciamentos: representações indígenas em obras paradidáticas dos vales dos Sinos e do Caí (RS)

Carlos Eduardo Ströher

A história dos vales dos rios dos Sinos e do Caí, no Rio Grande do Sul, é frequentemente narrada a partir da colonização europeia e da presença de imigrantes alemães, especialmente em produções destinadas ao ensino e à divulgação da história local. Nesse contexto, este trabalho, vinculado a uma pesquisa de pós-doutorado e de abordagem qualitativa, tem como objetivo analisar as representações das histórias e culturas indígenas em produções paradidáticas destinadas aos públicos infantil e juvenil e utilizadas como materiais de apoio ao ensino da história local. Compreendidas como obras produzidas com finalidade prática e educativa, as produções paradidáticas apresentam ao leitor uma "validade já predeterminada" (Tavares; Rösing, 2017). Parte-se da compreensão de que esses materiais não apenas divulgam conhecimentos sobre o passado, mas também selecionam sujeitos, acontecimentos e perspectivas, contribuindo para a construção de determinadas memórias e identidades regionais. A pesquisa busca responder à seguinte questão: como os povos indígenas são representados nessas obras e que concepções de história, cultura e presença indígena são produzidas por essas narrativas? Foram analisadas onze obras produzidas nos vales dos Sinos e do Caí, buscando nelas identificar as formas de presença indígena, os grupos mencionados, os períodos históricos privilegiados, as características atribuídas aos povos indígenas e seu papel nas narrativas sobre a formação regional. Os resultados indicam que a presença indígena é abordada de maneira desigual e aparece, em diferentes obras, predominantemente associada ao período anterior à colonização europeia. Essa representação tende a situar os povos indígenas em um passado distante, reduzindo sua continuidade histórica e sua presença contemporânea. Também foram identificadas limitações na abordagem da diversidade cultural e das formas de organização social, territorial e política dos povos indígenas, além de reduzido protagonismo nas narrativas sobre a constituição histórica dos municípios. Essas representações contribuem para processos de invisibilização das experiências indígenas e para a construção de uma história regional que pouco evidencia sua agência, diversidade e permanência territorial. A análise aponta, portanto, para a necessidade de problematizar os modos como as histórias e culturas indígenas são apresentadas em materiais paradidáticos e de ampliar perspectivas que reconheçam os povos indígenas como sujeitos históricos, valorizando sua agência, diversidade, territorialidade e presença contemporânea na região.

A Didática da História rüseniana na intersecção com os pressupostos da decolonialidade para pensar ensino de História, do ensino médio, de Roraima.
Renata Madureira Pavan (Universidade Estadual de Londrina)

Ao pensar as implicações dentro da cultura histórica que abarca o ensino de História, do ensino médio, em Roraima – um estado que possui a maior população indígena do Brasil, em termos relativos – propõe-se articular a Didática da História ruseniana aos pressupostos teóricos da decolonialidade no sentido de compreender os distanciamentos e as aproximações possíveis entre uma Didática da História alemã que foi apropriada pelo campo do ensino de História, no Brasil e que adquiriu autonomia para caminhar por trilhas próprias que consideram o passado colonial do país e suas realidades locais. Para que essas conexões sejam estabelecidas, o pensamento dusseliano (2012) propõe a transmodernidade e Mignolo (2008) o pensamento de fronteiriço como possibilidades de compreender as demandas de uma cultura histórica para fora da racionalidade científica estruturada pela modernidade europeia ocidental. Numa tentativa de explorar as contribuições teóricas rusenianas, no que tange à especificidade da aprendizagem histórica e o descortinamento de outras epistemes, como as de autores latino-americanos e indígenas.

Narrativas de mulheres e encruzilhadas formativas: interseccionalidade e consciência histórica na formação docente em História
Maria Cristina Dantas Pina; Eva Fonseca Silva Spínola (UESB)

Este trabalho apresenta uma intenção investigativa que analisará como narrativas de mulheres, atravessadas pelas interseccionalidades de classe, raça e gênero, podem tensionar a cultura histórica e provocar deslocamentos na formação inicial de professores/as de História. A pesquisa será desenvolvida por meio de abordagem qualitativa, na modalidade pesquisa-ação, junto a licenciandos/as do curso de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), mediante uma experiência formativa que mobilizará narrativas de mulheres como ferramenta pedagógica. Espera-se compreender possíveis deslocamentos nas concepções dos/as participantes sobre sujeitos históricos, relações de poder e ensino de História, contribuindo para uma formação docente crítica, antirracista e multiperspectivada.

22/10 (Quinta-feira)

A presença feminina na política potiguar: do pioneirismo histórico aos desafios contemporâneos
Milena Natalya Morais Frederico Rochelle Dantas da Silva; Maelly Esteffany Claudino Bezerra (UFRN)

O presente trabalho apresenta uma proposta de aula de História destinada ao 9º ano do Ensino Fundamental, tendo como tema a presença feminina na política potiguar, com ênfase no pioneirismo histórico do Rio Grande do Norte e nos desafios contemporâneos da representatividade política. A proposta parte da compreensão da participação feminina na política como resultado de processos históricos de luta, conquista de direitos e resistência às desigualdades de gênero. Nesse sentido, busca-se relacionar a trajetória de mulheres como Alzira Soriano, Júlia Alves Barbosa Cavalcante e Maria do Céu Fernandes às experiências de mulheres que atuam atualmente na política potiguar. Fundamentada na perspectiva da História Pública e articulada à habilidade EF09HI09 da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a aula pretende aproximar o conhecimento histórico da realidade dos estudantes, promovendo a reflexão sobre cidadania, participação política e igualdade de gênero. A metodologia combina exposição dialogada, análise e interpretação de fontes históricas, fotografias, documentos, dados estatísticos e trechos de entrevistas com vereadoras potiguares. Inicialmente, são discutidos dados sobre a atual participação feminina nos espaços de poder, seguidos pela contextualização histórica do movimento sufragista e do pioneirismo do Rio Grande do Norte, que se destacou pela conquista antecipada do direito ao voto feminino e pela eleição de Alzira Soriano como primeira prefeita do Brasil. Em seguida, são analisadas as trajetórias de outras mulheres pioneiras e os desafios enfrentados pelas representantes políticas contemporâneas, possibilitando identificar rupturas e permanências nas relações de gênero e poder. Como atividade avaliativa, propõe-se a produção de uma carta aberta dirigida a uma mulher da política, estimulando os estudantes a expressarem suas reflexões e reivindicações sobre a representatividade feminina. Dessa forma, a proposta busca contribuir para um ensino de História crítico e contextualizado, valorizando a história local e formando estudantes conscientes de sua condição de sujeitos históricos e políticos.

A democracia chega ao corpo? Imprensa feminista e direitos das mulheres na Constituinte de 1987–1988
Valdir Alves de Moura Júnior (Universidade Estadual de Goiás – UEG)

A redemocratização brasileira costuma ser ensinada a partir da reorganização partidária, da campanha pelas eleições diretas, da Assembleia Nacional Constituinte e da promulgação da Constituição de 1988. Essa abordagem, embora necessária, pode reduzir o processo às

instituições e às lideranças políticas, deixando em segundo plano os movimentos sociais que disputaram o próprio conteúdo da democracia. Este trabalho analisa as possibilidades de utilização da imprensa feminista no ensino de História para examinar a atuação das mulheres durante a Constituinte de 1987-1988, com atenção às reivindicações relacionadas ao corpo, à sexualidade, à reprodução, à maternidade, à saúde e à violência. O objetivo é compreender como essas fontes permitem problematizar os limites da cidadania construída no período, especialmente diante da defesa feminista do direito das mulheres de decidir sobre o próprio corpo. O corpus reúne matérias e editoriais publicados no jornal Mulherio, documentos da campanha “Mulher e Constituinte”, promovida pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, e a Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes. Esses registros serão confrontados com dispositivos da Constituição de 1988, mediante análise documental orientada pela identificação dos sujeitos políticos, das reivindicações formuladas e das tensões entre as demandas apresentadas e os direitos constitucionalizados. O aborto integra a análise como uma das expressões mais conflituosas da luta pela autonomia corporal, sem ser tomado isoladamente das discussões sobre planejamento reprodutivo, saúde integral, violência e igualdade jurídica. Argumenta-se que a leitura comparada dessas fontes possibilita ensinar a Constituição não como resultado consensual ou concessão institucional, mas como produto de conflitos, negociações e limites históricos. Ao evidenciar tanto as conquistas inscritas no texto constitucional quanto as demandas que não obtiveram reconhecimento, a imprensa feminista contribui para uma aprendizagem histórica da redemocratização que reconheça as mulheres como produtoras de discursos, projetos políticos e interpretações sobre a democracia.

A toponímia como um espaço de perspectiva de Gênero no Ensino de História.
Rayane Dionisio Da Silva (UFRN)

Este trabalho apresenta uma proposta de ensino que aborda a toponímia do município de João Câmara/RN, tema central da pesquisa. Dialoga com o Ensino de História e as Relações de Gênero como áreas de relevância. A proposta tem por objetivo mostrar a discriminação de gênero presente na toponímia local, uma vez que os logradouros públicos de João Câmara são predominantemente nomeados em homenagem a homens. A ausência de mulheres na memória pública do município caracteriza este último como um espaço de disputas, marcado pelas relações de gênero. Ao ser debatida em sala de aula, a toponímia local contribui para uma educação que amplia a percepção crítica sobre os espaços da cidade. Assim, a aula de História torna-se um campo de promoção da equidade. O objetivo desta pesquisa é analisar e historicizar as relações de gênero materializadas nos logradouros públicos, entendidos como espaços de memórias essencialmente masculinas. O público-alvo desta pesquisa são os alunos do 2º ano do Ensino Médio da Escola Estadual Antônio Gomes, localizada na cidade de João Câmara/RN.Nesta pesquisa os estudantes atuaram com pesquisadores de informações utlizando fontes históricas como mapas, listas de nomes de ruas, praças e avenidas, sites, projetos de lei, atas e decretos, que podem evidenciar como a desigualdade de gênero foi e ainda é construída nos espaços públicos da cidade de João Câmara. Paralelamente, os/as estudantes terão a oportunidade de refletir sobre possíveis heranças de relações de poder e patriarcado no contexto local. Espera-se que, a partir da investigação toponímica proposta, possamos contribuir para os estudos, especialmente no que diz respeito à história do município, como um elemento transformador no contexto educacional. A confeccção de placas de nomes de ruas como produto sintetiza esse processo relacionado ao saber histórico no ensino da História local e da Cidadania. Palavras-chave: Relações de Gênero,Toponímia, Mulheres e Ensino de História.

Mapeamentos afetivos e interseccionalidade: estratégias didáticas para representar as memórias e vivências do espaço
Karla Victória Teles Siqueira; Cassio Expedito Galdino Pereira; Thiago de Abreu e Lima

Florencio (Universidade Regional do Cariri)

Na atualidade, o debate interseccional sobre gênero, raça, sexualidade e classe deixou de se restringir aos movimentos sociais e passou a integrar, de forma mais sistemática, as discussões em sala de aula, especialmente a partir das leis nº 10639/03 e nº 11645/08. Entretanto, essas temáticas ainda são pouco abordadas na Educação Básica, inclusive em muitas escolas de Ensino Médio, em razão de diferentes fatores que atravessam o cotidiano escolar e as práticas didático-pedagógicas. Essa lacuna gera diversos desafios, entre eles o desconhecimento acerca das ancestralidades dos povos indígenas, da população negra e dos povos tradicionais, bem como de suas lutas, resistências e dos dilemas enfrentados para viver e permanecer em seus territórios. Nesse contexto, torna-se fundamental promover, no ambiente escolar, debates sobre as vivências desses sujeitos, especialmente a partir dos afetos, articulando saberes identitários, políticos e corpóreos. Uma das possibilidades para esse trabalho consiste na produção de estratégias didáticas com cartografias afetivas que representam as memórias e vivências das(os) estudantes. Partindo dessa perspectiva, o presente trabalho tem como objetivo apresentar as estratégias didáticas constituídas com os mapeamentos afetivos sobre as memórias e vivências do espaço realizadas em forma de oficina na Escola de Ensino Médio Adauto Bezerra, localizada em Barbalha - Ceará. O propósito central foi estimular as(os) estudantes a expressarem seus afetos e memórias sobre a realidade socioespacial por meio da elaboração dessa proposição didática com mapas colaborativos e participativos, tendo como eixo de reflexão o debate interseccional de gênero, raça, sexualidade e classe. Para alcançar esse objetivo, realizou-se, inicialmente, um levantamento bibliográfico sobre raça, gênero, sexualidade, classe, realidade socioespacial e representações cartográficas críticas. Em seguida, foi elaborado o planejamento da oficina, definindo-se os métodos e as técnicas de mapeamento a serem utilizados na produção dos mapas. Posteriormente, a oficina foi desenvolvida na escola participante. Os resultados evidenciaram que as(os) estudantes conseguiram mobilizar suas memórias e afetos em relação aos espaços mais íntimos, podendo marcar pontos nos mapas e associarem a eles narrativas e significados, seja interligando aos sabores, sonoridades, práticas corporais e lugares de presença étnico-racial. Dessa forma, a pesquisa contribuiu para ampliar o diálogo sobre os diferentes sujeitos, suas corporeidades e suas memórias, evidenciando como essas experiências são produzidas historicamente no espaço geográfico de Barbalha.

ColiGay, FlaGay e Galo queer: o que as torcidas organizadas LGBTQIAPN+ tem a nos ensinar sobre resistência, diversidade e multiculturalidade no Ensino de História
Amanda de Souza Szableski (Universidade Federal do Paraná)

Eduardo Galeano em sua obra Futebol ao Sol e à Sombra (2004) discorre sobre a singularidade que é torcer, afinal ao mesmo tempo em que se apresenta como uma experiência universal, gritar, vibrar, sofrer, celebrar é também particular, uma vez que atravessa cada um de modo único. No Brasil, o futebol não é somente um esporte, mas um fenômeno multifacetado que tem diversas implicações nas dinâmicas culturais, históricas, sociais, midiáticas, políticas, imbricando-se também na cultura escolar e nas dinâmicas do poder e regimes de normatividade. Em um país fortemente marcado por uma herança de opressão e patriarcado, o futebol foi constituído como um espaço heteronormativo, marcado por rechaços e hostilidades em torno de sexualidades e expressões de gênero divergentes da cisgeneridade. É nesse espaço permeado por constantes disputas de poder que nasce no seio da Ditadura Militar a primeira torcida LGBTQIAPN+, desafiando preconceitos, transgredindo normas de comportamento e reafirmando seu direito de existir. Nesse sentido, o artigo proposto tem como objetivo utilizar as torcidas organizadas da comunidade LGBTQIAPN+ como possibilidades para a Didática da História, articulando a educação histórica, as discussões de gênero e a educação para a diversidade por meio da proposição de uma sequência didática.

O Professor é Hétero! Masculinidades em negociação no ambiente escolar: reflexões a partir da experiência do PIBID/História na Cap-UFU
Lucas Rosseto Branco (Universidade Federal de Uberlândia)

O presente ensaio propõe uma reflexão sobre a construção social das masculinidades entre adolescentes no espaço escolar, a partir de observações e registros produzidos durante a atuação no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), no subprojeto de História da Universidade Federal de Uberlândia, junto a turmas do 8º ano do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Uberlândia (CAp-UFU). De inspiração etnográfica, a análise toma como objeto situações do cotidiano escolar nas quais se evidenciam práticas de desqualificação do feminino, contestação da autoridade de mulheres e mecanismos de vigilância e hierarquização entre os próprios meninos. Em diálogo com as contribuições de R. W. Connell, Judith Butler, Teresa de Lauretis e Guacira Lopes Louro, discutem-se essas situações como práticas relacionais por meio das quais determinados modelos de masculinidade são produzidos, reiterados e negociados entre adolescentes. Argumenta-se, por fim, que a escola participa desses processos de produção das relações de gênero, constituindo-se também como espaço potencial para sua problematização e desnaturalização.

Entre o silêncio e a emancipação: diversidade sexual e de gênero no ensino de história e os desafios da cultura digital
Alice dos Anjos; César Evangelista Fernandes Bressanin (Universidade Federal do Tocantins; Universidade Federal do Tocantins)

O presente trabalho propõe uma reflexão teórica e crítica acerca da abordagem da diversidade sexual e de gênero no Ensino de História, alinhando-se aos debates do simpósio temático sobre Didática da História, Gênero e Diversidade. Partindo da premissa de que a formação da consciência histórica é um elemento central para a emancipação humana, problematizamos os caminhos e desafios impostos pela atual cultura digital. Se, por um lado, as redes ampliam a visibilidade de narrativas e corpos historicamente silenciados, por outro, também impulsionam discursos conservadores e pânicos morais que frequentemente tensionam o cotidiano da sala de aula. Diante desse cenário de disputas, questionamos de que forma os saberes e práticas no espaço escolar podem desconstruir as matrizes heteronormativas e patriarcais que tradicionalmente organizam e cristalizam o conhecimento histórico escolar. Nossa reflexão argumenta que a inclusão dessas temáticas não deve se restringir a menções pontuais ou a um viés de tolerância passiva. Pelo contrário, exige uma revisão epistemológica profunda da Didática da História, na qual a multiplicidade identitária seja compreendida como uma categoria analítica e histórica estruturante. Ao historicizar as normas e as dissidências ao longo do tempo, o processo de ensino fornece às estudantes ferramentas intelectuais essenciais para a interpretação de suas próprias realidades e para o questionamento de discursos de ódio disseminados em rede. Esse movimento pedagógico reflexivo é indispensável para o pleno exercício da cidadania e identidade social, pois permite que as juventudes se reconheçam como sujeitos históricos, dignos de direitos, de agência e de memória. Conclui-se, portanto, que uma educação histórica orientada para a emancipação precisa enfrentar corajosamente as disputas narrativas potencializadas pela cultura digital, reafirmando o compromisso ético e político do conhecimento histórico com a pluralidade democrática.

23/10 (Sexta-feira)

As Abordagens das Relações de Gênero nas Coleções da Disciplina de História no

Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)
Vanessa Cristina Lima Andrade; Joseanne Zingleara Soares Marinho (Universidade Estadual do Piauí)

A pesquisa analisa as representações das relações de gênero na coleção didática Viver História com Leandro Karnal, destinada ao 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e aprovada pelo PNLD 2024. Fundamentada em autoras como Joan Scott, Michelle Perrot, Guacira Lopes Louro e María Lugones, a investigação adota uma abordagem qualitativa e documental, considerando a visibilidade feminina, a agência histórica e a interseccionalidade. Os resultados apontam uma contradição entre o discurso crítico presente no Manual do Professor e a narrativa destinada aos estudantes, que mantém o protagonismo masculino e frequentemente restringe a participação das mulheres a boxes, notas ou conteúdos secundários. Conclui-se que a inclusão pontual de personagens femininas não supera a estrutura androcêntrica da narrativa histórica escolar, sendo necessário incorporar as relações de gênero como dimensão constitutiva dos processos históricos, e não como conteúdo complementar.

Masculinidades em disputa: o Núcleo de Gênero do Liceu de Artes e Ofícios diante da circulação de discursos red pill
Laura da Hora (Universidade Federal de Pernambuco – UFPE)

A crescente circulação de conteúdos sobre masculinidades nas redes sociais tem produzido novos espaços de socialização e disputa em torno das formas de “ser homem” entre adolescentes e jovens. Nesse contexto, discursos associados ao universo red pill, inseridos no campo mais amplo da chamada “manosfera”, apresentam interpretações específicas sobre as relações entre homens e mulheres, frequentemente mobilizando concepções hierarquizadas de gênero e críticas aos movimentos feministas. Este trabalho propõe analisar os desafios e as possibilidades da educação para as relações de gênero diante da circulação desses discursos, tomando como estudo de caso o Núcleo de Gênero do Liceu de Artes e Ofícios, integrante da política dos Núcleos de Estudos de Gênero da rede estadual de Pernambuco. A pesquisa parte da compreensão de gênero como uma construção histórica e social das relações de poder, conforme proposto por Joan Scott (1995), e dialoga com a concepção de masculinidade hegemônica desenvolvida por Raewyn Connell e posteriormente aprofundada por Connell e Messerschmidt (2013), entendendo as masculinidades como construções plurais e relacionais. Articula-se, ainda, com estudos contemporâneos sobre masculinismos digitais e discursos red pill, que têm analisado a disseminação de discursos misóginos e sexistas em ambientes digitais. Em Pernambuco, os Núcleos de Estudos de Gênero constituem espaços institucionais voltados à formação, ao debate sobre relações de gênero e ao enfrentamento das violências no contexto escolar, sendo fortalecidos por ações da Secretaria de Educação do Estado. A partir dessa perspectiva, pretende-se investigar de que maneira o Núcleo de Gênero do Liceu pode constituir um espaço de escuta, reflexão e problematização das concepções de masculinidade presentes no cotidiano juvenil e nas redes sociais. O estudo busca compreender as tensões entre diferentes discursos sobre masculinidades e discutir o papel da escola na construção de espaços educativos capazes de favorecer o diálogo, a reflexão crítica e a elaboração de outras possibilidades de vivência das relações de gênero. Assim, o trabalho pretende contribuir para a compreensão das relações entre juventudes, redes sociais, masculinidades e educação, considerando a escola como espaço de produção, circulação e problematização de conhecimentos e discursos sobre gênero.

Lei 14.986/2024 e o Ensino de História
Maria Eduarda Moinho (Universidade Federal de Pelotas)

As legislações regulamentam a vida em sociedade e não é diferente quando pensamos na educação em todos os níveis, mas existem algumas problemáticas que nos atravessam de maneira singular as legislações importantes que nos regulamentam são insuficientes por si só, necessitamos de outros elementos fundamentais para a efetiva implementação das legislações. Quando estamos dispostas/os a pensar a lei 14.986/2024 especificamente precisamos entender qual a função que uma legislação que torna obrigatório que as perspectivas femininas estejam presentes em todos os componentes curriculares da educação básica e ainda institui a semana da valorização no mês de março (Brasil, 2024). Exige ainda a necessidade de entender alguns aspectos que perpassam a educação como formação docente, ampliação da divulgação destas legislações (Martins;Martins;Machado). Quando no Ensino de História, pensar em como o campo de Ensino de História das Mulheres está em constante produção e mudanças, como as contribuições de pesquisadoras como Joana Maria Pedro (2019), Flávia Caimi (2022), Dulceli Estacheski (2024), entre outras que estão dispostas a pensar uma série de debates que envolvem as mulheres e as interseccionalidades com outros temas, fundamentais como todas as discussões que perpassam o sexismo, racismo, violências, conquista de direitos entre outros temas. É um campo do saber em constante desenvolvimento e conta com pesquisadoras e pesquisadores com diferentes pontos de vista e objetos de pesquisas amplas (Mazarão, 2023). Observar a formulação da legislação em 2024, analisar os percursos de discussões na Câmara dos deputados e no Senado Federal nos possibilita entender muito das disputas políticas-ideológicas que pertencem a nossa sociedade nos dias atuais e refletem disputas que atravessam os séculos e que impossibilitam que as mulheres estejam efetivamente nas pesquisas e em espaços de protagonismo histórico e social, além de justificar muitos dos ataques direcionados a mulheres em espaços de poder e quando lutam pelos seus direitos. Entender os efeitos da legislação nos permite analisar problemáticas que envolvem as mulheres como parte de todos os conteúdos da educação básica, mas especialmente no Ensino de História e como existem setores sociais que buscam silenciar estes temas que são tão importantes para modificar o sistema patriarcal e violento que vivemos, não somente com as mulheres, mas com todas(os) que pertencem às minorias sociais. A legislação pode representar um avanço mas é a maneira como ela é implementada que é determinante, ressignificar os avanços feitos por setores conservadores, bem como utilizá-la para que cada vez mais as mulheres estejam presentes nas aulas de todo o sistema educacional, especialmente nas aulas de história.

Resignificar la Historia de la Música: pedagogías de género para la recuperación del patrimonio femenino

Cecilia Capdepón Pérez (Universidad de Valladolid)

La enseñanza de la Historia de la Música en el ámbito universitario ha estado tradicionalmente vertebrada en torno al canon occidental androcéntrico, marginando o invisibilizando el papel fundamental que las mujeres han desempeñado a lo largo de los siglos como compositoras, directoras de orquesta, intérpretes y pedagogas. Esta comunicación propone un marco didáctico innovador para la asignatura de "Historia de la Música" en grados universitarios, enfocado en la recuperación y revalorización del patrimonio musical femenino. A través de una metodología activa, crítica y de perspectiva de género, se articulan diversas acciones docentes de carácter transversal: desde el análisis musicológico comparado y la integración de fuentes primarias desatendidas en los repositorios digitales, hasta el diseño de proyectos de investigación aplicada y la creación de paisajes sonoros inclusivos. Los resultados preliminares de esta intervención pedagógica evidencian un incremento significativo en la motivación del estudiantado, el desarrollo del pensamiento crítico frente a la historiografía musical tradicional y la deconstrucción de sesgos de género arraigados. En conclusión, se defiende que la inclusión sistemática de las mujeres músicas constituye una necesidad epistemológica ineludible para una formación docente y musicológica rigurosa y plural en la universidad del siglo XXI.

Educação para as relações de gênero nos currículos Angola/Brasil
Nathalia Silva Esteves (UEMS)

Este projeto aborda a importância da educação para as relações de gênero com ênfase nas aulas de história e de ciências humanas. Também defende e apresenta a importância da educação para as relações de gênero na tomada da consciência histórica e no desenvolvimento de uma educação plural e equânime. A proposta é analisar como os currículos educacionais atuais do Brasil e de Angola se posicionam sobre a educação para as relações de gênero e sobre o feminismo e suas facetas, mediante as questões que envolvem as relações de poder entre os sexos, afetando assim, a sociedade, tanto no âmbito privado quanto no âmbito público. Para isso analisaremos os currículos educacionais dos países Brasil e Angola, sendo a BNCC brasileira do ensino médio das disciplinas de Ciências Humanas e o Plano Curricular angolano nas etapas da 10ª classe até a 12ª classe do II ciclo nas disciplinas de Ciências Humanas. Esta pesquisa usará como metodologia a análise de documentos curriculares que são dispostos aos(às) educadores(as) e estudantes no sistema de ensino e no processo de ensino-aprendizagem na educação básica dos países Angola e Brasil. Para isso utilizaremos de métodos descritivos, explicativos e exploratórios por meio de pesquisa documental e bibliográfica. A pesquisa bibliográfica se fundamentará em autores(as) que abordam os conceitos de: gênero, feminismo e suas facetas, currículo, educação, ensino de história e didática da história. A teoria para a escrita da dissertação se baseará em seis tópicos: o primeiro é sobre relações de gênero e feminismo, contemplando Londa Schiebinger (2001), Thomas Walker (2001), Judith Butler (2018, 2019), Maria Amélia de Almeida Teles (1993), Joana Maria Pedro (2011), Marlise Matos (2008) e Margareth Rago (2000); o segundo é sobre gênero como categoria de análise histórica, perpassando por ideias de Joan Scott (1995), Rafael Saldanha (2016) e Cristina Wolff (2016); o terceiro se baseia nos conceitos de feminismo negro, latino-americano e racismo estrutural, com as autoras Chimamanda Ngozi Adichie (2009), Natalia Telega-Soares (2014), María Luisa Femenías (2007), Cida Bento (2022), Carla Akotirene (2019) e Sueli Carneiro (2023); o quarto tópico será sobre consciência histórica e didática da história, compreendendo as escritas de Rafael Saddi (2024), Luis Fernando Cerri (2011), Maria Auxiliadora Schimidt (2011), Isabel Barca (2011), Estevão de Rezende Martins (2011) e Everton Carlos Crema (2016) ; o quinto tópico se relaciona com a temática de gênero no ensino de história e na educação, com os autores Carmen Gil (2018, 2022), Jonas Eugenio (2018), Carla Cristina Nacke Conradi (2023), Ary Albuquerque Cavalcanti Júnior (2023), Gregory da Silva Balthazar, (2023) Guacira Lopes Louro (1997), Caroline Pacievitch (2022), Edison Luiz Saturnino (2022), Fernando Seffner (2022), Nilton Mullet Pereira (2022) e Dulceli de Lourdes Tonet Estacheski (2016); o último e sexto tópico é sobre currículo, e tomaremos como base os autores Jurjo Torres Santomé (2022) e Francisco Alberto Mafuani (2024) e a Base Nacional Comum Curricular (2017), as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira e Angolana (1996; 2016) e o Currículo Educacional Angolano (2019). A pesquisa ocorrerá no Brasil e contará com a mobilidade internacional na província de Caxito, no Bengo, Angola. O produto será um livro infantojuvenil que auxilie os(as) professores(as) na abordagem em suas aulas sobre a educação para as relações de gênero de uma forma compreensiva para os(as) estudantes.

História das Mulheres e Ensino de História
Larissa Klosowski de Paula (Universidade Federal do Mato Grosso)

O presente trabalho apresenta um levantamento do estado da arte sobre as relações entre História das Mulheres, Ensino de História e livros didáticos, constituindo-se como etapa inicial de uma pesquisa que busca compreender em que medida a Lei nº 14.986/2024 repercute nas narrativas históricas sobre as mulheres presentes nos materiais didáticos

utilizados no Ensino Médio. Inserida no campo da Didática da História, a investigação parte da compreensão de que os materiais escolares não apenas veiculam conteúdos históricos, mas participam da construção de narrativas, interpretações e formas de atribuição de sentido ao passado. (Schmidt, 2014; Salles, 2014). Nesse sentido, a pesquisa dialoga com Jörn Rüsen (2007; 2011), especialmente a partir das relações entre narrativa histórica, aprendizagem histórica e formação da consciência histórica, articulando essa perspectiva às contribuições de autores/as da área da História das Mulheres e questões gênero, tais como Scott (1992; 1999), Soieth e Pedro (2007), Smith (2003), entre outras, para a compreensão do gênero como categoria de análise. Para o tratamento analíticos, utilizar-se-á Bardin (2016) para o levantamento das categorias que poderão ser encontradas e Rüsen (2011) para identificar como essas narrativas se relacionam ou não com um ensino de história das mulheres significativo. A investigação terá natureza bibliográfica e abordagem qualitativa. O levantamento inicial foi realizado na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da CAPES, utilizando os descritores “História das Mulheres”, “Ensino de História” e “Livro Didáticos”. Dos 370 trabalhos inicialmente localizados, 37 foram selecionados por articularem conjuntamente os três descritores, após a aplicação de critérios de exclusão relacionados à área e à pertinência temática. A análise, orientada por Bardin (2016), possibilitou identificar categorias, recorrências e tendências na produção acadêmica. Os resultados evidenciam a predominância de estudos voltados ao Ensino Fundamental, especialmente aos anos finais, e ao Ensino Médio, além da recorrência de investigações sobre a representação de mulheres negras e da utilização do PNLD como referência para a constituição dos corpora. Entre os referenciais identificados, destacam-se Chartier, presente em 10 trabalhos, Scott, em 9, a análise do discurso de perspectiva foucaultiana, em 7, e Bardin, em 4. Rüsen aparece em apenas dois dos resumos analisados, indicando uma possibilidade de ampliação do diálogo com a Didática da História. O levantamento aponta, assim, uma lacuna e, simultaneamente, uma possibilidade de contribuição: analisar as narrativas sobre as mulheres nos materiais didáticos não apenas em termos de presença, ausência ou representação, mas também considerando seus efeitos para a construção de sentidos sobre o passado e para a aprendizagem histórica. Nesse horizonte, a Lei nº 14.986/2024 constitui um marco normativo para investigar possíveis permanências, transformações e deslocamentos nas narrativas históricas escolares sobre as mulheres.

Histórias de mulheres de Nova Andradina: pesquisa e ensino

Dulceli de Lourdes Tonet Estacheski; Mary Celina Ferreira Dias (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

A Lei nº 14.986/2024 torna obrigatório o ensino de histórias de mulheres na educação básica e se apresenta como um caminho para romper com silenciamentos historiográficos, sobretudo em materiais didáticos. O caminho para sua efetiva implementação exige o conhecimento da lei, o comprometimento de docentes e a produção de materiais que abordem a temática. Na perspectiva da educação histórica, compreendemos que a aprendizagem histórica ocorre quando o processo mental de produção de sentido se desenvolve e narrativas históricas são produzidas. Apresentamos aqui experiências desenvolvidas na cidade de Nova Andradina/MS com a pesquisa e a produção de materiais sobre histórias de mulheres que envolveram docentes e discentes da educação universitária e da educação básica.